



**ASSESSORIA EXTENSIONISTA**  
**A MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO TECNOLÓGICO:**

Pesquisa participante com o coletivo de cozinheiras de uma ocupação de moradia.

Filipe Ribeiro Magalhães

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientadores: Luciana Correa do Lago  
Flávio Chedid Henriques

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

SETEMBRO DE 2019

## CIP - Catalogação na Publicação

MM188a Magalhães, Filipe  
ASSESSORIA EXTENSIONISTA A MOVIMENTOS SOCIAIS NO  
CAMPO TECNOLÓGICO: pesquisa participante com o  
coletivo de cozinheiras de uma ocupação de moradia.  
/ Filipe Magalhães. -- Rio de Janeiro, 2019.  
141 f.

Orientador: Flávio Henriques.  
Coorientadora: Luciana Lago.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o  
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em  
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2019.

1. Assessoria Extensionista. 2. Pesquisa  
Participante. 3. Extensão Universitária. 4.  
Movimentos Sociais. 5. Teoria Crítica da Tecnologia.  
I. Henriques, Flávio , orient. II. Lago, Luciana,  
coorient. III. Título.

**ASSESSORIA EXTENSIONISTA**  
**A MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO TECNOLÓGICO:**

Pesquisa participante com o coletivo de cozinheiras de uma ocupação de moradia.

Filipe Ribeiro Magalhães

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

---

Prof. Flávio Chedid Henriques, D.Sc.

---

Prof.<sup>a</sup> Luciana Correa do Lago, D.Sc.

---

Prof. Felipe Addor, D.Sc.

---

Prof.<sup>a</sup> Fernanda dos Santos Araújo, D.Sc.

---

Prof. Vicente A. Nepomuceno de Oliveira, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

SETEMBRO DE 2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o desenvolvimento desta dissertação e da pesquisa participante em Solano Trindade do MNLM/DC e que estiveram ao meu lado, de alguma forma nos últimos três anos, período em que estive dedicado ao curso de mestrado do PPGTDS do NIDES. Por isso, começo agradecendo a todos os engenheiros, engenheiras e outros profissionais que criaram e fortaleceram o Soltec nos 13 anos que antecederam a minha chegada, em especial, aos que se encontram até hoje nessa luta e, por conta disso, tenho condições de citar e agradecer pessoalmente.

Gostaria de agradecer, em especial, os mestres Sidney Lianza, Felipe Addor, Flávio Chedid, Celso Avelar, o grande Antônio Carlos (AC) pelos importantes exemplos e significativos aprendizados construídos. A vocês, o meu sincero muito obrigado. Suas qualidades e conhecimentos únicos foram fundamentais. Sem vocês, sem o Soltec e sem a nossa resignificação do pensar e fazer engenharia, do que significa (ou pode significar) ser engenheiro (nossa e da querida Repos), seria uma pessoa muito menos estimulada, perseverante e determinada, apesar de já um bocado realizada e feliz, pela conclusão dessa importante etapa.

O que significa o mestrado do PPGTDS/NIDES na vida de um engenheiro de “coração vermelho”, como diria o grande professor Renato Dagnino, que somente a partir dele, encontra condições, conteúdo, ferramentas e um caminho profissional (mesmo que, a cada dia, mais nebuloso e incerto) para “avermelhar” também sua mente, seu intelecto e sua atuação profissional, isto é, seu trabalho para o mundo? Difícil responder. Posso dizer, apenas, que significa bastante, muito mesmo para mim. E que pensar sobre, me faz lembrar dos que estavam ao meu lado e viveram seus processos pessoais junto ao meu.

Aproveito para agradecer, também, aos meus queridos companheiros de Turma 2017, a 2ª turma do PPGTDS/NIDES. Trocar experiências, construir e perceber nosso desenvolvimento individual e enquanto turma foi muito enriquecedor. Uma pena que, por conta dos “corres da vida”, trabalho etc, esse contato tenha diminuído tanto nessa fase final e solitária de escrita. Mas falo do nosso contato, não de nossos laços. Vocês foram lembrança carinhosa e frequente durante toda essa jornada e, tenho certeza, continuarão sendo ainda por muito tempo.

Gostaria de agradecer, em especial, à Layssa, Leo, Paulinha, Chris e Renata, com as quais fiz a maior parte (se não todos) os trabalhos do mestrado, além de ter compartilhado boa parte das impressões do intenso mergulho teórico do período das disciplinas. Aprendi muito com cada um(a) de vocês. Obrigado também Davi, Nelson, Ícaro, Nick, Thais e Clécio que, mesmo sendo de outras turmas (e até programas), foram igualmente importantes para o meu desenvolvimento intelectual e amadurecimento pessoal durante esses anos, além de serem seres humanos maravilhosos, da melhor qualidade. Será um grande prazer trabalhar ou estudar com qualquer um de vocês novamente, um dia.

Agradeço também aos companheiros de Quinta em Solano, Vivências Agroecológicas, reuniões e tantas conversas, na van, na horta, no telhado do primeiro prédio ou do segundo, mas sobretudo, na cozinha da ocupação: Fernanda, Manoel e Tomé, aprendi muito com nossas tentativas, “erros” e “acertos”. Aprendi, sobretudo, a lançar um olhar crítico e estratégico sobre o que de fato se busca no campo, e como. Muito obrigado por tudo que foi trocado. Vocês e o trabalho participativo desenvolvido com os moradores de Solano foram elementos fundamentais para chegarmos às compreensões que atingimos com essa dissertação, além de terem sido companhias ótimas e fortalecedoras.

Muito obrigado, ainda, às queridas extensionistas do OTA, Gabi, Dayana e Naiara. Me sinto muito grato por fazer parte (ainda que pequena) desse capítulo tão especial na formação de vocês enquanto engenheiras, quanto sabemos que foi a experiência junto ao Coletivo de Mulheres de Solano. Pena não termos tido mais tempo... Ainda assim, sinto que sementes foram plantadas. Torço para que cuidem e colham-nas da melhor maneira e para que tenham o sucesso que buscarem.

Agradeço, por fim, a meus orientadores Flávio Chedid e Luciana Lago por toda paciência em orientar esse engenheiro inseguro, por decidir ser acadêmico (ao menos por três anos), sem nunca ter tido o traquejo para tal e nem mesmo uma grande preocupação em adquiri-lo ao longo de sua formação acadêmica.

Muito obrigado também Camila Larichia, Ricardinho Oliveira Filho e Felipe pelas ricas sistematizações e reflexões a respeito do Projeto CaCi. Muito obrigado Terezinha Pimenta e, novamente Felipe, pelas entrevistas, essenciais para chegar às conclusões que chegamos.

Muito obrigado Vicente (Vini), pelas importantes considerações junto de Felipe, Flávio e Luciana, durante minha defesa de qualificação, há mais ou menos um ano. E, muito obrigado Fernanda, que, tenho certeza, acrescentará bastante aos comentários dos demais, no próximo dia 10 de setembro, durante a defesa desta dissertação.

Sou extremamente grato também às pessoas que atravessaram minha vida e me deram suportes fundamentais para o desenvolvimento e a conclusão desse importante projeto pessoal, profissional e intelectual, de aprendizado e amadurecimento, que foram esse mestrado e a escrita dessa dissertação.

Muito obrigado, ainda, à Helena que me escuta e procura verdadeiramente me entender diariamente na hora do almoço e à Carol que se juntou, recentemente, aos almoços, assim como na vida. Muito obrigado pela escuta verdadeira e trocas sinceras, por todo o carinho e parceria.

Muito obrigado Helô, Leone e Priscilla, por entenderem, mas nem tanto, o mestrado que deu fruto a esta dissertação como meu projeto principal e ocupação primordial neste momento da vida. Aprendo muito com vocês todos os dias. Nossas diferenças só enriquecem mais minha experiência de trabalho, a nossa de convivência e o serviço de qualidade, que tanto nos esforçamos para prestar (e prestamos) para os estudantes, suas famílias, e para a população em geral.

A todos e todas que citei até aqui, é uma grande satisfação ter compartilhado os últimos três anos com vocês e me sentir do lado certo da história, pensando e construindo um mundo melhor, mais humano e menos desigual, em tão boa companhia.

Aproveito também para agradecer e reverenciar todos os homens e mulheres que, ao longo da história, lutaram por liberdade, justiça social, redução de desigualdades e pela transformação da realidade concreta da maior parte da população deste país e de toda a América Latina, que há séculos se vê pobre e superexplorada.

Muito obrigado a todos os autores e autoras, professores e professoras, pesquisadores e extensionistas que construíram e até hoje constroem as bases teórico-metodológicas que orientaram meus estudos e sustentam esta pesquisa. Em especial, muito obrigado Paulo Freire, Herbert Marcuse, Andrew Feenberg, Karl Marx, Michel Thiollent, István Mészáros, Renato Dagnino, Flávio Chedid, Laís Fraga, Henrique Novaes, dentre outros tantos que li e/ou utilizei para embasar minhas reflexões e análises, a partir da pesquisa participante junto à Solano.

Muito obrigado, também, a todos os artistas, poetas e escritores que se debruçaram sobre a nossa cultura, nossas raízes enquanto povo e, sobretudo, enquanto povo explorado, mas único, especial, aguerrido e lutador, que, há séculos, segue resistindo apesar da violência e da alienação, que usualmente acompanha suas vidas, pautadas pela busca por sobrevivência.

Mas muito obrigado, principalmente, a esse povo pobre e trabalhador, com o qual cruzava diariamente na multidão da Central do Brasil e nas kombis ou ladeiras do Morro da Providência. São vocês que me fazem seguir nessa jornada que não tenho muita ideia de onde vai me levar. É por vocês e por mudanças que beneficiem vocês, seus filhos e netos que prossigo.

Povo do qual vem minha família, no qual se encontram minhas raízes. Agricultores, imigrantes, operários desse sistema. Sem tempo, energia, base conceitual e exemplos concretos que os permitissem lançar um olhar crítico sobre a realidade que os cerca. O que dirá, ousar transformá-la,

quando a preocupação é a sobrevivência, o alimento, a casa, a saúde, o futuro incerto, inseguro...

Minha mãe, meu pai, meu irmão e minha irmã, hoje já não moramos mais no morro, mas há dois dias, enquanto começava a escrever esses agradecimentos, houve um tiroteio muito forte aqui perto de casa e lembrei das muitas e muitas noites que precisamos nos esconder, ora no banheiro, ora na cozinha, ora na sala, deitados todos juntos no chão, espremidos, assustados e com medo, diante das trocas de tiros que se tornaram frequentes na nossa rua.

Já não estamos tão expostos a esses perigos, mas eu não esqueço. Disso e das muitas nuances e faces que a diferença socioeconômica e cultura (usualmente consequente, associada ao menos) pode carregar. Trabalho e estudo para que menos pessoas passem pelo que passamos e que, na verdade, nem foi nada demais, vai... Nossa casa era de alvenaria, estudávamos em boas escolas, tínhamos o carinho e o amor uns dos outros. Reconhecemos nossos privilégios. Nossas dificuldades nem se comparam a de boa parte da população desse país.

Mãe, pai, muito obrigado por fazer de tudo para que crescêssemos saudáveis, tivéssemos bons exemplos (mesmo que sempre os contestasse), saúde e boa educação. Sou eternamente grato pela dedicação, pelo carinho, pelo amor, pela torcida incondicional. Vocês são os melhores pais que poderia ter e dão sentido a toda essa busca.

*Lugar onde se faz  
o que já foi feito,  
branco de página,  
soma de todos os textos,  
foi-se o tempo  
quando, escrevendo,  
era preciso  
uma folha isenta.*

*Nenhuma página  
jamais foi limpa.  
Mesmo a mais Saara,  
ártica, significa.  
Nunca houve isso,  
uma página em branco.  
No fundo, todas gritam,  
pálidas de tanto.*

*(Paulo Leminski)*

*Queremos tecnologia  
Com solidariedade  
Não a serviço de poucos  
Mas de toda a humanidade  
Não para matar irmãos*

*Mas para a fraternidade.*

*[...]*

*Preparemos desta vez*

*A nova revolução*

*Modificando o conceito*

*Do que é educação*

*“Difundir conhecimentos,*

*E não domesticação”.*

*[...]*

*A propriedade burguesa*

*Que chamamos capital*

*É produto coletivo*

*E não força pessoal*

*Portanto ela deve ser*

*Propriedade social.*

*[...]*

*A fraternidade humana*

*Reclama à Mãe Natureza*

*Antes que já seja tarde*

*Não demonstremos fraqueza*

*Contra o capitalismo,*

*Bactéria da pobreza.*

*(Antônio Queiroz de França)*



*Esse mundo não tem dono*

*E quem me ensinou sabia*

*Se tivesse dono o mundo*

*Nele o dono moraria*

*Como é mundo sem dono*

*Não aceito hierarquia*

*Eu não mando nesse mundo*

*Nem no meu vai ter chefia*

*(Paulo César Pinheiro)*

*Não digam que fui rebotinho,*

*que vivi à margem da vida.*

*Digam que eu procurava trabalho,*

*mas fui sempre preterida.*

*Digam ao povo brasileiro*

*que meu sonho era ser escritora,*

*mas eu não tinha dinheiro*

*para pagar uma editora.*

*(Carolina Maria de Jesus)*

## RESUMO

Este estudo nasce da pesquisa participante de aproximadamente dois anos na assessoria extensionista em gestão organizacional do Projeto OTA/Soltec/NIDES/UFRJ ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade/MNLM-DC, sendo ampliado, após esse período e o fim prematuro da ação de assessoria, pela investigação e contraponto com a experiência de assessoria em gestão do Projeto CaCi/Soltec/NIDES/UFRJ junto ao MST-RJ, assim como pelo estudo da vivência da Ong CAPINA, com lideranças de diferentes movimentos sociais.

A partir desta ampliação, bem como da coletânea de sistematizações produzida acerca dos distintos processos de assessoria considerados, buscamos o diálogo entre estas experiências e destas com a literatura relacionada, a fim de identificar até que medida as impressões, reflexões e análises prévias, conformadas pelas características e traços particulares de Solano Trindade e da assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres, se fariam presentes e relevantes, também, nesses outros casos.

Isto é, por meio da alternância teórico-prática, entre essas experiências concretas, por um lado, e o referencial teórico sobre metodologias participativas, extensão universitária, Teoria Crítica da Tecnologia, assessoria técnica e teoria dos movimentos sociais, por outro, buscamos contribuir, tanto com as discussões e aprendizados, sobretudo metodológicos, acerca das particularidades da assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais, quanto para a geração de trabalho e renda, visando a superação da condição de vulnerabilidade socioeconômica vivida pelas famílias da ocupação, a partir de práticas futuras melhor fundamentadas e mais adequadas à realidade de tais coletivos e seus integrantes.

Com este estudo, por fim, pretendemos gerar aportes também para as reflexões sobre a aproximação e a relação entre universidade pública e movimentos sociais, efetivadas, a partir das práticas de trabalho participativo da assessoria extensionista, em particular, no campo tecnológico e no contexto atual de ataques e ameaças vivenciado por ambos os atores. Reflexões, estas, que devem servir como instrumento político para argumentação tecnocientífica contrária à aproximação induzida e cada vez mais aguda, da universidade pública em direção ao *ethos* empresarial e aos propósitos econômico-financeiros associados a um mercado de educação superior e P&D, amplamente incentivado pelo Estado e em franca expansão.

**Palavras-chave:** Assessoria Extensionista; Pesquisa participante; Extensão Universitária; Movimentos Sociais; e Teoria Crítica da Tecnologia.

## ABSTRACT

This study arises from the participant research of approximately two years in the advisory extension in organizational management of the OTA / Soltec / NIDES / UFRJ Project to the Women's Collective Cookers at Solano Trindade / MNLM-DC occupation, being expanded, after this period and the premature end of the advisory action, for the investigation and counterpoint with the experience of advisory in management of the CaCi / Soltec / NIDES / UFRJ Project with the MST-RJ, as well as by the study of experience of NGO CAPINA, with leaders from different social movements.

From this expansion as well as the collection of systematizations produced about the distinct advisory processes considered, we seek a dialogue between these experiences and also between them and the related literature, in order to identify the extent to which impressions, reflections and previous analyzes, conformed by the particular characteristics and traits of Solano Trindade and extension assistance to the Women's Collective, would be present and relevant in these cases.

In other words, through theoretical-practical alternation between these concrete experiences, on the one hand, and the theoretical framework on participatory methodologies, university extension, Critical Theory Technology, technical advice and theory of social movements, on the other hand, we seek to contribute, both with discussions and learning, especially methodological, about the particularities of extension consultancy to associated work collectives linked to social movements, regarding for the generation of work and income, aiming to overcome the condition of vulnerability socioeconomic, which is experienced by occupation families, based on better-founded future practices and better suited to the reality of such collectives and their members.

Finally, with this study, we intend to generate contributions for reflections about the approximation and the relationship between public university and social movements, effected, from the participatory work practices of extension consultants, in particular in the technological and in the current context of attacks and threats experienced by both actors. These reflections that should be a political instrument for technoscientific arguments against the approximation induced and increasingly acute, from the public university towards the entrepreneurial ethos and economic and financial purposes associated with a higher education and R & D market, widely encouraged by the State and booming.

**Keywords:** Extensionist Advisory; Participating research; University Extension; Social movements; and Critical Theory of Technology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP - Centro de Formação Politécnica

CT - Centro de Tecnologia

CODAE- Coordenação das Atividades de Extensão

Coopaterra - Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil

CPP - Coordenação Político Pedagógica

CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária

CTS - Ciência Tecnologia e Sociedade

DC - Duque de Caxias

EVTESA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

GEM - Grupo de educação Multimídia da UFRJ

GT - *Grounded Theory*

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCF - Instituto Politécnico de Cabo Frio

IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior

LlpE - Laboratório de Informática para a Educação

MCMV-E - Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MUDA - Mutirão de Agroecologia da UFRJ

NB - Núcleo de Base

NIDES – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

OTA - Projeto Organização do Trabalho e Autogestão

PANAFTOSA - Centro Pan-Americano de Combate à Febre Aftosa

PANCs - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PCP - Planejamento e Controle da Produção

PNE - Plano Nacional de Extensão Universitária

PPGTDS – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o desenvolvimento Social

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Soltec - Núcleo de Solidariedade Técnica

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

TCT - Teoria Crítica da Tecnologia

TDP - Teoria de Desmobilização Política

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>OBJETIVOS</b>	<b>24</b>
<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 - BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b>	<b>30</b>
1.1. Apontamentos a partir de Paulo Freire	30
1.1.1. Uma aproximação teórica ao termo e à prática da extensão	30
1.1.2. Cultura e prática extensionista	32
1.1.3. Uma questão antropológica, epistemológica e gnosiológica	34
1.1.4. A influência das estruturas do capital	37
1.1.5. Reflexão prático-teórica e <i>práxis</i> extensionista	40
1.2. Resignificação, institucionalização e a Política Nacional de Extensão Universitária	42
1.2.1. Percursos históricos percorridos e a rota de institucionalização da Extensão Universitária	42
1.2.2. Resignificação do termo extensão e as Diretrizes da Extensão Universitária no Brasil	45
1.3. Assessoria Extensionista	50
1.3.1. Assessoria extensionista no campo tecnológico	50
1.3.2. A crítica à tecnologia	55
1.3.3. Caracterização do termo “movimento social”	61
<b>CAPÍTULO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ASSESSORIA EXTENSIONISTA A COLETIVOS DE TRABALHO ASSOCIADO VINCULADOS A MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>65</b>
2.1. A experiência do Projeto OTA	65
2.1.1. A ocupação Solano Trindade	65
2.1.2. Os processos de assessoria estabelecidos com a UFRJ	70

2.1.3. As tensões entre o coletivo e o individual	75
2.1.3.1. A cozinha coletiva	76
2.1.3.2. A mandala agroecológica	77
2.1.4. A perspectiva de geração de renda	79
2.1.5. Frentes de assessoria extensionista	81
2.1.6. Quintas em Solano: pesquisa e ação	83
2.1.6.1 Projetos para editais	83
2.1.6.2. Associação entre horta e cozinha	89
2.1.6.3. Organização e operacionalização do trabalho	90
2.1.6.4. Vendas na UFRJ	93
2.1.6.5. Fim da assessoria extensionista e ampliação do objeto de estudo	95
2.2. A experiência do Projeto CaCi	98
<b>CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA ASSESSORIA EXTENSIONISTA AO COLETIVO DE MULHERES DE SOLANO TRINDADE A PARTIR DA LITERATURA E DO CONTRAPONTO ÀS DEMAIS EXPERIÊNCIAS</b>	<b>105</b>
3.1. Contraponto entre as experiências de assessoria analisadas	106
3.2. A hipótese-justificativa das relações de poder	107
3.3. A hipótese-justificativa metodológica	108
3.4. Debate metodológico	109
3.5. Particularidades da assessoria em gestão organizacional	112
3.6. A relevância das atividades de formação	113
3.7. Contribuições de Paulo Freire para a análise	114
3.8. Contribuições da TMR	116

3.9. Contraponto com a experiência da Capina	118
3.10. Contribuições da TCT	120
3.11. Assessoria extensionista no campo tecnológico e a relação universidade pública- movimentos sociais	121
3.12. Particularidades da assessoria a coletivos de trabalho vinculados a movimentos sociais	123
3.13. Contribuições da pesquisa-participante	125
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>127</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>134</b>



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se efetiva a partir do mestrado no PPGTDS<sup>1</sup> do NIDES/UFRJ,<sup>2</sup> e nasce das minhas reflexões, junto ao restante da equipe extensionista do Projeto Organização do Trabalho e Autogestão (OTA)<sup>3</sup>, do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec), de assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade, durante a pesquisa participante de, aproximadamente, dois anos, realizada com as famílias da ocupação, que é coordenada pelo núcleo de Duque de Caxias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN-DC).

Além de buscar contribuir para a geração de trabalho e renda, visando a superação da condição de vulnerabilidade socioeconômica vivida por moradores e moradoras da ocupação, desde o princípio, nos propusemos a sistematizar tanto o trabalho participativo desenvolvido junto ao Coletivo de Cozinheiras, quanto os principais caminhos antes percorridos pelas equipes de assessoria técnica já atuantes na ocupação quando da chegada do Projeto OTA, que se mostraram relevantes para análises e uma compreensão mais adequada a seu respeito.

---

<sup>1</sup> O Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS), está sediado no NIDES (Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social), órgão suplementar do Centro de Tecnologia (CT) da UFRJ. O PPGTDS tem uma única área de concentração, denominada "Tecnologia para o Desenvolvimento Social", que conta com três linhas de pesquisa: "GESTÃO PARTICIPATIVA", "TECNOLOGIA SOCIAL" e "TRABALHO E FORMAÇÃO POLITÉCNICA". (retirado de [nides.ufrj.br/index.php/ppgtds](http://nides.ufrj.br/index.php/ppgtds) em 12 de agosto de 2019).

<sup>2</sup> O NIDES é um Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia da UFRJ composto por programas e projetos que fundamentam suas ações de extensão, pesquisa e ensino [...] a partir do pressuposto de que a ciência e a técnica não são neutras, em suas ações. (retirado de [nides.ufrj.br](http://nides.ufrj.br) em 12 de agosto de 2019).

<sup>3</sup> O Projeto Organização do Trabalho e Autogestão (OTA) se inicia entre os anos de 2005 e 2007, com a assessoria à Cooperativa de Produção de Parafusos do Estado do Rio de Janeiro (COOPARJ), por meio da qual foram utilizados métodos participativos na busca de assegurar a viabilidade técnica, econômica e social do empreendimento. A partir de 2010, lidera um mapeamento de abrangência nacional, que deu origem ao livro *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*. Além disso, foram desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão com Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), com a fábrica recuperada Flaskô e com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), iniciadas entre 2014 e 2015, com esta última se entendendo até hoje. Em paralelo a essas atividades, o OTA manteve ações com as empresas recuperadas por trabalhadores e foi protagonista na formação do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT), que envolve 10 universidades públicas brasileiras. Em 2016, por fim, o projeto deu origem a uma disciplina no Mestrado Profissional em "Tecnologia para o Desenvolvimento Social" (PPGTDS) do NIDES, chamada "Organização do Trabalho, Autogestão e Economia Solidária" (OTAES). (adaptado a partir de <http://nides.ufrj.br/index.php/projetos-soltec/ota> em 12 de setembro de 2019).

Com apenas seis meses de desenvolvimento, no entanto, o processo de assessoria em gestão organizacional ao Coletivo de Mulheres sofreu uma inesperada interrupção. Fato que comprometeu o alcance de resultados mais tangíveis em termos de geração de renda e melhoria das condições de vida das famílias de Solano Trindade, o que foi motivo de grande desapontamento e insatisfação por parte de toda a equipe extensionista.

Mas que, em contrapartida, nos deu mais tempo e condições para a ampliação da pesquisa, de modo a incluir, ainda, as ações de assessoria em gestão da Ong Capina e, sobretudo, do Projeto Campo-Cidade (CaCi), também do Soltec, porém, junto a coletivos de produção associada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado do Rio de Janeiro (MST-RJ).

Estas iniciativas de assessoria foram, ambas, incorporadas como contrapontos à experiência inicial com as famílias da ocupação e, assim, terminaram trazendo elementos novos e relevantes para reflexão e análise, tanto da dinâmica de assessoria extensionista às mulheres do Coletivo, quanto do percurso de aproximação e trabalho participativo em si, junto ao movimento de moradia coordenador da ocupação, num sentido mais amplo.

Vale destacar, nesse sentido, que durante a construção coletiva desta pesquisa, compreendemos a aproximação e a atuação participativa entre universidade pública e movimentos sociais, efetivadas a partir da extensão universitária e, em particular, das práticas de assessoria extensionista, tais quais as aqui analisadas, como positiva e estratégica para ambos os atores, sobretudo, no contexto atual de ataques e ameaça equivalente, tanto sobre um, quanto o outro.

Contexto complexo, particularmente no âmbito da universidade pública, dentre outros fatores, conformado: de um lado, pelo afastamento entre a atuação prática da universidade pública brasileira e a realidade de profunda desigualdade social na qual se insere, enquanto; de outro, pela aproximação induzida e cada vez mais aguda, da universidade pública em direção ao *ethos* empresarial e aos propósitos econômico-financeiros associados a um mercado de educação superior, amplamente incentivado pelo Estado e em franca expansão.

Aproximação, esta, que, para além da formação tecnicista e individualista direcionada para o mercado profissional (uma questão histórica do campo tecnológico, em especial), faz da universidade pública brasileira, hoje, alvo de um projeto político, que a atinge por meio de amplos e generalizados cortes de investimentos governamentais, com o propósito de impelí-la a buscar meios próprios e paralelos de financiamento, para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, junto aos mercados de educação e de P&D das empresas.

Nesse sentido, também os movimentos sociais têm tido o seu papel de mobilização e organização em torno das demandas populares, da busca por direitos coletivos e da defesa dos mais excluídos amplamente questionado, além de sofrer com a possibilidade de ter sua atuação tipificada como terrorismo, por meio de um vago e distorcido conceito, enfrentando o preconceito e a violência de uma parcela significativa da população, mas sobretudo, do próprio Estado brasileiro.

A este respeito, conservamos uma forma de pensar bastante próxima a de Novaes (2010). Nossa compreensão, nesse sentido, é que, se por um lado, o ataque aos movimentos sociais, intensificado desde o golpe político-jurídico-midiático de 2016 e materializado no assassinato de lideranças populares, bem como na retirada dos já escassos recursos destinados à Reforma Agrária e à sobrevivência de iniciativas autogestionárias (como as de auto-construção urbana), impacta negativamente na atuação dos pesquisadores-extensionistas, assim como na dos próprios movimentos sociais; por outro, no entanto, este quadro de duplo ataque pode contribuir, também, para a aproximação, a cooperação e o fortalecimento da relação entre ambos.

Isto é, pode contribuir para o estreitamento da relação universidade pública-movimentos sociais, fundamentada por duas premissas:

i) a primeira, de que os movimentos sociais representam as necessidades e anseios populares, condensados (e historicamente conquistados) por meio da ação coletiva organizada;

ii) e, a segunda, de que a universidade pública, por seu relevante papel na construção de novos conhecimentos e tecnologias, deve estar voltada para os

interesses e demandas da maior parte da população, em contraposição à orientação da tecnociência hegemônica.

A partir dessa conjuntura de ataques e ameaças sobrepostas, contexto que favorece e salienta o relevo da aproximação universidade pública-movimentos sociais, se torna patente, portanto, a demanda por práticas universitárias, tais como as atividades de assessoria extensionista aqui analisadas, que permitam olhar para outros aspectos, elementos e fatores. Atividades que, dito de outro modo, propiciem o foco sobre outros objetos de pesquisa e por meio de outras lentes conceituais de análise.

Nas áreas tecnológicas, em especial, se mostra evidente a carência por atividades acadêmicas que possibilitem o desenvolvimento de hipóteses, questões e narrativas, inseridas em contextos e com propósitos diferenciados. Assim como, a participação ativa de um público igualmente distinto do que costuma ser considerado pelas práticas de ensino, pesquisa e extensão hegemônicas, enviesadas, em grande medida, pelos interesses e parâmetros de avaliação do poder econômico, por um lado, além de desvinculadas da realidade da maioria da população, sócio, política e economicamente excluída, por outro.

Dessa lacuna, deriva, portanto, grande parte da relevância deste estudo, que por meio da participação, observação e análise de atividades práticas de assessoria extensionista, almeja contribuir para a reflexão, também, sobre a aproximação e a relação (de trabalho participativo) entre universidade pública e movimentos sociais. Em particular, na seara do campo tecnológico, assim compreendido pelas áreas das engenharias e afins, tais como arquitetura e agronomia. Áreas técnicas, nas quais se insere a totalidade das ações de assessoria apreciadas, assim como a formação de praticamente todos os integrantes do Soltec/NIDES/UFRJ.

O que corresponde a afirmar que a importância desta pesquisa advém, dentre outros fatores, da tarefa de retomar e fortalecer a função social da universidade pública, por meio do desenvolvimento, da sistematização e do estudo de práticas de extensão universitária efetivamente comprometidas com a dialogicidade, no campo tecnológico em especial. Ou seja, por meio da atividade de extensão concebida enquanto “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da

sociedade” (FORPROEX, 2012, p.29), além de dinâmica de natureza educativa, indissociável das atividades de pesquisa e ensino.

Tarefa que se encontra diretamente ligada à busca que dá origem à ampliação deste estudo, de diálogo com as demais experiências examinadas e a literatura relacionada. E carrega o propósito de identificar até que medida as impressões, reflexões e análises prévias, conformadas por características e traços particulares de Solano Trindade bem como da ação de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, se fariam presentes e relevantes, também, nessas outras experiências de assessoria em gestão a coletivos de produção e comercialização associadas, organizados por distintos movimentos sociais.

Tal reflexão possui enquanto objetivo principal contribuir com as discussões e aprendizados acerca das particularidades dessa modalidade específica, frente à assessoria extensionista junto a coletivos de trabalho associado de caráter independente, isto é, não ligados a movimento social algum, mobilizados essencialmente, portanto, em torno da atividade econômico-produtiva e da busca por resultados financeiros.

Vale ressaltar que não pretendemos ou esperamos esgotar o debate a respeito do tema, mas sim produzir uma coletânea de sistematizações das ações de assessoria apreciadas, como foco especial no processo de pesquisa e trabalho participativo conduzido junto ao movimento de moradia e as famílias de Solano Trindade, assim como nas reflexões analíticas a partir dele geradas.

O que equivale a esclarecer que não procuramos, necessariamente, descobrir algo inédito, mas sim promover um exercício de registro e sistematização, classificado por Umberto Eco como “tese de compilação” (ECO, 2008) que, aliado ao arcabouço teórico do PPGTDS do NIDES/UFRJ, sobre metodologias de pesquisa participativa, educação popular e Teoria Crítica da Tecnologia (TCT), contribua para avanços em termos de reflexão e compreensão acerca das especificidades dos processos de assessoria entre universidade pública e movimentos sociais.

Propósito, este, que, até certo ponto, é alcançado, à medida que se aprofunda o trabalho participativo de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, a investigação acerca das demais práticas consideradas e as reflexões surgidas a partir

desse campo ampliado de pesquisa, do contraponto entre as distintas experiências apreciadas, assim como da pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico que se mostrou mais apropriado para as análises desenvolvidas.

Nesse sentido, em termos práticos, a alternância entre a realidade concreta experimentada no campo de trabalho e pesquisa e seu subsequente cruzamento com o marco conceitual que fundamenta o PPGTDS do NIDES/UFRJ se mostrou de suma importância para obter os níveis de compreensão, assimilação e profundidade alcançados em ambos os processos de trabalho-aprendizado, tanto o teórico de reflexão analítica, como prático de assessoria ao Coletivo de Mulheres.

Tal aprofundamento teórico se inicia cerca de um ano antes dos primeiros contatos estabelecidos com Solano Trindade e o MNLM-DC, pelo estudo de experiências autogestionárias de organização para o trabalho, da TCT, de metodologias de pesquisa participativa, assim como da experiência acumulada pelo Soltec/NIDE/UFRJ ao longo de seus 16 anos de assessoria extensionista junto às camadas mais excluídas da população.

E, em seguida, prossegue pela investigação acerca da extensão universitária, envolvendo, desde questões de ordem antropológica, epistemológica e estrutural apontadas por Freire (2017), até as definições normativas, consensuadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o FORPROEX, como a Política e o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Segundo Freire (2017), uma ação de assessoria extensionista autêntica, isto é, realmente comprometida com o aprendizado, o crescimento pessoal e a emancipação dos participantes, necessita, antes de mais nada, estabelecer um processo alternado de reflexão dialética, que conecte teoria e prática extensionistas, de modo que se retroalimentem, enriquecendo-se mutuamente, a fim de alcançar uma *práxis* extensionista de perspectiva holística, dialógica e socialmente pactuada, tanto com a produção de conhecimento científico relevante e de qualidade, quanto e, sobretudo, com a transformação da realidade das mulheres e dos homens simples, da cidade e do campo.

Por meio desse aprofundamento teórico, bem como da mencionada alternância teoria-prática-teoria, foi possível avaliar o quão próximos (ou distantes) as práticas de assessoria analisadas se encontram dos propósitos extensionistas de efetivo diálogo com a parcela mais numerosa da população e de superação coletiva da realidade de vulnerabilidade socioeconômica aguda, em que se encontram.

Mas, se por um lado, os estudos sobre a extensão universitária nos auxiliam a compreender melhor aonde queremos chegar e, em linhas gerais, o que precisamos fazer para tanto, os estudos em TCT, por outro lado, aprofundam e evidenciam esse percurso, ao indicar, com mais clareza, a partir de que aspectos da vida cotidiana e da realidade concreta de trabalho, em especial, de que métodos, técnicas e ferramentas da tecnociência hegemônica, podemos e devemos problematizá-la, a fim de dar início a uma ação de assessoria extensionista *stricto sensu*.

De modo que, sobretudo no campo da gestão organizacional, em particular, na assessoria ao Coletivo de Cozinheiras de Solano Trindade, a TCT e os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) se mostraram fundamentais para, a partir de elementos concretos, como a organização do trabalho, a divisão de tarefas, as formas de controle, planejamento e decisão, por exemplo, as mulheres do Coletivo conseguissem, mediadas pelos assessores extensionistas, assim como a partir da técnicas já existentes, mas sobretudo da sua própria realidade, dar início a um processo de (re)invenção dos seus métodos e formas particulares de organização para o trabalho coletivo.

Por fim, o breve mergulho na teoria sobre movimentos sociais teve o intuito de embasar reflexões analíticas mais adequadas e aprofundadas, a respeito das especificidades da assessoria extensionista a coletivos produtivos. Coletivos de trabalho associado, portanto, que não se encontram mobilizados, exclusivamente, em torno de uma necessidade, ou mesmo, oportunidade econômica, mas que, pelo contrário e para além disso, perseguem um propósito mais amplo, de longo prazo e caráter coletivo.

De maneira que, a partir do resultado enfim alcançado, podemos afirmar que os exercícios de sistematização, tanto do processo de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras de Solano Trindade, quanto do conjunto de reflexões analíticas subsequentes, desenvolvidos por meio deste estudo, carregam

significativo potencial de contribuição na busca por uma melhor compreensão acerca das particularidades da assessoria a coletivos de produção e/ou comercialização ligados a movimentos sociais.

Em outros termos, significa dizer que esta dissertação pode auxiliar na formação de assessores técnicos extensionistas melhor preparados para o diálogo e o trabalho participativo com os membros destes coletivos, que compreendem a atividade econômica como uma ação estratégica mais abrangente, para além do objetivo financeiro, de melhoria imediata (e absolutamente necessária) de sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Estratégia e objetivos ampliados que, por sua vez, demandam a inserção, concomitante, também em estruturas organizacionais de outra natureza, com regras, planejamentos e cultura próprias e voltadas especificamente para tal finalidade, tais quais os movimentos sociais.

Em suma, este estudo traz aportes, portanto, para o desenvolvimento de assessorias que busquem, por um lado, estabelecer diálogo e compartilhamento efetivos entre os conhecimentos popular e acadêmico, assim como lançar um olhar crítico e problematizador sobre o contexto político, econômico e social, de produção e utilização ingênua e acrítica da tecnociência hegemônica. Enquanto, por outro, que se mantenham comprometidas com o reconhecimento, a compreensão e a adequação, até certa medida, à cultura, à estrutura organizacional e à hierarquia pré-existentes, inerentes a qualquer movimento social. Para citar, apenas, alguns dos aspectos que costumam ter sua transmissão e aderência entre a base, atribuídas pelo movimento, à responsabilidade de seus coordenadores.

Tal compromisso, no entanto, não pode ser compreendido como o fim do trabalho coletivo, contínuo e concomitante, pelo aprimoramento, tanto da dinâmica participativa de assessoria extensionista, quanto da organização interna do próprio movimento social, ao menos, até onde compete o escopo do trabalho de assessoria. O que, somente é possível, mediante um olhar fundamentado na teoria, atento, crítico e problematizador, sobre suas próprias práticas, sejam elas, dos técnicos extensionistas da universidade, ou do movimento social assessorado.



## **OBJETIVOS**

O objetivo principal desta pesquisa é sistematizar reflexões acerca das particularidades da assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais, no campo tecnológico.

### **Objetivos Específicos**

Já enquanto objetivos específicos, podemos listar:

1. Sistematizar as experiências de assessoria extensionistas consideradas, com foco especial na pesquisa participante junto às mulheres do Coletivo de Cozinheiras da ocupação Solano Trindade;

2. Identificar até que medida as impressões, reflexões e análises prévias, conformadas por características e traços particulares da ocupação Solano Trindade e da assessoria extensionista em gestão ao Coletivo de Mulheres, se fariam presentes e relevantes também nas demais experiências de assessoria;

3. Promover o contraponto e a troca de experiências e aprendizados entre as distintas práticas de assessoria apreciadas;

4. Desenvolver reflexões e análises com efetivo potencial de contribuição para aprendizados e avanços, a partir da pesquisa participante e do exercício analítico subsequente;

5. Contribuir para o desenvolvimento do potencial crítico das mulheres do Coletivo de Cozinheiras da ocupação Solano Trindade, isto é, de sua capacidade de apreensão complexa sobre a própria realidade, de reflexão, aprendizado e, em suma, de emancipação social.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo se desenvolve a partir do referencial teórico que fundamenta o PPGTDS do NIDES/UFRJ e da observação participante, de aproximadamente dois anos, junto à ocupação Solano Trindade do MNLM-DC. Ademais, é permeado, ainda, por entrevistas abertas e semi-estruturadas, individuais e coletivas, com atores-chave

identificados, dentre moradores, lideranças populares, professores, técnicos-administrativos e estudantes extensionistas da graduação e da pós-graduação envolvidos, direta ou indiretamente, tanto nos processos de assessoria do Projeto OTA à ocupação, como na ação extensionista do Projeto CaCi ao MST-RJ e na atuação da Ong CAPINA.

A referida análise procura o diálogo com essas distintas experiências e a literatura relacionada, a fim de identificar até que medida as impressões, reflexões e análises prévias, conformadas por características e traços particulares à Solano Trindade e à ação de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, se fariam presentes e relevantes também em outros casos de assessoria da universidade pública a coletivos de produção e comercialização associadas, organizados por diferentes movimentos sociais.

Busca que se reflète nas seguintes questões orientadoras, formuladas mediante a pesquisa participante na assessoria extensionista do Projeto OTA ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade:

- Que especificidades poderiam estar relacionadas aos processos de assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais?
- Que tensões e contradições viriam a surgir a partir do contato, da aproximação e do trabalho participativo em dinâmicas de assessoria extensionista a coletivos de produção e/ou comercialização associadas, organizados e mobilizados por movimentos sociais?

Desse modo, as reflexões e análises desenvolvidas, para além de fundamentadas no referencial teórico construído, tem como base a investigação dos processos de assessoria em gestão, da Ong Capina e, sobretudo, do Projeto CaCi, também do Soltec, porém, junto a coletivos de produção do MST-RJ, concebidos, ambos, como contrapontos à experiência inicial, com as famílias da ocupação e o movimento de moradia que a coordena.

Vale destacar, no entanto, que, com esta pesquisa, não buscaremos esgotar o debate a respeito do tema, mas sim produzir uma sistematização, tanto do processo

de pesquisa e trabalho participativo junto ao movimento de moradia e as famílias de Solano Trindade, como das reflexões analíticas a partir dele geradas.

O que equivale a esclarecer que não pretendemos, necessariamente, descobrir algo inédito, mas sim promover um exercício de registro e sistematização, classificado por Umberto Eco como “tese de compilação” (ECO, 2008) que, aliado ao arcabouço teórico do PPGTDS do NIDES/UFRJ, sobre metodologias de pesquisa participativa, educação popular e Teoria Crítica da Tecnologia (TCT), contribua para avanços em termos de reflexão e compreensão acerca das especificidades dos processos de assessoria entre universidade pública e movimentos sociais.

Desenvolvido, dessa maneira, a partir de ações compartilhadas entre as equipes de assessoria extensionista dos Projetos OTA e CaCi e os coletivos de trabalho associado ligados a movimentos sociais, respectivamente MNLM e MST, o projeto de pesquisa pode ser qualificado, portanto, como um estudo qualitativo exploratório de compilação, que visa a sistematizar e refletir sobre processos de assessoria da universidade pública a movimentos sociais, por meio:

i) da observação participante junto ao Coletivo das Mulheres da Cozinha da Ocupação Solano Trindade do MNLM-DC, por meio da inserção enquanto técnico extensionista na equipe do Projeto OTA;

ii) do acompanhamento e da investigação a respeito das atividades do Projeto CaCi junto ao MST-RJ, registrados em capítulos de livros, dissertações de mestrado, artigos científicos, bem como das entrevistas realizadas com atores-chave do próprio Soltec e da CAPINA, que orientou a construção de sua metodologia, além de ter capacitado as lideranças do movimento de moradia que mobiliza, organiza e coordena a ocupação.

Fundamentado em Eco (2008), este estudo se propõe a utilizar fenômenos reais, concretos e práticos, mediante acompanhamento em campo de um grupo específico ou, como opção alternativa no caso do Projeto CaCi, mediante sistematizações já realizadas, como fonte primária de pesquisa. Já enquanto fonte secundária, buscou utilizar a seleção de autores que, com o desenvolvimento do projeto de pesquisa, se mostrou mais interessante para uma análise de perspectiva

aprofundada, embasada e crítica sobre as particularidades do objeto de estudo delimitado.

Nesse sentido, vale ressaltar que a observação participante vai além da simples observação direta, já que implica em um “grande envolvimento do pesquisador com a situação estudada” (LUDKE e ANDRÉ, 1986; apud OLIVEIRA FILHO, 2018, p. 11). Embora, por outro lado, para Mónico et al. (2017), também o coloque em “posição privilegiada para obter muito mais informações, e um conhecimento mais profundo do que aquele que seria possível se estivesse a observar de fora” (VINTEN, 1994; apud MÓNICO et al., 2017, p. 730).

A presente pesquisa busca, portanto, re-organizar e reconstruir ordenadamente a situação concreta vivenciada, particularmente, no campo de trabalho e pesquisa de Solano Trindade, a fim de aprofundar, por meio da teoria, bem como da realidade prática das demais experiências apreciadas, reflexões analíticas sobre o próprio processo de trabalho experimentado, assim como, de modo mais amplo, sobre a temática da assessoria extensionista a movimentos sociais.

A partir de Holliday (2006), podemos afirmar que sistematizando a experiência vivida, o estudo reconstrói o passado, a fim de compreender o que se coloca no presente. Se caracterizando, ademais, como um processo participativo, uma criação coletiva, de caráter transformador, tanto em relação ao pensar e fazer técnico científico hegemônico, como à condição de vulnerabilidade socioeconômica das famílias da ocupação.

Almeja-se compreender, portanto, que lógicas próprias e específicas poderiam estar associadas às experiências de assessoria extensionista vivenciadas, por meio da organização de “conhecimentos desordenados e percepções dispersas” (HOLLIDAY, 2006, p.25), bem como da interpretação crítica subsequente de seus fatores de influência mais relevantes.

Orientado, de maneira integral e continuada, pela *Grounded Theory* (GT) (GASQUE, 2007; CORBIN e STRAUSS, 2008; TAROZZI, 2011), o presente estudo não se propõe a identificar e isolar supostas relações simples de causa-efeito, classificar dados em categorias previamente estabelecidas e, muito menos, chegar a padrões e a formulações de caráter generalista.

Esta pesquisa não almeja, tampouco, a comprovação de nenhuma teoria prévia, em especial, assim como não compreende como possível a tarefa de eliminar totalmente a influência do observador em questão nas escolhas da pesquisa e nos resultados alcançados.

Estruturada a partir da GT, como enunciado, bem como de acordo com Flick (2009), esta pesquisa pretende sintetizar suposições teóricas formuladas mediante o contato direto com o campo, com as pessoas e com as situações de trabalho coletivo observadas. Isto é, desenvolve suas questões de pesquisa, componente teórico e reflexões analíticas, a partir da análise do material empírico acumulado, por meio da observação participante e das entrevistas realizadas.

Para tanto, o estudo lança mão das técnicas de amostragem teórica, que consistem, em suma, na seleção ordenada de indivíduos e/ou grupos por potencial de contribuição para a pesquisa, bem como do método de triangulação de dados, que busca abordar um mesmo fenômeno, aspecto ou percepção, ainda que pessoal, a partir de diferentes momentos, contextos e locais, assim como por meio de indivíduos distintos. (FLICK, 2009).

Nessa mesma direção, outra referência teórica significativa para este estudo foi a obra “Extensão ou comunicação?”, na qual o pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire reflete sobre a prática extensionista. Segundo Freire (2017) aponta:

[...] a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira.

[Enquanto,] a prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente. (FREIRE, 2017, p.47).

Dito de outra maneira, uma ação de assessoria extensionista autêntica, no sentido de uma verdadeira preocupação com o aprendizado, o crescimento pessoal e a emancipação dos envolvidos, como atribuído por Freire (2017), necessita, antes de mais nada, estabelecer um processo alternado de reflexão dialética, que conecte teoria e prática extensionistas, de modo que se retro-alimentem, enriquecendo-se mutuamente.

Dessa forma, busca uma *práxis* extensionista de perspectiva holística, dialógica e socialmente comprometida, tanto com a produção de conhecimento científico

relevante e de qualidade para a sociedade, quanto e, sobretudo, com a intervenção para a transformação da realidade das mulheres e dos homens simples, da cidade ou do campo, bem como de suas famílias.

A este respeito, em termos práticos, a alternância entre a realidade concreta experimentada, por meio do trabalho participativo de assessoria desenvolvido junto aos movimentos sociais, e seu subsequente cruzamento com o referencial teórico que fundamenta o PPGTDS do NIDES/UFRJ, se mostrou de suma importância para obter os níveis de compreensão, assimilação e profundidade alcançados em ambos os processos de trabalho-aprendizado, tanto o teórico de reflexão analítica, como prático de assessoria extensionista.

Tal percurso analítico de alternância teórico-prática é aprofundado e se torna mais claro a partir do capítulo seguinte, em que são explorados os conceitos e entendimentos teóricos que envolvem a assessoria extensionista a movimentos sociais, assim como do subsequente, onde são apresentadas as experiências concretas de trabalho, co-desenvolvidas junto aos coletivos de trabalho associado assessorados.

## **CAPÍTULO 1 - BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

### **1.1. Apontamentos a partir de Paulo Freire**

#### **1.1.1. Uma aproximação teórica ao termo e à prática da extensão**

O tema da extensão universitária possui significativa relevância diante do caráter central da relação universidade pública-movimentos sociais para o contexto das dinâmicas de assessoria analisadas por este estudo. Afinal, antes de se constituir enquanto assessoria em gestão, arquitetura ou agroecologia, todos esses processos são e, sobretudo, se iniciam como uma ação extensionista genérica, em termos da aproximação e inserção no campo, por exemplo. Ou seja, em termos do contato, da interação e do trabalho participativo com os membros dos movimentos sociais.

Nesse sentido, a busca por referencial teórico sobre a prática da extensão universitária guiou este projeto de pesquisa até a obra de Paulo Freire, educador brasileiro mundialmente reconhecido como um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, além de Patrono da Educação Brasileira, por sua diferenciada e influente “compreensão ético-crítico-política da educação”, como o próprio preferia definir.

Vale destacar que o contexto político brasileiro atual, de perseguição e ataque ao legado de Paulo Freire e suas ideias, jamais interferiu em nossa perspectiva e visão de mundo alinhada à sua obra. Na verdade, o quadro que se apresenta tem, pelo contrário, reforçado a certeza de que se faz cada vez mais relevante ampliar a capilaridade e a massificação de seu trabalho e de suas reflexões, sobretudo entre as camadas populares.

Afinal, como o próprio afirma em uma de suas frases mais conhecidas, “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”, vide o que tem ocorrido com aqueles que, atualmente, o perseguem sem, de fato, conhecer sua obra. Infelizmente, aprofundada de forma restrita, em apenas alguns poucos cursos de graduação e pós-graduação da área das ciências humanas e sociais, campo científico igualmente perseguido pela ascensão conservadora presenciada, hoje, no Brasil e no exterior.

Em seu livro “Extensão ou comunicação?”<sup>4</sup>, Freire (2017) se debruça, de forma crítica, sobre a prática do agrônomo, segundo ele, erroneamente chamado de extensionista, para propor uma outra perspectiva acerca da atividade de extensão, a ser desenvolvida, nesse caso, a partir de um quefazer crítico, consciente, ativo e comprometido com a transformação da realidade do “homem simples”.

Paulo Freire inicia seu percurso analítico por uma exploração linguística do termo “extensão” para, em seguida, partir para um exame gnosiológico da prática extensionista observada, mantendo sempre, enquanto contrapontos, tanto a significação do termo, quanto a prática de um verdadeiro processo de “comunicação”, estabelecido a partir de trocas entre sujeitos ativos, atentos e conscientes de si mesmos, do outro e do que trocam entre si.

Tal campo associativo de palavras, quando diante dos termos que compõe o campo significativo de “comunicação”, terminam por evidenciar as profundas diferenças, a partir das quais o autor estrutura boa parte de sua argumentação inicial e localiza o eixo central dessa sua primeira análise. Para Paulo Freire, “todos estes termos [do campo associativo de “extensão”] envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar [...] a formação e a constituição do conhecimento autênticos”. (FREIRE, 2017, p.20).

Ademais, segundo o educador, o termo ‘extensão’ guarda, ainda, uma dupla relação de superioridade, tanto dos sujeitos ativos, frente aos passivos, quanto do conteúdo técnico “estendido”, que se sobrepõe a conteúdos pré-existentes na perspectiva daqueles que se encontram passivos a essa ação. O que conduz a análise a outro conceito chave para o autor, a noção de ‘invasão cultural’, do “conteúdo levado, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem”. (FREIRE, 2017, p.20).

Freire vai além ao afirmar que “a ação extensionista [a de caráter mecanicista, messiânico e antidialógico] envolve [...] ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para a sua maneira, ‘normatizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (FREIRE, 2017, p. 20). E prossegue complementando que “o conceito de

---

<sup>4</sup> Publicado originalmente em 1969, durante o exílio de Paulo Freire no Chile, sob o título de *Extención o Comunicación?*.



extensão não corresponde a um quefazer educativo libertador”, ou seja, a uma ação que problematize a “situação concreta, objetiva, real [do ‘homem simples’], para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela”. (FREIRE, 2017, p.23).

É sintomático, assinala, que os técnicos extensionistas, “especializados nas relações homem-mundo (tomando este, infelizmente, em seu sentido exclusivo de natureza)” (FREIRE, 2017, p.24) como são, busquem substituir o conhecimento, associado à ação dos “homens simples” sobre a realidade, por seu próprio conhecimento, o técnico-científico, supostamente neutro, apolítico e de caráter “unidimensional” (MARCUSE, 1973), no sentido do excesso de objetividade, em detrimento do campo subjetivo.

Em suma, por uma perspectiva gnosiológica, ou seja, sob o olhar da teoria do conhecimento, para Freire, “se há algo dinâmico na prática sugerida por tal conceito, este algo se reduz à pura ação de estender (o estender em si mesmo) em que, porém, o conteúdo estendido se torna estático” (FREIRE, 2017, p.27). Contexto que demonstra uma flagrante reprodução de uma ação educadora padronizada, roteirizada, normatizada e, sobretudo, conteudista. O educador brasileiro acrescenta:

Daí que se torne indispensável a superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual muitas vezes nos conservamos. Ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral. (FREIRE, 2017, p.28).

### 1.1.2. Cultura e prática extensionista

Com o intuito de destacar um importante traço comum à prática de extensão, Freire faz uso do conceito de “invasão cultural”, que havia sido apenas mencionada no item anterior. Por meio de aproximações semânticas e considerando, sobretudo, a realidade prática do agrônomo-extensionista, depreende que a ação de invadir culturalmente sugere o ato de “penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores”. Processo que se dá por meio de relações, notadamente, autoritárias, a partir de posições, perspectivas e visões de

mundo antagônicas e que termina por reduzir mulheres e “homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação [extensionista antidialógica]. (FREIRE, 2017, p.48).

Freire explica que, em uma dinâmica de invasão cultural, “o primeiro [o invasor] atua, [enquanto] os segundos [invadidos] têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro. [...] [De modo que,] O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são ‘pensados’ por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição.” (FREIRE, 2017, p.49).

Paralelo a isso, o professor destaca, ainda, o argumento produtivista da “perda de tempo”, segundo o qual “a dialogicidade é inviável” para a ação extensionista, devido a sua “lentidão”, frente à imperativa e crescente busca por um ideal de ‘eficiência’ orientado por resultados numérico-financeiros, de curto prazo e para o “aumento da produção” (FREIRE, 2017, p.54).

Tal ponto de vista para Freire no entanto, reflete, não somente o “equivoco gnosiológico implícito no termo extensão” e uma “falsa concepção” a respeito de como se constitui o conhecimento, como sobretudo uma “inegável descrença no homem simples” (FREIRE, 2017, p.55 e 56). Descrença esta, definida pelo educador, como:

Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer: o de sujeito desta procura. Daí a preferência por transformá-la em objeto do “conhecimento” que se lhe impõe. Daí este afã de fazê-lo dócil e paciente receptor de “comunicados”, que se lhe introjetam, quando o ato de conhecer, de aprender, exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. Uma busca que, por ser busca, não pode conciliar-se com a atitude estática de quem simplesmente se comporta como depositário do saber. (FREIRE, 2017, p.57).

Para Freire, portanto, a “descrença no homem simples”, denota, em si, outro equivoco também comum à cultura extensionista antidialógica, a absolutização, quando não a completa alienação de sua ignorância, por aqueles que se classificam como os que sabem, frente aos demais, vistos como incultos, incompetentes e intelectualmente inferiores. A este respeito, o professor elucida:

Na verdade, porém, bastaria que reconhecêssemos o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que ele transforma através de seu trabalho, para que o percebêssemos como um ser que conhece, ainda que este conhecimento se dê em níveis diferentes [...] por isso mesmo, não há absolutização da ignorância nem absolutização do saber. Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). Pois sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. (FREIRE, 2017, p.57).

### 1.1.3. Uma questão antropológica, epistemológica e gnosiológica

O professor Paulo Freire prossegue na construção de sua análise sobre a prática extensionista, se contrapondo àquilo que se referiu, inicialmente, como uma concepção ingênua do processo de construção do conhecimento e, por consequência, da própria atividade de extensão, comumente associada à absolutização e à alienação da ignorância por parte dos técnicos-extensionistas. O que termina por conduzir à descrença na capacidade intelectual dos educandos e, inevitavelmente, a processos anti dialógicos e autoritários, de invasão cultural.

Seu objetivo, com tal percurso analítico, é pensar uma prática extensionista diferenciada, pautada em outra perspectiva e estruturada a partir do reconhecimento de mulheres e homens simples enquanto sujeitos, em ação, invenção e intervenção, conscientes de que são produtores, mas também produto de sua realidade sócio-cultural, política e material:

Conhecer, na sua dimensão humana, [...] não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe dá ou impõe.

[...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo: aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.

[...] é necessário que, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer. (FREIRE, 2017, p. 28 e 29).

Em outros termos, Freire aponta para a importância fundamental e imediata de uma atitude curiosa, instigada, verdadeiramente crítica e problematizadora, que carregue enquanto objetivo a (re)invenção, não apenas da atividade de extensão, em si, como também do que Mészáros (2002) conseguiu sintetizar, por um paradigma ampliado, enquanto uma “sociedade para além do capital”.

O educador argumenta, que, ao receber passivamente uma extensão de caráter mecanicista e antidialógico, concebida enquanto ação de depositar conhecimento, o “homem simples” apenas “transforma e capta a presença das coisas (o que não é ainda conhecimento verdadeiro)”. Assim sendo, em outros termos, situa sua construção intelectual “no domínio da mera opinião ou da doxa [...] campo em que

os fatos, os fenômenos naturais, as coisas são presenças captadas pelos homens, mas não desveladas nas suas autênticas inter-relações”. (FREIRE, 2017, p.31).

Freire dá sequência, esclarecendo que “a percepção desta presença não significa o ‘adentramento’ neles [nos fatos concretos e problematizadores], de que resultaria a percepção crítica dos mesmos.” (FREIRE, 2017, p.31). Percepção, esta, a partir da qual:

Um fato está sempre em relação com outro, claro ou oculto. Na percepção da presença de um fato está incluída a percepção de suas relações com outros. São uma só percepção. Por isto, a forma de perceber os fatos não é diferente da maneira de relacioná-los com outros, encontrando-se condicionadas pela realidade concreta, cultural, em que se acham os homens. (FREIRE, 2017, p.31 e 32).

A partir da compreensão do “pensamento mágico” ou “modo mágico de pensar”<sup>5</sup>, enquanto estágio em que se encontram as “maiorias camponesas da América Latina”, o professor destaca que, entretanto, “a percepção mágica, que incide sobre o concreto, sobre a realidade, é tão objetiva quanto ela” (FREIRE, 2017, p.32) e que oferece resistência à chegada, à entrada e à apropriação por parte da linguagem objetiva tecno-científica dos extensionistas-bancários.

Assim sendo, a questão-chave que se coloca passa a ser como promover, em conjunto com mulheres e homens simples, uma prática extensionista e, por isso mesmo educativa, a partir da qual, técnicos-extensionistas não apenas depositem e busquem substituir conhecimentos, considerados inferiores. Mas que, pelo contrário, encontrem nela uma via alternativa, que permita engendrar um processo participativo, por meio do qual todos compartilhem os seus e apreendam, mutuamente, os conhecimentos uns dos outros. Gerando, assim, novos aprendizados, por meio da troca entre sujeitos ativos, em real e atenta percepção e atuação dialética, sobre a realidade material que se apresenta e sobre a qual pretendem intervir.

---

<sup>5</sup> O “pensamento mágico” ou “modo mágico de pensar” pode ser definido, a partir de Freire (2017), enquanto estrutura lógica interna associa ao “domínio da mera opinião ou da *doxa* [...] . Campo em que [...] as coisas são presenças captadas pelos homens, mas não desveladas nas suas autênticas inter-relações [...], de que resultaria a percepção crítica das mesmas.” (FREIRE, 2017, 31).

De acordo com o educador, diante da questão complexa que se apresenta, por conseguinte, sua “resposta não pode estar na extensão mecanicista dos procedimentos técnicos”. Isso porque:

O pensamento mágico não é ilógico nem pré-lógico. Tem sua estrutura lógica interna e reage, até onde pode, ao ser substituído mecanicistamente por outro. Este modo de pensar, como qualquer outro, está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar.

Sobrepor a ele outra forma de pensar, que implica outra linguagem, outra estrutura e outra maneira de atuar lhe desperta uma reação natural. Uma reação de defesa ante o ‘invasor’ que ameaça romper seu equilíbrio interno. (FREIRE, 2017, p.34 e 35).

Freire destaca que os educandos, oriundos das comunidades tradicionais latino americanas e dos países em desenvolvimento, em geral, “se encontram de tal forma próximos ao mundo natural, que se sentem mais como parte dele, do que como seus transformadores.”. Em outros termos, é como se estivessem ligados por uma espécie de “cordão umbilical” a seu universo mágico-natural-cultural, o que “dificulta a operação de ‘admirá-lo’ [o mundo natural], na medida em que [...] não lhes permite ver o ‘ad-mirado’ em perspectiva”. (FREIRE, 2017, p.36).

O professor continua explicando, então, que “a captação dos nexos que prendem um fato a outro, não podendo dar-se de forma verdadeira, embora objetiva, provoca uma compreensão também não verdadeira dos fatos, que, por sua vez, está associada à ação mágica.” (FREIRE, 2017, p.36).

E, por fim, conclui que “não será com o equívoco gnosiológico que se encontra no termo ‘extensão’ que poderemos colaborar com os camponeses para que substituam seu comportamento mágico [ou seu pensar no domínio da pura doxa] em termos preponderantes, por uma forma crítica de atuar”. (FREIRE, 2017, p.37).

Freire aponta dois argumentos principais para atestar sua tese. O primeiro deles esclarece que:

[...] ao manter-se o nível de percepção do mundo, condicionado pela própria estrutura social em que se encontram os homens, estes objetos ou esta técnica, ou esta forma de proceder, como manifestações culturais estranhas à cultura em que se introduzem, poderão também ser percebidos magicamente. (FREIRE, 2017, p.37 e 38).

Enquanto o segundo, mostra que, para além disso:

[...] a substituição de procedimentos mágicos por técnicas ‘elaboradas’, envolve o cultural, os níveis de percepção que se constituem na estrutura social; envolve problemas de linguagem que não podem ser dissociados do pensamento, como ambos, linguagem e pensamento, não podem sê-la da estrutura. (FREIRE, 2017, p.38).

Fundamentação esta, que segundo a análise construída pelo educador brasileiro, leva à compreensão de que:

[...] o trabalho básico do agrônomo educador é tentar, simultaneamente com a capacitação técnica, a superação da percepção mágica da realidade, como a superação da ‘doxa’, pelo ‘logos’ [problematizador] da realidade. (FREIRE, 2017, p.38).

O que, dito de outra maneira, pode ser enunciado da seguinte forma:

[...] a substituição do procedimento empírico dos camponeses por nossas técnicas ‘elaboradas’ é um problema antropológico, epistemológico e também estrutural. Não pode, por isso mesmo, ser resolvido através do equívoco gnosiológico [e do processo antidialógico] a que conduz o conceito [e a prática] de ‘extensão’. (FREIRE, 2017, p.39).

Isto é, a superação da percepção e da ação mágica e fetichizada não pode ser alcançada por meio dos processos de natureza antidialógica, presentes nas práticas extensionistas que pecam por ingenuidade, desatenção ou despreparo, no contato e no diálogo com mulheres e homens simples assessorados. Mas, em contrapartida, pode ter sua conquista viabilizada a partir de dinâmicas efetivas de comunicação, baseadas na apreensão crítica da realidade, em aprendizados de caráter coletivo e, sobretudo, no intercâmbio mutuamente construtivo entre os conhecimentos popular e tecnocientífico.

#### 1.1.4. A influência das estruturas do capital

Freire identificou razões de outra natureza para a dificuldade de diálogo entre técnicos e camponeses, não esgotando sua análise, portanto, nos fatores única e exclusivamente relacionados aos educandos, a sua realidade material ou sua relação com os agrônomos-extensionistas:

Há razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo. Sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras do antidiálogo. O latifúndio, como estrutura vertical e fechada, é, em si mesmo, antidialógico. Sendo uma estrutura fechada que obstaculiza a mobilidade social vertical ascendente, o latifúndio implica numa hierarquia de camadas sociais em que os estratos mais “baixos” são considerados, em

regra geral, como naturalmente inferiores. Para que êstes sejam assim considerados, é preciso que haja outros que desta forma os considerem, ao mesmo tempo em que se consideram a si mesmos como superiores. A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor da terra, pela força e prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens. (FREIRE, 2017, p.59).

Vale destacar que, de maneira análoga, assim como o latifúndio para os camponeses, os mercados, sobretudo em sua configuração neoliberal, são também estruturas do capital que exercem pressão antidialógica, equivalente, sobre mulheres e homens simples das cidades. Trabalhadores informais e precarizados dos centros urbanos, tais como seus pares do campo, não são concebidos para ter voz, não são criados para ter vez, muito menos educados para e por meio de diálogo algum.

As gentes simples, do campo ou da cidade, são, na verdade, empurrados à margem social e têm suas vidas absolutamente desvalorizadas, ganhando importância para o capital apenas quando a serviço de seus interesse. Seja no trabalho, no lazer, na doença ou até mesmo na morte, sua relevância para a sociedade capitalista depende diretamente do que e do quanto conseguem produzir e consumir. Em outras palavras, vivem vidas “menos importantes” para servir “quem realmente importa”, pois, não vislumbrando alternativas, acreditam cegamente precisar se inserir nessas estruturas de caráter excludente e desigual, para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Em suma, tratam-se de duas estruturas de pressão antidialógica, latifúndios e mercados neoliberais. A primeira, antiga, de caráter arcaico e origem colonial. A segunda, moderna, produzida pelo avanço do capitalismo e aprimorada, posteriormente, pela agenda neoliberal. Mas que, de modo equivalente, aprisionam trabalhadores, do campo e da cidade, ao anular seu poder de barganha e decisão, além de sua liberdade, frente à força opressora e esmagadora do capital.

De modo que, toda a análise de Freire acerca das relações camponês-latifúndio pode ser estendida também para o trabalhador informal e precarizado da cidade e para os mercados neoliberais, enquanto estruturas urbanas análogas:

Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência [de mulheres e homens simples, do campo e da cidade], como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica.

Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer.

[...]

É natural, assim, que apresentem uma atitude quase sempre, ainda que nem sempre, desconfiada com relação àqueles que pretendem dialogar com eles.

[...]

No fundo, esta atitude é de desconfiança também de si mesmos. Não estão seguros de sua própria capacidade. Introjetam o mito de sua ignorância absoluta. É natural que prefiram não dialogar. (FREIRE, 2017, p.60 e 61).

A conclusão do percurso analítico de Freire é que para além de uma questão antropológica, filosófica e gnosiológica, “a dificuldade em dialogar dos camponeses não têm sua razão neles mesmos, enquanto homens camponeses, mas na estrutura social, enquanto ‘fechada’ e opressora”. (FREIRE, 2017, p.61).

O que conduz à contestação não mais da possibilidade (ou impossibilidade) de diálogo, mas, pelo contrário, leva a contestar a viabilidade e as alternativas para esse diálogo com as gentes simples, numa conjuntura em que se mantém a força estrutural do latifúndio, dos mercados e do capital, de modo mais amplo, minando sua visão crítica, iniciativa, liberdade e vida, dia após dia.

Nesse sentido, o professor defende que:

Seja como fôr, com mais ou menos dificuldade, não será com o antidiálogo que romperemos o silêncio camponês, mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas. (FREIRE, 2017, p.61).

[...]

Tempo perdido, do ponto de vista humano, é o tempo em que os homens são “rèificados” (e até êste, de um ponto de vista concreto e realista, não rigorosamente ético, não é um tempo perdido, pôsto que é onde se gera o nôvo tempo, de outras dimensões, no qual o homem conquistará a sua condição de homem).

Tempo perdido, ainda que ilusòriamente ganho, é o tempo que se usa em bla-bla-blá, ou em verbalismo, ou em palavriado, como também é perdido o tempo do puro ativismo, pois que ambos não são tempos da verdadeira *praxis*. (FREIRE, 2017, p.63).

O que, em outros termos, significa dizer que “não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 2017, p.63). Visto que,



dessa maneira, ou seja, por meio de um processo desenvolvido a partir de bases e orientações dialógicas, “se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e interconfiança que a antidialógica não oferece”. (FREIRE, 2017, p.64).

Paulo Freire, por fim, conclui:

Rejeitar, em qualquer nível, a problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida. É cair na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à ‘domesticação’ dos homens e instrumentaliza a invasão cultural. (FREIRE, 2017, p.71).

#### 1.1.5. Reflexão prático-teórica e *práxis* extensionista

O professor Paulo Freire é categórico e demonstra grande convicção ao afirmar que “[...] a teoria implícita na ação de estender, na extensão, é uma teoria antidialógica. Como tal, incompatível com uma autêntica educação.” (FREIRE, 2017, p.47 e 48).

A esse quadro de incompatibilidade, acrescenta-se, tanto uma cultura extensionista preconceituosa, produtivista, utilitarista, excludente e unidimensional, no sentido do excesso de racionalidade, segundo Marcuse (1973)<sup>6</sup>; quanto às questões estruturais, abordadas no subitem anterior, compondo um cenário ampliado adverso para a prática de uma extensão dialógica libertadora, mediante a qual, segundo Freire (2017):

[...] impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples ‘doxa’ em torno da ação que desenvolvemos, alcancemos o ‘logos’ de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência. (FREIRE, 2017, p.47).

O professor destaca a relevância da reflexão prático-teórica, tanto da perspectiva da teoria, que tem seus conceitos e premissas aplicados e colocados à prova, a partir das contradições da realidade histórico-material, sobre a qual discute; quanto para a própria prática que, sem tal reflexão, corre o risco de se estabelecer de maneira descolada da realidade, muito mais próxima ao assistencialismo ou ao

<sup>6</sup> O livro, originalmente chamado *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*, foi publicado por Herbert Marcuse no ano de 1964.

ativismo, por exemplo, do que a um processo de extensão-educação crítico e emancipador.

De acordo com Freire (2017):

[...] a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira.

[Enquanto,] a prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente. (FREIRE, 2017, p.47).

Dito de outra forma, uma ação extensionista autêntica, isto é, que possua verdadeira preocupação com o aprendizado, o empoderamento e o crescimento pessoal dos envolvidos, por um lado, deve estar atenta e se esquivar de armadilhas culturais, tais como a invasão cultural, a alienação e a absolutização da ignorância, além de compreender e considerar os aspectos estruturais, linguísticos e gnosiológicos que dificultam o diálogo com os educandos.

Enquanto, por outro lado, necessita estabelecer um processo permanente de reflexão dialética, conectando teoria e prática extensionistas, de modo que se retroalimentem, enriquecendo-se mutuamente, a fim de alcançar uma *práxis* extensionista holística, dialógica e socialmente comprometida, tanto com a produção de conhecimento científico relevante e de qualidade para a sociedade, quanto e, sobretudo, com a intervenção para a transformação da realidade das mulheres e dos homens simples, da cidade ou do campo, bem como de suas famílias.

## **1.2. Resignificação, institucionalização e a Política Nacional de Extensão Universitária**

### **1.2.1. Percursos históricos percorridos e a rota de institucionalização da Extensão Universitária**

A análise, as reflexões e as contribuições presentes em “Extensão ou Comunicação?”, de Paulo Freire, mostram-se fundamentalmente necessárias para

compreender, com maior profundidade, o caráter e as especificidades do pensamento e da prática extensionistas brasileiras, tamanha sua relevância e influência.

Afinal, desde a década de 60, quando foi escrita a obra, até os dias de hoje, o país, a sociedade e a própria universidade pública brasileira foram atravessadas por significativas transformações. Apesar do regime Militar, que teve início no mesmo ano da publicação de seu livro, as ponderações e ideias alimentadas por Paulo Freire, dentre outros educadores, como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Maria Nilde Mascellani, foram sendo, "lenta e gradualmente", incorporadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), em seu pensar e fazer Ensino-Pesquisa-Extensão, nas décadas seguintes.

Ainda no fim dos anos de 1960, período inicial da Ditadura brasileira, os governos militares criaram, respectivamente em 1966 e 1967, o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. Projetos estes que, segundo o texto final da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), desenvolvida a partir do Plano Nacional de Extensão de 1999, pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), junto a IPES de todo o país, por meio de Encontros Nacionais, realizados, anualmente, entre 2009 e 2012:

A despeito de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, [...] tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando-lhe novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural. (FORPROEX, 2012, p.12 e 13).

Na década seguinte, a de 1970, "destaca-se a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que foi levada a termo em 1974", sendo responsável, posteriormente, pela elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que orientado pelo pensamento crítico de Paulo Freire, definiu a Extensão enquanto "ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular". (FORPROEX, 2012, p.13).

Segundo Nogueira (2005), "nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando,

assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005 apud FORPROEX, 2012, p.13).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) “os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do processo de “abertura lenta e gradual” do Regime Militar” e com o surgimento de “inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais”, além de “novos partidos políticos”. (FORPROEX, 2012, p.14).

De modo que, a partir da segunda metade da década de 1970, ou seja, “no seio da luta pela redemocratização [...], foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas”, como oficial e hegemonicamente concebidas até então. (FORPROEX, 2012, p.14).

A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula Ensino e Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. (FORPROEX, 2012, p.14).

Desafio este, que levou à criação, em 1987, do então denominado Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atualmente chamado de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o FORPROEX, que já no I Encontro Nacional, definiu o seguinte conceito para a extensão universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Por meio dessa nova definição, no ano seguinte, 1988, a Constituição Federal Brasileira passa a estabelecer a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e prevê, além disso, que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª).

Normativas semelhantes às da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, que, ratificando a Carta Magna brasileira, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (BRASIL, 1996, art. 43), além de endossar a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive por meio do custeio de bolsas de estudo. (BRASIL, 1996, art. 43).

Até que, em 2001, por fim, o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2001-2010 determina que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (Meta 23). (Plano Nacional de Educação, 2001, p. 39).

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (Plano Nacional de Educação, 2001, p. 39).

A partir de então, segundo o documento conclusivo da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), para além das significativas conquistas em termos de institucionalização, finalmente:

Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. (FORPROEX, 2012, p.17).

### 1.2.2. Resignificação do termo extensão e as Diretrizes da Extensão Universitária no Brasil

Apesar de esforços históricos, como o do próprio FORPROEX, com a Política Nacional de Extensão Universitária, a nível de exemplo, tais avanços, de fato observados tanto na concepção, quanto na institucionalização da extensão

universitária, se mostram significativos, mas não conseguem promover uma completa reformulação do pensamento e da prática extensionista no país.

De maneira que, mesmo após os marcos legais e conceituais conquistados, como o percentual mínimo de 10% dos créditos da graduação destinado às atividades extensionistas, a extensão universitária ainda abrange práticas de naturezas substancialmente distintas, algumas das quais com evidentes traços assistencialistas, como as abordadas na citação anterior, retirada da Política Nacional de Extensão Universitária vigente.

Tais avanços e institucionalizações incorporados à extensão universitária se deram, portanto, sem a efetiva substituição do termo “extensão” por “comunicação”, como uma leitura mais literal da análise de Freire poderia indicar. Em lugar disto, o que se observou foi uma ressignificação do próprio termo extensão, incrementado a partir dos questionamentos e apontamentos presentes em “Extensão ou Comunicação?”, assim como na obra de outros educadores, como os mencionados anteriormente.

Assim sendo, a extensão universitária foi definida da seguinte maneira pelo FORPROEX, a partir dos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p.29).

Outrossim, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária:

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX, de forma ampla e aberta (NOGUEIRA, 2000), são as seguintes:

- Interação Dialógica,
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade,
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,
- Impacto na Formação do Estudante, e

- Impacto e Transformação Social. (FORPROEX, 2012, p.29).

Nesse sentido, mostra-se interessante abordar, ainda que de maneira breve, cada uma destas diretrizes, a começar pela “Interação dialógica”, que sendo a primeira elencada, não por acaso, é também a de maior dimensão ética, assim como a mais alinhada às reflexões e ideias de Paulo Freire.

É por meio da “Interação dialógica”, que as universidades brasileiras têm buscado garantir a valorização do saber popular, enquanto conhecimento útil e pertinente à atividade acadêmico-científica, visando a produção de novos conhecimentos, mais adequados às reais necessidades da maioria da população do país.

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. (FORPROEX, 2012, p.30).

Já a segunda diretriz, “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade”, é orientada para tratar a acentuada divisão da universidade em inúmeras “caixas” (departamentos, cursos, disciplinas, setores) com o intuito de criar e fortalecer espaços de comunicação e interseção entre elas.

Busca, ainda, tratar a dicotomia historicamente observada entre ações extensionistas especializadas e aprofundadas, porém focadas em apenas uma área ou campo do conhecimento, por um lado, e abordagens mais holísticas e ampliadas, de caráter mais genérico e superficial, no entanto.

A “Indissociabilidade entre Ensino - Pesquisa - Extensão”, terceira diretriz, parte do princípio de que as ações de Extensão, de diálogo com a população e de troca entre os saberes popular e acadêmico, obtêm importantes ganhos em efetividade, quando associadas às atividades de Ensino e de Pesquisa, isto é, de produção de conhecimento científico. Associação essa, a partir da qual, de acordo com o texto da Política Nacional de Extensão Universitária (2012):

[...] emerge um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. “Sala de aula” são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se

(re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico “estudante - professor” é substituído pelo eixo “estudante - professor - comunidade”. (FORPROEX, 2012, p.32 e 33).

A quarta diretriz, o “Impacto na Formação do Estudante”, tem se mostrado claramente perceptível, hoje, nas universidades públicas de todo o país, a partir da prática extensionista:

[...] seja pela ampliação do universo de referência que ensejam [as práticas extensionistas], seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam, [ao passo que] abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. (FORPROEX, 2012, p.34).

Ademais, os níveis de dialogicidade e desierarquização dos conhecimentos necessários para as trocas com a comunidade ou organização, com a qual se desenvolve a ação extensionista, muitas vezes, terminam por contagiar também os estudantes. Eles tendem a se sentir mais livres, valorizados e entusiasmados a participar de forma mais ativa das discussões e atividades, realizadas mediante a inserção nessa dupla nova realidade, a da comunidade ou organização, por um lado, e a de ampliação do seu espaço para contribuição e participação, por outro.

O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). (FORPROEX, 2012, p.33).

A quinta diretriz, “Impacto e Transformação Social”, por fim, ratifica a Extensão Universitária enquanto via para o diálogo da universidade pública junto aos demais setores da sociedade, “com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas”. (FORPROEX, 2012, p.35).

O documento final da Política Nacional de Extensão Universitária alerta, em primeiro lugar, que para efetivar esse impacto de transformação social almejado, é imprescindível que os atores envolvidos tenham “clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico,



teórico e conceitual [...] e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação” extensionista. (FORPROEX, 2012, p.33).

E, em segundo lugar, destaca o fato de a própria universidade pública compor, também, essa sociedade a ser transformada:

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada. (FORPROEX, 2012, p.36).

Mostra-se necessário esclarecer, nesse sentido, que tais diretrizes, assim como as demais citações da Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, não carregam, em si, qualquer propósito normativo, nem almejam interferir na autonomia universitária, por compreender as particularidades das distintas regiões e inúmeras universidades espalhadas pelo país, que, por sua vez, devem possuir a “liberdade de decidir sobre seus programas e ações de Extensão Universitária específicos”. (FORPROEX, 2012, p.8).

Na verdade, o que pretendemos com essa consulta à Política Nacional de Extensão Universitária é, em primeiro lugar, conhecer mais a fundo as transformações pelas quais passaram, tanto o pensar quanto o quefazer extensionista brasileiro nos últimos sessenta anos, isto é, desde a publicação de “Extensão ou Comunicação?”, de Paulo Freire.

Para além disso, procuramos explorar essa que, hoje, se configura como a principal “referência nacional para o debate sobre a extensão universitária, sua (re)construção e aprimoramento contínuos”. Ou seja, analisar e problematizar esse guia sempre aberto a revisões e atualizações, que têm orientado a universidade pública brasileira, em sua busca cotidiana e continuada por uma interação mais dialógica com o restante da sociedade, em especial, com a maior e também mais carente parcela da população brasileira. (FORPROEX, 2012, p.8).

Essa busca tem se dado em sentido oposto, alternativo ao movimento global de funcionalização da universidade, a cada dia mais orientada para servir aos interesses econômico-financeiros de um mercado de educação privada em expansão. Nesse sentido, abre espaço para transformações sociais mais amplas, por meio da “participação ativa [da universidade pública] na construção da coesão social, no

aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, [bem como] na defesa da diversidade cultural”. (SANTOS, 2004, p. 53 e 54).

A extensão universitária, em sua concepção dialógica e de viés transformador, é compreendida, portanto, muito mais enquanto caminho, do que como objetivo. Um percurso árduo e repleto de contradições, mas que se faz, a cada dia que passa, mais relevante e inadiável, frente ao preocupante cenário político que se apresenta, neste ano de 2019. Momento histórico marcado pelo (re)avanço generalizado dos interesses do capital, nacional e estrangeiro, sobre políticas públicas fundamentais de assistência e imprescindível impacto social, como a previdência, a saúde e a educação pública.

Uma crise que é parte de um projeto político mais amplo, de aprofundamento neoliberal e perspectiva neocolonialista evidentes. Um projeto de dominação e poder, que amplia as históricas desigualdades, injustiças e dívidas sociais brasileiras. Isto é, uma nova roupagem para retrocessos já perseguidos, anteriormente, ao longo de da história do Brasil e do mundo.

A extensão universitária, enquanto caminho, trajetória, carrega como missão o compromisso de orientar a universidade pública brasileira rumo à substituição dos muros que, hoje, segregam os distintos cursos e áreas específicas do conhecimento, que distanciam estudantes, técnicos e docentes e isolam a própria universidade ao afastá-la da realidade na qual se encontra inserida.

Nesse sentido, representa as pontes que podem ampliar a ligação, por vias de mão-dupla, das atividades de Ensino-Pesquisa-Extensão das universidades públicas de todo o país às reais necessidade e anseios da população brasileira, em sua maioria composta por gente pobre, marginalizada social, política e economicamente. O que tem se mostrado fundamental para a defesa popular da universidade pública, gratuita e de qualidade, frente ao avanço dos interesses mercadológicos, hoje, amplamente incentivado pelo Estado.

### 1.3. Assessoria Extensionista

#### 1.3.1. Assessoria extensionista no campo tecnológico

O presente estudo possui a assessoria extensionista a movimentos sociais como objeto de análise. Por isso, para além das revisões teóricas a respeito do pensamento e prática da extensão universitária, assim como sobre os movimentos sociais enquanto categoria de análise, revelou-se igualmente necessário desenvolver uma reflexão acerca do que se compreende pelo termo “assessoria extensionista”, amplamente empregado por este estudo no contexto do campo tecnológico.

Se por um lado, após a pesquisa bibliográfica e o estudo sobre a extensão universitária desenvolvidos, esta dissertação já foi suficientemente clara e precisa acerca do que compreende pelo significado do atributo “extensionista”, assim como, por campos tecnológico, refere-se ao campo das engenharias, arquitetura e agronomia. Por outro, contudo, é relevante destacar que a noção de assessoria, empregada por esta dissertação, bem como ao longo do trabalho participativo junto às famílias de Solano Trindade, faz referência a uma atividade distinta da que o senso comum é capaz de ilustrar.

Neste trabalho, ao fazer uso do termo assessoria, nos situamos significativamente mais próximos do sentido atribuído ao longo das últimas décadas, em particular a partir dos anos de 1970, quando a palavra assessoria passou a ser utilizada “para designar o trabalho técnico realizado junto a grupos e iniciativas populares com o objetivo de ajudá-los em uma reflexão mais crítica e qualificada da realidade”. (HENRIQUES, 2017, p.39)

Vale registrar que, conduzidas pelas pastorais da igreja católica, assim como pelas primeiras ONGs do país, durante as décadas de 1970 e 1980, as atividades de assessoria técnica a grupos e iniciativas populares foram desenvolvidas profundamente inspiradas e estruturadas a partir do viés transformador da pedagogia da libertação e da educação popular, de Paulo Freire, bem como da “ideia gramscianiana do intelectual orgânico, de por um saber técnico – informação, conhecimento – a serviço das organizações populares” (BAPTISTA apud HENRIQUES, 2007, p.27).

Esse desenvolvimento, todavia, se deu sem que, na época, a dupla de termos assessoria - assessor trouxesse “uma carga ideológica definida no sentido de

provocar censuras e proibições por parte do regime militar então vigente no país”. (COSTA apud HENRIQUES, 2007, p.27). A partir daí, fica evidente o quanto a prática de assessoria técnica se distingue, portanto, do puro e simples assistencialismo, que de acordo com Furmann, guarda um “caráter reformista, de manutenção do *status quo* [...], não trabalhando a construção da consciência crítica nos membros das comunidades assistidas”. (FURMANN apud HENRIQUES, 2007, p.30).

A assessoria se diferencia, igualmente, dos projetos de consultoria organizacional das empresas, uma vez que, embora também se configure enquanto uma intervenção técnica, particular e direcionada para o tratamento de uma questão específica, “a atividade de assessoria tem objetivos além da viabilidade econômica do empreendimento, que são a conquista de autonomia dos assessorados e o diálogo de saberes”. (HENRIQUES, 2007, p.6). Além disso, na consultoria

Ademais, as atividades de assessoria possuem, como princípios básicos e fundamentais, a utilização de métodos participativos e a defesa de interesses coletivos, por meio da busca por soluções técnicas para demandas de determinado grupo ou comunidade em situação de vulnerabilidade social.

A ação assistencialista, por outro lado, possui um sentido único e marca com nitidez aqueles que doam e os que apenas recebem, além de poder tratar necessidades de caráter puramente individual. Já a consultoria, por sua vez, não necessariamente faz uso de métodos participativos, nem busca diálogos e trocas de conhecimento para fortalecer o seu saber, usualmente considerado como superior em relação ao do cliente, pelos próprios consultores.

Dito isto, chegamos ao significado de assessoria adotado neste estudo: *uma intervenção de caráter técnico e especializado, que visa atender demandas coletivas específicas das camadas populares, à medida que mira avanços em termos de consciência crítica, autonomia e melhores condições de vida, para os e junto dos grupos e organizações populares de variados formatos e tamanhos. Atua, por meio de trocas entre os saberes popular e tecnocientífico e da radicalização democrática aplicada à gestão, participativa por consequência, e aos processos de tomada de decisão, planejamento e controle da organização ou grupo assessorado.*

Em decorrência da estreita relação que possui com a área técnica que os orienta e delimita, os diferentes tipos de assessoria costumam ser identificados e classificados segundo sua especificidade ou campo técnico no qual atuam. A nível de exemplo, podem ser citadas a assessoria jurídica, a assessoria de comunicação (ou de imprensa), a assessoria educacional, a assessoria técnica rural e a assessoria organizacional ou em gestão, dentre outras.

Assim sendo, ao utilizar o termo assessoria técnica extensionista, neste trabalho, procuramos refletir sobre interações técnicas da universidade pública com os setores populares no campo tecnológico, mais especificamente, no campo das engenharias e áreas correlatas, como arquitetura e agronomia. Dessa maneira, buscamos restringir o objeto de pesquisa, para o que se configura enquanto âmbito de atuação e saber fazer do próprio Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) e da maior parte de seus membros, engenheiros de variadas especializações.

Na verdade, não apenas a totalidade deste projeto de pesquisa, como também todo o trabalho do Projeto OTA, junto à ocupação Solano Trindade, e do Projeto CaCi, com o MST-RJ, se deram a partir da experiência de 16 anos do Soltec em assessoria técnica extensionista, com uma abordagem territorial ou organizacional, fosse na gestão participativa de organizações e coletivos de produção autogestionária ou no desenho de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico e socioeconômico.

Em termos mais específicos, o presente estudo, não apenas se inspira e fundamenta na experiência prática e no conhecimento acumulado pelo Soltec e também pelo Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Econômico e Social (NIDES), do qual faz parte, como também decorre diretamente do percurso histórico por ele percorrido, uma vez que busca atender uma demanda atual sua: a de compreender quais são as especificidades, como potencialidades, desafios e dificuldades, além de caminhos e orientações metodológicas relacionadas ao trabalho de assessoria extensionista junto aos movimentos sociais.

Esse ponto é tratado com mais profundidade no Capítulo 3. Por hora, é importante partir da consciência de que, na realidade, apesar de todos os avanços conquistados e saberes acumulados, não somente pelo Soltec, mas também por outros coletivos, núcleos, programas e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, que constroem o movimento da Engenharia Popular por todo o país,

atualmente, no campo tecnológico, “ainda é grande a resistência a projetos que apresentem maior vínculo entre universidade e sociedade (quando esta não for representada por grandes empresas e multinacionais).” (ADDOR; LIANZA, 2015, p.8).

Mostram-se evidentes, nesse sentido, tanto uma “frequente tentativa de classificação dessas ações como ‘voluntarismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘militância’, ‘filantropia’ ” (ADDOR; LIANZA, 2015, p.8), quanto a ideia de que, em relação aos demais, o campo tecnológico possui especificidades que dificultam a aceitação e o desenvolvimento de trabalhos orientados a partir da extensão universitária.

Por trás de tais particularidades, no entanto, encontra-se, intimamente relacionada, a convicção de que a extensão universitária, no caso das áreas tecnológicas, poderia ser desenvolvida por meio das atividades de consultoria, aplicadas única e exclusivamente à realidade empresarial. Assim, ao negar a necessidade e a importância da extensão universitária, mesmo em seus princípios e propósitos mais básicos, esses engenheiros estão negando, objetivamente, ao menos, três das cinco diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.

Em primeiro lugar, a “interação dialógica” é uma diretriz que simplesmente não cabe nos processos, ferramentas, indicadores, técnicas e metodologias das consultorias empresariais. Afinal, a consultoria empresarial busca, e de fato costuma conseguir, estabelecer-se enquanto um agente externo, portador de soluções e provedor de mudanças organizacionais, muitas vezes complexas e importantes. Isto é, busca valorizar a si, a seu conhecimento técnico especializado e a seus serviços customizados, frente aos conhecimentos e habilidades de seus clientes

Na consultoria, o cliente precisa ficar satisfeito, mas não precisa necessariamente se apropriar do conhecimento aplicado na solução de seu problema. Na verdade, o pressuposto é que, se preciso for, o cliente volte a contratar novos serviços de consultoria, o que não ocorre quando se trabalha com uma perspectiva de autonomia e emancipação de comunidades ou grupos pobres, excluídos e marginalizados sócio, cultural, econômica e politicamente.

A assessoria, ou assessoria extensionista, como costumamos nos referir nesse estudo, portanto, busca valorizar o conhecimento popular, bem como o próprio grupo ou comunidade, com a qual trabalha, perseguindo ganhos em autonomia e nas

condições de (sobre)vida de seus membros, a partir da troca e da combinação dos diferentes saberes ali dispostos. Em outros termos, persegue “impacto e transformação social”, justamente, a segunda diretriz negligenciada pelos engenheiros que recusam a extensão universitária, em seus princípios e propósitos fundamentais.

Por fim, a terceira diretriz negada se trata da “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade”. Afinal, como buscar a interdisciplinaridade se sua tecnociência, seu campo do conhecimento, possui as chaves específicas para resolver quaisquer problemas organizacionais e de gestão, em quaisquer tipo, magnitude e configuração de empreendimento ou organização produtiva? Esse é o dilema dos engenheiros unidimensionais, que buscam se descomprometer com a Política Nacional de Extensão Universitária e proposta de dissociação entre ensino, pesquisa e extensão.

Tal situação de negligência e descompromisso evidenciada pela resistência e, até mesmo, recusa de parcela significativa do campo tecnológico à extensão universitária, leva este estudo, diretamente, à necessidade de tecer um olhar crítico e consciente sobre a não neutralidade e os componentes políticos e subjetivos da tecnologia que pensamos e produzimos hoje.

### 1.3.2. A crítica à tecnologia

Para além de sensível a disputas, nos âmbitos das macro políticas representativas nacionais e da economia global, a tecnologia é, por si mesma, alvo, também, de contendas internas, políticas e econômicas, que influenciam desde suas dinâmicas de concepção e desenvolvimento, até suas tentativas e práticas de utilização e replicação.

Disputas quase sempre veladas que ignoram tanto os contextos, processos e objetivos que guiam a produção tecnológica, quanto suas reais e diversificadas condições e demandas de uso. Sendo encobertas por uma noção de progresso

tecnológico que, supostamente, se encontra, sempre e invariavelmente, em aprimoramento contínuo e, de certa maneira, inevitável.

Afinal, se a utilização da tecnologia é generalizada, hoje, a ampla gama de decisões referentes às dinâmicas de desenvolvimento da tecnociência são significativamente mais restritas, não oferecendo acesso à maior parte da população, seja no Brasil ou, em menor ou maior grau, também a nível global.

De modo que, a fim de compreender interferência de tal contexto para a prática da assessoria extensionista, é necessário lançar o olhar não somente para as condições suficientes e necessárias para o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico, como de costume, mas refletir, a partir de uma perspectiva crítica, sobre os aspectos e produtos socioambientais associados à concepção de tecnologia hegemônica. (FEENBERG, 2010, 2012; NOVAES; DAGNINO, 2004; PINTO, 2005).

Os estudos de Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) e a Teoria Crítica da Tecnologia (TCT) procuram cumprir esse propósito, de visão crítica e reflexão. Com a contribuição da sociologia, da filosofia e da história de Ciência e Tecnologia (C&T), buscam compreender tanto os antecedentes sócio-políticos, quanto as consequências socioambientais do modelo de desenvolvimento tecno-científico atual.

Em outros termos, a TCT e os estudos de CTS, buscam confrontar a noção hegemônica e que “a ciência seria o progressivo desvelamento da realidade”, ou seja, “uma contínua descoberta da verdade”, que orientaria a “pensar racionalmente e agir de acordo com um comportamento racional, livre da política, substituindo as paixões e a emoção pelo domínio da lógica da razão”. (DAGNINO apud FRAGA, 2008, p.142).

Por um lado, a tecnologia é concebida, de maneira ingênua, segundo Álvaro Vieira Pinto (2005), como politicamente neutra, de caráter atemporal e absoluto em sua hegemonia, assim como orientada, estritamente, por valores e critérios supostamente técnicos e racionais.

Por outro lado, a concepção de tecnologia dominante se mostra, na verdade, impregnada por valores antidemocráticos, determinados por uma elite que utiliza a supremacia técnica como forma de poder e dominação social e, por meio dos quais, governa um modelo de desenvolvimento tecnológico que tem por alicerces a



degradação do trabalho, da educação, do ambiente e, em suma, do próprio ser humano. (FEENBERG, 2012).

De maneira que, por conseguinte, a racionalidade tecnocientífica, ao mesmo tempo, produto, insumo e núcleo fundamental dessa concepção, cumpre papel decisivo na estruturação e consolidação da verdadeira teia tecnocientífica de dominação social, que se observa acentuar década a década em nossa sociedade. Segundo Marcuse (1973), “a racionalidade tecnológica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária”. (MARCUSE, 1973, p.154).

O método científico, compreendido enquanto manifestação metodológica máxima da racionalidade tecnocientífica, possui por princípio fundamental separar, identificar, determinar o que pode ser “comprovado” pela ciência, do que se tratariam apenas de valores subjetivos, não verificáveis e, a partir dessa lógica, não reais; enfraquecendo, fatalmente, as alternativas de oposição à realidade estabelecida. (MARCUSE, 1973).

De acordo com o autor da Escola de Frankfurt, “o método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu, assim, tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez mais do homem pelo homem por meio da dominação da natureza” (MARCUSE, 1973, p.154).

Como base de um sistema instrumentalista hipotético, socialmente construído e codificado em ciência matemática, a racionalidade tecnocientífica, fundada no método científico, termina por mascarar a realidade, enquanto busca representá-la. (MARCUSE, 1973; FEENBERG, 2010, 2012).

Dessa maneira, “predetermina a experiência, projeta a direção da transformação da natureza e termina por organizar o todo”, como um “mundo objeto” (MARCUSE, 1973, p.148). Em outras palavras, “o homem moderno toma o Ser em sua inteireza como matéria-prima para a produção e submete a inteireza do mundo-objeto à varredura e à ordem da produção”. (HERSTELLEN apud MARCUSE, 1973, p. 150).

Em termos mais específicos, ainda que a dominação do homem pelo homem apresente um caráter contínuo ao longo da história da humanidade, a racionalidade

tecnocientífica, assim como as decorrentes concepções ingênuas da tecnologia, tem levado à “substituição gradativa da dependência pessoal pela dependência da ‘ordem objetiva das coisas’”. (MARCUSE, 1973, p.143).

Dito de outra maneira, homens e mulheres, assim como a natureza, em geral, passam a ser concebidos, portanto, enquanto material quantificável, passível de controle e organização. São utilizados como instrumento, por meio da aplicação de conceitos abstratos puros, das relações lógicas da física, da química e da biologia, assim como de dispositivos fornecidos pela racionalidade do método científico, com o intuito de (re)configurar o meio, a fim de aprofundar as formas de dominação social já existentes.

Tais formas de dominação terminam por configurar uma espécie de sistema de dominação social, que se torna evidente, por exemplo, a partir das “leis de mercado”, do mercado financeiro ao mercado de trabalho, mesmo o mais tradicional, passando, ainda, pelos algoritmos do atual capitalismo de plataforma e das economias do compartilhamento. Assim como torna-se evidente, também, a partir da precarização e da queda generalizada na qualidade do trabalho, em decorrência, dentre outros fatores, dos processos tecnicistas de “uberização”, das novas modalidades racionalistas de trabalho intermitente e trabalho “zero-hora”.

Como alerta Marcuse (1973, p.162), “a eficácia e a produtividade universais do aparato ao qual são subordinados vela os interesses particulares que organizam o [próprio] aparato”. Isto é, “o processo de racionalidade tecnológica é um processo político”:

[...] a tecnologia se tornou o grande veículo de espoliação [...] em sua forma mais madura e eficaz. A posição social do indivíduo e sua relação com os demais não apenas parecem determinadas por qualidades e leis objetivas, mas também essas leis e qualidades [...]; aparecem como manifestações calculáveis da racionalidade (científica).

O mundo tende a tornar-se o material da administração total, que absorve até os administradores. A teia da dominação tornou-se a teia da própria Razão [...] E os modos transcendentais de pensar parecem transcender a própria Razão. (MARCUSE, 1973, p. 162).

Por um lado, Feenberg (2009; 2012) é suficientemente claro ao expor sua visão sobre a neutralidade da tecnologia: “*La tecnología moderna tal como la conocemos no es más neutral que las catedrales medievales o la Gran Muralla de China*”

(FEENBERG, 2012, p. 13). Por outro, os aspectos histórico-político-sociais, associado à concepção e ao desenvolvimento da tecnociência, são mascarados pelo que Feenberg (1999) e Dagnino, Novaes (2004) conceituaram como “fetiche da tecnologia”, em analogia ao conceito de “fetiche da mercadoria”, defendido por Marx (1996).

Dessa forma, a receita para a desconstrução desse sistema de dominação e consequente reconstrução de um novo, social, econômica, educacional e ambientalmente mais justo, passa pela análise reflexiva e crítica a respeito desses valores que hoje moldam “o homem unidimensional” de Marcuse (1973), sobretudo, pelo exame problematizador da racionalidade tecnocientífica atualmente dominante, em busca de outra, tão nova, quanto crítica, que permita um olhar mais amplo sobre o campo de desenvolvimento e sobre o entendimento de C&T.

Feenberg (2012) identifica tanto o que denomina de “el conflicto creciente entre la democracia y los modos de organización tecnocráticos y capitalistas” (FEENBERG, 2012, p. 14), quanto a carência, ainda hoje existente, de novos meios técnicos, políticos e econômicos que visem uma espécie diferente de progresso.

Nesse sentido, “la naturaleza de la gestión y la tecnología capitalistas” (FEENBERG, 2012, p. 16) são compreendidas como questões centrais dos problemas estruturais da sociedade capitalista neoliberal. Daí o consenso entre diversos autores, como Dagnino (2004), Novaes (2004) e Feenberg (2012) a respeito das grandes oportunidades que a Ex-URSS não soube aproveitar, quando experiências do Leste Europeu apontaram caminhos alternativos, intermediários diante do “dilema estéril de capitalismo versus comunismo”. (FEENBERG, 2012, p. 17).

Após ter acompanhado esse processo se desenvolver historicamente, o autor da TCT afirma que sua tese é “a possibilidade de uma reforma verdadeiramente radical da sociedade industrial” (FEENBERG, 2012, p. 21), que fuja: tanto do senso comum da teoria instrumental, que enxerga a tecnologia neutra e as diversas técnicas como meras ferramentas, instrumentos perfeitamente transferíveis no espaço e mesmo no tempo, a certo preço, é claro; quanto do fatalismo da teoria substantiva, pautada em uma tecnologia autônoma, controladora e de desenvolvimento linear e inevitável, se não por um processo de retrocesso.

Na verdade, segundo Feenberg (2009; 2012), as duas visões, instrumental e substantiva, concebem a tecnologia como produto, como destino e não como processo. O que justifica o caráter apenas limitador, e nada transformador, da maior parte das propostas de reforma da tecnologia, sejam estas soluções de caráter moral ou político. (FEENBERG 2009; 2012).

Ainda assim, contudo, as respostas políticas têm, historicamente, como nos casos de Japão e Ex URSS, subvertido os fins pelos meios, ao cair na armadilha do instrumentalismo, enquanto soluções morais esbarram na eficiência como único parâmetro de análise e comparação, como “único valor consensual que ficou nas sociedades modernas”. (FEENBERG, 2012, p. 26).

Diante desse cenário, os estudos do campo em CTS, bem como a TCT, defendem que “uma alternativa ainda pode ser criada com base na participação pública em decisões técnicas, no controle exercido pelos trabalhadores, e na requalificação da força de trabalho”. (FEENBERG, 2012, p. 29).

A solução, dessa forma, se encontra em um avanço democrático que envolva uma “reconstrução da base tecnológica das sociedades modernas”. (FEENBERG, 2012, p. 30). Isto é, em um avanço tecnológico que envolva novas formas de controle e planejamento consequentes e, ao mesmo tempo, necessárias para uma transformação tecnológica de perspectiva democrática, a partir de baixo, a partir das camadas populares, da massa trabalhadora e pobre como todo, e inspirada em elementos e experiências marginais, tanto do sistema capitalista hegemônico, quanto do comunista, histórico.

Assim sendo, para Feenberg, “em uma sociedade [...], onde tantas escolhas sociais e políticas são feitas pelos administradores econômicos, a democratização do trabalho é indispensável para um modo mais participativo de vida”. (FEENBERG, 2012, p. 33). O que torna indispensável o desenvolvimento de configurações de produção (material, cultural etc) que visem a transformação dos códigos técnicos<sup>7</sup>, para além da análise por meio da eficiência, sobretudo econômica, como o grande

---

<sup>7</sup> O termo Código técnico é definido por Feenberg, no texto em questão, como a “realização de um interesse em uma solução tecnicamente coerente para um tipo geral de problema”.

critério de desenvolvimento, avaliação, comparação e escolha, entre diferentes soluções tecnológicas.

No âmbito da assessoria extensionista, a perspectiva crítica à tecnologia se mostra essencial para o desenvolvimento de processos participativos e de trocas efetivas entre os saberes popular e acadêmico, impossíveis sem um olhar questionador sobre os métodos e técnicas da tecnociência hegemônica e sem uma postura ativa, crítica e transformadora diante, mesmo do que, por vezes, aparenta ser trivial, singelo e habitual, mas pode esconder traços de dominação, submissão e exploração do homem pelo homem.

Em especial, nas dinâmicas de assessoria extensionista em gestão, a TCT e os estudos de CTS se mostraram de suma importância na busca por estruturas organizacionais mais horizontais, bem como para a compreensão da necessidade do envolvimento de todos nas atividades de planejamento, de controle e nos processos de decisão. Isto é, foram fundamentais para o esforço de mulheres e homens assessorados de manter voz ativa e participação, para além das próprias responsabilidades, habilidades e tarefas específicas.

Em suma, podemos afirmar que os objetivos e princípios são outros, que são distintos na assessoria extensionista, visto que persegue avanços coletivos em termos de aprendizado, senso crítico, autonomia e emancipação social. E faz isso, sem apoiar-se e orientar-se pelos mesmos critérios de eficiência dos serviços de consultoria, bem como da tecnociência dominante que, excessivamente objetivos e racionais, terminam por encobrir a complexidade da situação real.

Além do mais, na assessoria extensionista, como compreendida por este estudo, meras replicações de soluções já adotadas em outros contextos locais, temporais e sócio-culturais, sobretudo, (prática comum, tanto aos serviços de consultoria, quanto, de forma sistêmica, à própria tecnociência hegemônica) não fazem sentido algum diante da perspectiva de aprendizado coletivo, desenvolvimento de senso crítico, autonomia e emancipação social.

As respostas para as variadas questões, dificuldades e necessidades devem partir, portanto, daqueles que as vivenciam cotidianamente. De modo que, enquanto sujeitos ativos desse processo, dessa busca, participem das decisões, incluindo as

mais complexas, estratégicas e subjetivas, assim como se apropriem das técnicas, métodos e ferramentas participativamente desenvolvidas, adaptadas ou mesmo, de forma crítica adotadas.

### **1.3.3. Caracterização do termo “movimento social”**

Vale ressaltar, de antemão, que foi feita a opção metodológica pela caracterização do termo “movimento social”, a partir do contexto específico da ocupação Solano Trindade. Uma forma de restringir este subitem do referencial teórico, diante, em primeiro lugar, da amplitude do conceito de “movimento social”, e, em segundo, da relevância secundária que a conceituação do termo demonstrou carregar tanto para o aprofundamento e aprendizado prático, no que tange a assessoria extensionista junto ao movimento de moradia que coordena a ocupação, quanto para as reflexões analíticas decorrentes, promovidas e organizadas por meio deste estudo.

A respeito das lentes de análise escolhidas para guiar a caracterização do termo “movimento social”, podemos afirmar que, em tese, a ação coletiva na ocupação Solano Trindade já não admitiria uma compreensão razoável, adequada e realista, se fundamentada, exclusivamente, na Teoria de Desmobilização Política (TDP), desenvolvida por Adorno e Riesman, ou na Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) (MCCARTHY e ZALD, 1977). Ambas postas à prova pelos denominados “novos movimentos sociais”, já não mais estruturados, essencialmente, a partir da luta de classes e sem o horizonte revolucionário imprescindível, de tomada do poder do Estado.

Ainda assim, a atuação especificamente das lideranças do movimento social que coordena a ocupação pode ser compreendida, em boa medida, pela Teoria de Mobilização de Recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977), devido ao caráter organizacional marcante que a ação coletiva da ocupação apresenta. Por essa perspectiva, a burocratização, apesar da consciência política e do ideal democrático associados ao movimento, adquire importância organizacional relevante.

Nesses casos, seus líderes atuam de maneira semelhante a gerentes de produção fabris, a chefes de uma empresa, coordenando as ações, enquanto

administram recursos e pessoas (ALONSO, 2009 apud MCCARTHY e ZALD, 1977). De modo que, relações internas de competitividade naturalmente podem estabelecer-se, gerando dissoluções e formando subunidades, que compartilham, igualmente, de projetos políticos muito semelhantes.

No caso específico da ocupação, existem alguns indícios do processo descrito acima, como: a cisão interna do movimento coordenador, a partir da qual o núcleo do município de Duque de Caxias rompeu com o diretório estadual; e o acentuado caráter organizacional da cultura e da ação coletiva na ocupação, sob orientação permanente de suas lideranças.

Esse contexto traz dificuldades para o estudo do caso em questão sob a ótica exclusiva das teorias mais modernas para a análise dos movimentos sociais, como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Uma vez que não se encontra, na vivência concreta de trabalho, relações e associações relevantes com os aspectos culturais, cognitivos e simbólicos, contemplados com maior profundidade, especialmente por essa corrente teórica.

Pelo contrário, é melhor compreendido e aprofundado, a partir de uma reflexão analítica estruturada por meio de uma perspectiva organizacional de natureza hierárquica, orientada, essencialmente, para a aplicação otimizada e o controle dos recursos que sustentam a ação coletiva da ocupação, como é a perspectiva da TMR.

Outra chave analítica interessante para a caracterização do termo “movimento social” é conceito de “repertório de ação”, definido, a partir dos trabalhos de Tilly (1995; 2006) e Tarrow (2009), enquanto o “campo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY 1995, p. 26) ou ainda como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY apud TARROW, 2009, p.51)

A respeito dos movimentos de moradia, como o movimento social que coordena o principal campo de trabalho-pesquisa deste estudo, segundo Tatagiba (2012):

O movimento de moradia desenvolveu ao longo da experiência de interação conflitiva com o Estado um conjunto de práticas e rotinas que conformaram um repertório de ação no qual se destacam como estratégias principais,

embora não exclusivas: 1) a ocupação de prédios e terrenos públicos; 2) a participação em espaços institucionais; 3) a luta por moradia no centro e 4) a construção por mutirão autogestionário. (TATAGIBA, 2012, p.401).

Nesse sentido, a experiência da ocupação Solano Trindade, na mesma medida em que resgata o repertório de ação e confronto típico dos movimentos de moradia, traz também inovações, como a observada a partir da estratégia de proximidade e parceria com as universidades públicas e todas as possibilidades que decorrem dos processos de assessoria extensionista, desenvolvidos por meio da aproximação com essas instituições.

Novamente, de acordo com Tatagiba (2012):

O conceito de repertório nos ajuda a endossar uma análise relacional e evitar, de um lado, os riscos de uma análise voluntarista – presente na ideia de que os atores escolhem suas estratégias de ação, como se não houvesse limites culturais e conjunturais colocados para essas escolhas – e, de outro lado, os riscos de uma análise determinista – na qual os atores sempre repetirão os caminhos conhecidos, sem capacidade de resposta ativa e criativa diante dos constrangimentos estruturais. (TATAGIBA, 2012, p.426).

Compondo reivindicações e lutas políticas e relacionadas entre si, as distintas ações, reações e estratégias que compõem o repertório de mobilização e confronto do movimento de moradia, em questão, se mostram resultantes de um processo de seguida transformação na estrutura de oportunidades políticas, no período de ocupação do terreno do antigo Centro de Combate à Febre Aftosa, identificada por meio de uma breve aplicação da Teoria do Processo Político (TPP), desenvolvida também por Tilly (1995; 2006) e Tarrow (2009).

Naquela conjuntura, a estratégia de participação no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades) se configurava como uma estratégia natural e relativamente conhecida, portanto, segura para o movimento de moradia. Esse cenário se modifica completamente com o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e transforma a estrutura de oportunidades e restrições políticas, prolongando o tempo esperado de permanência no terreno ocupado até a construção das residências previstas no projeto submetido, originalmente, ao MCMV-Entidades, suscitando o



desenvolvimento de estratégias alternativas de geração de trabalho e renda por parte dos moradores da ocupação.

Como conclusão, podemos apontar, que, apesar das particularidades de cada liderança e dos conflitos internos existentes entre elas, diante do centralismo democrático, que, segundo as mesmas, orienta sua atuação, a ação coordenadora do movimento de moradia, em Solano Trindade, apresenta compreensão facilitada, além de mais adequada e realista, por meio da TMR.

Tal compreensão demonstrou ser complementada, de maneira satisfatória, tanto pelo conceito de repertório de ação, como pela TPP, mais efetivos para assimilar as mudanças de estratégias do movimento de moradia, mobilizador, coordenador e organizador da ocupação, decorrentes das alterações de ambiente macro-político, enfrentadas ao longo do desenvolvimento deste estudo.

## **CAPÍTULO 2 - EXPERIÊNCIAS DE ASSESSORIA EXTENSIONISTA A COLETIVOS DE TRABALHO ASSOCIADO VINCULADOS A MOVIMENTOS SOCIAIS**

Neste item, apresentamos a sistematização das experiências de assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais que fundamentaram esta pesquisa. Isto é, as experiências desenvolvidas a partir dos Projetos OTA e CaCi, ambos do Soltec/NIDES/UFRJ, junto ao MNLM-DC e ao MST-RJ, respectivamente.

Em primeiro lugar, abordaremos a experiência do Projeto OTA em parceria com a ocupação Solano Trindade do MNLM, com foco especialmente na assessoria em gestão organizacional junto ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras, experiência da qual parte todo este estudo.

Iniciaremos por uma breve contextualização do campo da reforma urbana e do direito à cidade, seguida por uma apresentação sintética do movimento de moradia que articula e coordena a ocupação. Passaremos pela exposição dos resultados alcançados por meio do resgate histórico desenvolvido a respeito dos processos de assessoria e aprofundaremos, por fim, o relato do trabalho participativo semanal de assessoria em gestão desenvolvido.

Na sequência, trazemos também uma breve compilação sobre a experiência do Projeto CaCi junto a uma cooperativa de produção e comercialização do MST-RJ, localizada, assim como a ocupação, na Baixada Fluminense. Esse relato, fundamentado tanto na análise de artigos e dissertações, quanto das entrevistas desenvolvidas com os atores-chave identificados, respaldou a análise de contraponto prático-metodológico que se mostrou essencial para o alcance dos resultados obtidos e sistematizados no Capítulo 3.

### **2.1. A experiência do Projeto OTA**

#### **2.1.1. A ocupação Solano Trindade**

O aumento vertiginoso das populações nos grandes centros urbanos, por cerca de 50 anos, acarretou o crescimento desordenado das cidades brasileiras. A partir da dificuldade da população da época, em sua maior parte migrantes de zonas rurais, em atender às exigências e comprovações contratuais de propriedades escrituradas para habitar a cidade formal, foi sendo produzida a dispersão e o natural assentamento das

populações em áreas vazias da cidade, situação agravada pela precária infraestrutura de transportes necessária ao deslocamento casa-trabalho e pelos baixos salários recebidos. “Assim foi sendo produzida a cidade “fora da cidade”, eternamente desprovida de infraestrutura, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade” (ROLNIK, 2009, p.33).

A intensificação da luta dos movimentos sociais no campo pela reforma agrária, nos anos 70 e 80, impulsionou também uma considerável evolução nas conquistas para o direito à moradia e à cidade na década de 90. Foram inseridos na Constituição Federal de 1988 os princípios da função social da cidade e da propriedade, reconhecendo assim os direitos de posse dos moradores de assentamentos urbanos informais e a participação direta dos cidadãos nos processos decisórios sobre a política urbana, ambas conquistas estruturantes na agenda da reforma urbana.

A década de 90, no entanto, também abrigou a consolidação da configuração econômica de caráter liberal, onde poderes locais foram fortalecidos e políticas públicas substituídas pelo Terceiro Setor, decisões que pertenciam a um discurso que justificava a valorização da sociedade civil, mas acabava por reduzir a participação federal, causando um enorme impacto nas já existentes desigualdades sociais.

Apesar dos avanços historicamente conquistados, o cenário atual parece remontar as dificuldades iniciais encontradas: cidades estruturadas sob uma lógica que não privilegia as conexões interpessoais e que limita profundamente o acesso a uma série de direitos básicos como o transporte, a cultura, a moradia digna e o de planejar e decidir a cidade de maneira coletiva.

Basta observar os locais de construção dos grandes conjuntos habitacionais, resultados das políticas públicas atuais, para perceber essa realidade: afastados dos locais de trabalho dos moradores, fazendo com que percam horas no deslocamento a partir de suas casas e sejam, muitas vezes, descartados de vagas de emprego; distantes dos pontos de cultura e ainda mais apartados das decisões sobre a produção e o cotidiano da cidade.

Em um campo cada vez mais dominado pela influência do capital especulativo imobiliário, inclusive nas políticas públicas, torna-se urgente a luta contra a permanência da compreensão de cidade como mercadoria, reduzindo a centralidade das grandes empreiteiras e aumentando a voz dos movimentos que buscam construir a reforma urbana.

Um dos principais movimentos populares desse campo, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), conhecido também como “mênêlê”, tem exercido papel fundamental na conquista de direitos, desde a sua fundação “em julho de 1990, durante o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, que contava com a representação de 13 estados” (MNLN, 2010). O MNLN surge, portanto, após “as grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 1980” (MNLN, 2010) e, atualmente, possui atuação em 15 estados.

Para o MNLN, a luta pelo direito à cidade e pela reforma urbana não envolvem apenas o acesso à moradia. Incluem, ainda, outras questões como o acesso a transporte público, a serviços de educação e saúde, a cultura, bem como a oportunidades de geração de trabalho e renda. Em outros termos, pode-se afirmar que o movimento compreende a relevância da geração de renda tanto para a sobrevivência das famílias ocupantes, quanto para a permanência e consolidação da própria ocupação no terreno.

A direção estadual do movimento, MNLN-RJ, adota enquanto principal estratégia de luta a ocupação de terras, em especial públicas e, preferencialmente, urbanas, com o objetivo de denunciar terrenos e imóveis ociosos. Atualmente, o MNLN possui 4 ocupações organizadas no Estado do Rio de Janeiro, são elas: a Ocupação Manoel Congo, localizada na Praça da Cinelândia no centro da capital; Mariana Crioula, na região da Gamboa, Zona Portuária da cidade; Nove de Novembro, em Volta Redonda; e a Ocupação Solano Trindade, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A ocupação Solano Trindade nasce na noite de 8 de agosto de 2014, data em que o terreno do antigo Centro Pan-Americano de Combate à Febre Aftosa (PANAFTOSA), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi ocupado por cerca de 35 famílias.

A terra possui cerca de 45 mil metros quadrados, o que equivale à dimensão de aproximadamente 6 campos oficiais de futebol e o ato de ocupação ocorreu em paralelo ao primeiro dia do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), realizado na capital carioca, com o lema: "Cidades para as pessoas e não para os negócios privados: os desafios da reforma urbana no Brasil e o papel do FNRU".

O principal objetivo do encontro era o de potencializar a organização do movimento e sua articulação em torno da reflexão sobre um novo projeto de cidade.

E o terreno ocupado, que deu origem à Solano Trindade, havia sido abandonado há mais de quinze anos, após o encerramento das atividades do PANAF-TOSA. O que descumpria, portanto, tanto a Função Social da Propriedade, mencionada pela primeira vez na Constituição Federal Brasileira de 1967 e, hoje, garantida pelo artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988, quanto o Direito Fundamental à Moradia Digna, estabelecido pelos artigos 182º e 183º da Carta Magna brasileira.

Localizada na atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, no bairro Parque São Bento, o terreno ocupado conta com dois prédios abandonados, um deles abrigando, em condições precárias, as nove famílias que moram na ocupação desde 2014 e o outro, com reforma iniciada em junho de 2019, visando construir doze novas unidades residenciais, que servirão para abrigar as famílias atuais, além de outras três novas.

A estrutura organizacional de Solano Trindade possui caráter horizontal, sendo composta por: dois coordenadores do movimento de moradia que não residem na ocupação; um terceiro coordenador que vive lá com sua família; e a base, isto é, moradores e moradoras ocupantes e suas famílias. Cabe salientar que apenas os dois primeiros se encontram assim denominados “coordenadores” no decorrer desta dissertação, uma vez que o terceiro alcançou esse status com o projeto já em andamento e, sobretudo, também graças à relevância que o fato das lideranças morarem ou não na ocupação foi adquirindo ao longo da pesquisa-participante.

Via de regra, os movimentos de moradia mobilizam um número maior de famílias para o ato da ocupação, buscando ter maior capacidade de organização e vigilância sobre o terreno, durante os primeiros momentos, quando ataques e tentativas de remoção costumam ser mais frequentes. A permanência no imóvel abandonado, no entanto, muitas vezes, termina sendo prejudicada por suas condições de habitabilidade, usualmente, bastante limitadas. A ocupação Solano Trindade é um retrato fiel dessa complexa dificuldade.

A fim de superar esse quadro de severa limitação, a coordenação de Duque de Caxias (DC) do movimento de moradia, responsável por Solano Trindade, já nos primeiros meses de ocupação, vinha concentrando esforços na obtenção de apoio financeiro, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (MCMV-E).

A opção pelo financiamento federal via MCMV-E, no entanto, não foi uma unanimidade, internamente, no movimento de moradia. Embora contasse com o apoio da direção nacional, ela ia de encontro à estratégia adotada pela coordenação

estadual. O que terminou por acarretar no afastamento e isolamento político da coordenação de Duque de Caxias, além da utilização da sigla MNLM-DC, para se referir às lideranças de Solano Trindade, ao longo deste estudo.

Apesar do distanciamento frente à coordenação estadual permanecer, hoje, após as mudanças e descontinuidades acumuladas nos programas MCMV e MCMV-E, desde o golpe político-jurídico-midiático que resultou no impeachment presidencial de 2016, a atuação do MNLM-DC tem se concentrado na busca de apoio para a requalificação do pouco de estrutura dos imóveis originais que restou de pé.

Duas estratégias, tanto a requalificação, quanto a participação no MCMV-E, contudo, intimamente relacionadas ao campo da arquitetura e que foram, por isso mesmo, amplamente apoiadas pela primeira equipe de assessoria da UFRJ Solano Trindade, formada majoritariamente por arquitetos, nos primeiros meses de ocupação.

Paralelamente, estratégias que visavam tratar a condição de vulnerabilidade socioeconômica das famílias da ocupação, seja via iniciativas de geração de trabalho e renda, como o Coletivo de Mulheres Cozinheiras, seja pela melhora na educação, segurança e qualidade alimentar, via horta coletiva em forma de mandala, em contrapartida, foram sendo desenvolvidas por outros grupos, como o Soltec/NIDES.

De modo geral, pode-se afirmar que para além da busca por novas fontes de financiamento para os projetos delineados para a ocupação, a experiência de Solano Trindade tem sido marcada pelo investimento em articulações políticas e técnicas, com a expectativa de avanços, tanto no que diz respeito à condição de vulnerabilidade socioeconômica das famílias moradoras, quanto da posse e da integridade do terreno ocupado.

Vale ressaltar, nesse sentido, que apesar de o MNLM-DC possuir ainda outros parceiros associados à ocupação, tendo recebido a assessoria da Ong CAPINA, por exemplo, através da capacitação de seus coordenadores, sua relação com a assessoria da UFRJ tem apresentado um caráter significativamente mais estreito e relevante.

Do ponto de vista da universidade pública e, em específico, da premissa aqui adotada, a aproximação com os movimentos sociais possibilita potencializar sua função e impacto social direto, mediante a articulação de sua produção tecnocientífica às demandas da maioria da população, condensadas na condição de vulnerabilidade econômico-social das famílias da ocupação.

Além disso, esperava-se promover o diálogo entre os saberes acadêmico e popular, bem como colaborar para a formação crítica, tanto dos moradores da ocupação, quanto dos estudantes, professores e técnicos universitários envolvidos no projeto.

Já pela perspectiva do movimento de moradia, a parceria com a universidade proporciona o acesso à assessoria técnica da UFRJ, contando com o registro e sistematização das atividades planejadas e realizadas, além do processo histórico percorrido para tal. O trabalho em conjunto com a universidade, ainda, pode apresentar ao movimento de moradia uma ampla gama de novos possíveis parceiros.

Por reconhecermos tanto este traço marcante da assessoria da UFRJ presente desde o surgimento da ocupação Solano Trindade, quanto seus impactos na ação extensionista do Projeto OTA, será apresentada, a seguir, uma breve evolução do histórico de parcerias e ações extensionistas que foram desenvolvidas a partir desta relação entre o movimento de luta por moradia e universidade pública.

### **2.1.2. Os processos de assessoria estabelecidos com a UFRJ**

A cooperação entre a universidade e o MNLM, para o surgimento da ocupação Solano Trindade, ocorre desde o processo de definição do terreno a ser ocupado, que contou com uma visita conjunta a uma das opções levantadas, até a negociação e planejamento para que a ocupação se tornasse um campo experimental da universidade, direcionado para atividades de extensão e de pesquisa, além das práticas de ensino.

Cerca de um mês após a ocupação do terreno, iniciou-se a negociação conjunta, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para regularização do terreno e, durante os meses de outubro e novembro de 2014, ocorreram as primeiras discussões entre a equipe de assessoria em arquitetura da UFRJ e o movimento de moradia para mapear possíveis projetos para a ocupação. Esse ano foi marcado pelo aprofundamento das discussões políticas e da articulação com possíveis parceiros que poderiam colaborar com a construção coletiva, tanto do espaço, quanto do plano pensado para Solano Trindade.

Ao longo de 2015, destacaram-se a realização de cinco fases de mutirões para tratamento do terreno e das instalações prediais, tendo cada um deles foco em: limpeza, cercamento, instalações hidráulicas, recuperação do telhado do edifício principal, além da realização de uma etapa participativa do projeto para a recuperação do outro edifício existente.

A partir do contato promovido por pesquisadores da UFRJ, dentre eles um membro da equipe de assessoria do Projeto OTA, em maio de 2016, iniciou-se um projeto participativo conduzido por arquitetos que viriam, posteriormente, a constituir o coletivo Catálise, formado e ampliado a partir da assessoria à ocupação.

Por meio do projeto foram promovidas reuniões entre moradores da ocupação, famílias cadastradas para o empreendimento habitacional, lideranças do movimento e equipe de assessoria técnica da universidade, para discutir as necessidades das famílias e as demandas a serem cumpridas, tanto para a obtenção do crédito do programa MCMV-E, quanto para a regularização definitiva do terreno ocupado, junto à SPU.

Durante esse período, foram debatidas com as famílias, desde a tipologia das 105 casas a serem construídas – como o número de pavimentos, a metragem total e de cada cômodo, além de outras características gerais –, até questões referentes aos espaços de uso comum e ao projeto urbanístico do novo modelo de cidade, ao qual Solano Trindade se propunha, não apenas a discutir, mas também a construir, por meio da parceria universidade-movimento.

A CAPINA tornou-se, também, uma parceira do MLNM-DC, ao assessorar atividades da ocupação com potencial de geração de trabalho e renda, a partir do Curso de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos, iniciado em 2017. Vale destacar que essa assessoria se dava de forma indireta, por meio da capacitação dos coordenadores de Solano Trindade que, por sua vez, seriam responsáveis por transmitir o conhecimento adquirido e colocá-lo em prática, junto às famílias da ocupação, durante intervalos previstos para isso ao longo do curso.



Uma terceira assessoria à ocupação foi a do Mutirão de Agroecologia da UFRJ (MUDA)<sup>8</sup>, que chegou à Solano Trindade também em 2017, quando da organização da primeira Vivência Agroecológica e do início do preparo da horta coletiva em forma de mandala, localizada nos fundos do prédio principal da ocupação.

Ao longo desse primeiro ano, foram realizadas outras Vivências Agroecológicas, que incluíam o cultivo por permacultura de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), sob o sistema agroflorestal, além de ações de saneamento ecológico e oficinas de alimentação vegetariana orgânica. A atuação do MUDA estava inserida na aproximação do NIDES à ocupação Solano Trindade, assim como a do Soltec que veio ocorrer em seguida.

A proposta era que o Soltec contribuísse tanto com a experiência e as lições aprendidas com o Instituto Politécnico de Cabo Frio (IPCF) para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e futura operação do Centro de Formação Politécnica (CFP) de Solano Trindade, quanto através do Projeto OTA, prestando assessoria extensionista em gestão organizacional, com perspectiva de geração e ampliação de renda, a partir das atividades de trabalho, catalisadoras do aprendizado a ser promovido pelo CFP.

Vale ressaltar que no dia 9 de agosto de 2017, ao apresentar a experiência do Soltec com o IPCF às famílias e lideranças de Solano Trindade, foi salientado que a equipe formada por professores, técnicos e estudantes, “buscou sempre superar a contraditória separação entre teoria e prática”, por compreender que “educar é um ato político, de grande potencial transformador”, visando, desta forma, imprimir este direcionamento também ao CFP da ocupação.

A liderança mais antiga do MNLM em Solano Trindade, reproduzindo conversas anteriores com professores da equipe de assessoria, destacou, em seguida, o que o movimento esperava do CFP: “cursos de Educação de Jovens e

---

<sup>8</sup> O Projeto Muda nasceu integrado por alunos do curso de Engenharia Ambiental da UFRJ, mas agregou estudantes de outras graduações, além de alunos da pós-graduação, professores e não universitários, nos últimos anos. A intenção do grupo é testar e disseminar soluções harmônicas para a vida urbana e rural a partir dos conceitos agroecologia, permacultura e tecnologias sociais, possibilitando a geração de renda, a solução de problemáticas ambientais locais, a melhoria da saúde individual e coletiva, além de promover a aproximação entre campo e cidade. São buscadas, desde então, soluções baseadas na ética e nos princípios da Permacultura e da Agroecologia, de modo a favorecer a consolidação de culturas sustentáveis num contexto de urbanização e preservação da natureza. (adaptado de <http://muda.poli.ufrj.br/index.php/quemsomos/> em 19 de setembro de 2019).

Adultos (EJA); pré-vestibular comunitário e formações técnicas em audiovisual”. Estas últimas, associadas à atuação do GEM<sup>9</sup>, que também compõe o NIDES; mas, sobretudo, atividades produtivas pensadas a partir dos resultados da pesquisa sobre potencialidades econômicas do bairro São Bento, realizada em 2017, sob a coordenação de duas integrantes da equipe da UFRJ.

A esse respeito, uma professora da equipe de assessoria, lembrou, ainda, da possibilidade de utilizar as instalações do CFP como ponto de venda para os lanches e alimentos, já comercializados pelas mulheres de Solano Trindade em eventos dentro e fora da ocupação, ou para qualquer outro produto que viesse a ser produzido por seus moradores.

Na ocasião, entretanto, a definição acerca desses produtos ou serviços que seriam comercializados se encontrava inserida em um debate mais amplo, sobre o PPP do CFP de Solano Trindade, estando diretamente relacionada, portanto, à escolha das atividades de trabalho que direcionariam, a partir da relação entre teoria e prática, o aprendizado dos educandos do próprio CFP.

Nesse processo, foi possível perceber certa amplitude de significados atribuídos ao CFP, o que era reforçado pelo número de vezes em que o termo ‘politécnico’ era suprimido dessa denominação, restando apenas a expressão “centro de formação”, de natureza genérica e indeterminada.

A proposta original do CFP havia sido apresentada e discutida junto a todos, tanto os moradores e moradoras, como lideranças. Contudo, ainda assim, aparentava ser compreendida enquanto um centro de formação política, sob a perspectiva dos coordenadores do movimento de moradia. Havia, ainda, a associação hipotética do CFP a um centro de formação de professores e educadores populares para Duque de Caxias, por parte de parceiros do movimento ligados à educação municipal.

Essas expectativas discrepantes foram todas expressas durante a reunião de 9 de agosto de 2017, realizada na própria ocupação, sem, entretanto, impedir um consenso final em torno da educação politécnica ou politecnia, enquanto princípio norteador fundamental do PPP do futuro Centro de Formação.

---

<sup>9</sup> Grupo de Educação Multimídia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A politecnia possui, como eixo medular, a “centralidade do trabalho como elemento formativo e da vinculação entre os aspectos do processo produtivo e o ensino” (BEMVINDO, 2016, 159). Essa indissociação entre teoria e prática, sobretudo, entre teoria e prática produtiva, vai de encontro ao trabalho especializado, fragmentado e de caráter alienante, próprio ao capitalismo.

Segundo Saviani (2003), dessa maneira a educação politécnica pode fornecer um caminho concreto para o acesso de trabalhadoras e trabalhadores a conhecimentos, a partir deles próprios historicamente expropriados e convertidos em meios de produção pelas empresas.

Especificamente em Solano Trindade, para além desse aspecto omnilateral, crítico e anti-alienante, a educação politécnica poderia contribuir de maneira significativa tanto para o retorno dos adultos aos estudos, à educação formal, quanto, e sobretudo, para a capacitação de moradores e moradoras visando a geração de trabalho e renda pelas famílias da ocupação, o que contribuiria, inclusive, para a permanência e a consolidação definitiva do terreno ocupado.

Para o MNLM, a luta pelo direito à cidade e pela reforma urbana não envolvem apenas o acesso à moradia. Incluem, ainda, outras questões como o acesso a transporte público, a serviços de educação e saúde, a cultura, bem como a oportunidades de geração de trabalho e renda mais igualitárias e para todos. Em outros termos, podemos afirmar que o movimento compreende a relevância da geração de renda tanto para a sobrevivência das famílias ocupantes, quanto para a permanência e consolidação da própria ocupação no terreno.

A aproximação e parceria entre MNLM-DC e NIDES/UFRJ, por meio do Projeto OTA, em especial, encontrava-se diretamente relacionada a essa seara. Abrangendo, especificamente, a politecnia que orientaria o PPP do futuro Centro de Formação e a geração de trabalho e renda por e para as famílias de Solano Trindade.

### **2.1.3. As tensões entre o coletivo e o individual**

Os distintos processos de assessoria extensionista, realizados por meio do NIDES/UFRJ são descritos com mais riqueza de detalhes a partir de abril de 2017, quando da minha inserção efetiva no campo de trabalho-pesquisa da ocupação

Solano Trindade, já no contexto dos demais processos de assessoria decorrentes da parceria entre MNLN-DC e UFRJ.

Durante o período de aproximadamente seis meses, que se estendeu do mês de abril a outubro de 2017, meu contato com a ocupação teve um viés de observação e reconhecimento da realidade concreta, vivenciada em Solano Trindade, das potencialidades e contradições encontradas e de identificação e aprofundamento dos diferentes processos de assessoria em curso.

Enquanto objetivos, havia tanto o de me aproximar mais dos moradores e estabelecer uma relação de troca e maior proximidade com as famílias da ocupação, quanto o de alcançar uma delimitação mais precisa acerca do objeto de pesquisa deste estudo, dentre as diferentes possibilidades, em torno da geração de trabalho e renda, identificadas para Solano Trindade na época.

Em paralelo, foi desenvolvido um estudo de caráter mais aprofundado, acerca do histórico da ocupação, da história de vida de seus moradores e moradoras, bem como dos processos de assessoria da UFRJ, iniciados, em termos práticos, desde a discussão de concepção da ocupação, que contou com a participação de professores da futura equipe de assessoria extensionista.

Também foram realizadas entrevistas com moradoras e moradores de Solano Trindade e com os coordenadores do movimento de moradia. Assim como foram colhidas informações a partir de conversas informais e corriqueiras com os mesmos, durante vivências, visitas, eventos e antes ou depois das reuniões de trabalho realizadas, participativamente, semana a semana. As importantes trocas com membros mais antigos da equipe de assessoria foram igualmente relevantes para uma melhor compreensão sobre os percursos em questão.

#### 2.1.3.1. A cozinha coletiva

Por meio desse resgate histórico, informações relevantes foram obtidas, relacionadas, por exemplo, ao processo de origem e de encerramento da cozinha coletiva de Solano Trindade. Vale destacar, a este respeito, que é estratégia habitual entre os movimentos de moradia, organizar uma cozinha coletiva nos primeiros meses de ocupação. Afinal, as famílias não costumam ocupar carregando utensílios de

cozinha e eletrodomésticos. A maior parte, geralmente, sequer os possuem nessas ocasiões, na verdade.

A cozinha coletiva de Solano Trindade não fugiu à regra. Surgiu de maneira semelhante e com esse mesmo propósito, o de oferecer alimentação diária para as famílias que não possuíam local, utensílios, nem equipamentos para cozinhar individualmente para suas famílias, ao menos, nos meses seguintes a ocupação do terreno.

Na época, a cozinha se organizava por rodízio. A cada dia, uma das famílias era responsável pelo café da manhã, pelo almoço e pelo jantar das demais. De maneira a prestar um serviço essencial tanto para a consolidação da ocupação do local, na perspectiva do movimento de moradia, quanto para uma chegada e uma instalação menos árdua no imóvel abandonado, por parte de moradoras e moradores.

Após as primeiras semanas, a cozinha coletiva de Solano passou, no entanto, a servir apenas a refeição do almoço. Organizada dessa maneira, seguiu, alimentando, diariamente, as famílias da ocupação, após o primeiro jantar servido na noite de chegada ao antigo PANAFTOSA, por cerca de mais dois anos.

Os motivos para seu encerramento, relatados em conversas e entrevistas, apontam para um conjunto de possíveis razões, que vão desde diferenças entre a “qualidade” das refeições produzidas por cada família (percepção muitas vezes associada à presença ou não de carne nas mesmas) e o horário discrepante em que eram servidas a cada dia, se estendendo até situações atravessadas pelo comportamento machista de maridos que se incomodavam por suas esposas estarem cozinhando para o coletivo.

O fim da cozinha coletiva foi perpassado, ainda, por certo grau de antagonismo entre as mulheres da ocupação, que disputavam, ainda que de maneira por vezes velada e aparentemente saudável, as melhores receitas e o sucesso de seus pratos entre as demais famílias. Também no decorrer do trabalho participativo de assessoria extensionista, desenvolvido meses depois com o coletivo formado por elas, foram observadas atitudes individualistas e com traços de competição, que passarão a ser abordadas a partir do subitem seguinte.

Por outro lado, foi possível perceber, a partir das trocas com os moradores, certa valorização da experiência partilhada promovida pela cozinha coletiva, que possibilitou o compartilhamento de rotinas, responsabilidades e de investimento em ações coletivas voltadas para a satisfação das necessidades das famílias da ocupação, para além das refeições.

#### 2.1.3.2. A mandala agroecológica

Outro importante percurso histórico apreendido foi o das hortas de Solano Trindade, que por se encontrarem localizadas em um terreno extenso, repleto de espaços não construídos, já nos primeiros meses, permitiu que alguns moradores, que possuíam experiências anteriores de lida com a terra, espontaneamente, dessem início às primeiras hortas da ocupação. As hortas iniciais foram, também, significativas para a instalação e permanência no território ocupado, complementando e, nos períodos mais árdus, assegurando a alimentação das famílias, que as cultivavam.

Essas primeiras hortas se diferenciavam da cozinha coletiva, não apenas por seu caráter individual, mas também pelo tempo mais extenso pelo qual foram mantidas, coexistindo com outras atividades, até certa medida, prioritárias, como a obtenção do registro do terreno ocupado e do financiamento junto ao PMCMV-E, que, apesar das críticas estruturais, feitas por parte, tanto da equipe de assessoria extensionista, quanto dos coordenadores do movimento de moradia, seguia orientando a estratégia de ação de ambos na época.

As hortas individuais terminaram por ser extintas, somente, quando da chegada do MUDA e da proposta de assessoria técnica e especializada para a construção de uma horta agroecológica, coletiva e bem maior que as primeiras. Essa proposta, trazida pelos estudantes, seria ainda complementada pela sugestão da técnica de cultivo em forma de mandala, sugerida pelo coordenador do movimento de moradia que vive em Solano Trindade.

Liderança esta que, além de ter participado como eletricista da reforma da ocupação Manoel Congo, e ser, como já apresentado no item 2.1.1, a única que reside na ocupação, já havia trabalhado com a técnica da mandala no sítio do seu pai, em

Pernambuco, antes de se mudar para o Rio de Janeiro, e dominava o método proposto.

A atuação do MUDA, por sua vez, trazia, enquanto maior diferencial, a perspectiva agroecológica dos estudantes da engenharia ambiental da UFRJ. Os estudantes, para além de compartilhar reflexões e alternativas técnicas com os moradores da ocupação de Solano Trindade, participaram ativamente de todo o processo de trabalho que deu origem à horta em forma de mandala, desde a preparação da terra até os primeiros alimentos colhidos, auxiliando o plantio e boa parte do manejo da horta.

A mandala agroecológica, como passou a ser chamada, surgiu e foi, seguidamente, expandida a partir das Vivências Agroecológicas promovidas pelo MUDA. Ao passo que, somente em 2017, foram organizadas 6 vivências, que reuniram cerca de 120 voluntários, somaram 18 dias de trabalho e resultaram, em poucos meses, em três anéis para a mandala agroecológica de Solano Trindade.

Durante cada uma dessas vivências, os estudantes e voluntários, que costumam passar três dias em imersão na ocupação, dormindo em barracas ou na biblioteca improvisada da mesma, precisavam comer, e a mandala agroecológica já começava a oferecer alimentos para isso.

Parte desses alimentos, como as PANCs, no entanto, era inicialmente desconhecida e foram, gradualmente, sendo explorados, mais uma vez, com a participação ativa do MUDA, por meio da troca entre os saberes popular e técnico-científico, das cozinheiras da ocupação e dos estudantes de engenharia ambiental da UFRJ, durante oficinas realizadas na cozinha.

Essas trocas ocorridas na cozinha, em torno do uso e do preparo dos alimentos, fossem colhidos ou não na mandala, demonstraram ser frequentes e intensas, visto que a alimentação é uma necessidade básica do ser humano e que, assim portanto, tinha o potencial de aproximar todos do ato de cozinhar e do próprio espaço físico da cozinha, gerando identificação de boa parte dos moradores da ocupação, em especial das mulheres, com as oficinas desenvolvidas, por fim.

Dessa maneira, foi iniciado um importante processo de reeducação alimentar em Solano Trindade, por meio do qual os moradores e, em especial, as mulheres da

ocupação, puderam ter acesso a alimentos orgânicos, não convencionais, bem como a diferentes técnicas de preparo dos mesmos, agregando-as às suas receitas pessoais. *"Eu achava que vegetariano só 'comia' folha verde"*, afirmou uma delas, uma vez, em entrevista sobre tal processo realizada em maio de 2018.

Moradores que antes não comiam sem carne, ou ao menos, a consideravam a parte principal de suas refeições, passaram a experimentar novos sabores, além de compreender melhor os argumentos ambientais, socioeconômicos, e, sobretudo, políticos para uma alimentação agroecológica mais saudável. Como resultado, atualmente, as mulheres passaram a levar os ingredientes cultivados na mandala, incluindo as PANCS, para suas famílias, muitas vezes acrescentando-os a receitas que já conheciam.

#### **2.1.4. A perspectiva de geração de renda**

As novas receitas que surgiram começaram a fazer sucesso e chamar atenção, durante as vivências de agroecologia e as festas juninas, que tradicionalmente comemoram o aniversário da ocupação, no mês de agosto, assim como em eventos fora de Solano Trindade, para os quais passaram a fornecer ou comercializar variados tipos de lanches, sucos e refeições.

Nota-se que somente as atividades da cozinha coletiva, que, nesta altura, funcionava apenas por demanda, carregavam alguma possibilidade de geração de renda para as famílias da ocupação, até então. Fato, este, que contrasta, no entanto, com o fim prematuro da primeira experiência de cozinha coletiva vivida em Solano Trindade. Nesse sentido, observa-se, ainda, que, a partir da utilização dos alimentos provenientes da horta, na cozinha, a perspectiva de geração de renda passa a ser associada também à mandala agroecológica.

Muito embora as atividades com perspectiva de geração de renda estivessem se delineando, o mesmo não podia se dizer da organização do trabalho em torno delas. Um fator de influência, nesse sentido, foi o fato de os coordenadores da ocupação buscarem centralizar decisões gerenciais referentes, sobretudo, ao cardápio e às questões financeiras do Coletivo de Mulheres.



Cabe ressaltar que os dois coordenadores de Solano Trindade participaram de um curso oferecido pela Ong CAPINA, que tinha o intuito de capacitar lideranças populares para a análise de viabilidade de projetos sociais e para a gestão de coletivos associados de produção e/ou comércio.

Um destes coordenadores se encontrava diretamente ligado à gestão do trabalho do Coletivo de Cozinheiras, porém parece ter mostrado dificuldade em disseminar os conhecimentos passados durante o curso, assim como em compartilhar os processos de decisão de forma mais horizontal com as mulheres cozinheiras da ocupação.

Foram identificadas pelo menos duas hipóteses, a partir das trocas com os envolvidos, para explicar esse fato. Em entrevista realizada em outubro de 2017, com coordenadora citada no último parágrafo, a mesma mencionou a dificuldade em enxergar o Coletivo de Mulheres enquanto um empreendimento econômico. A este respeito, apesar de compreender a demanda por planejamento e controle para a gestão da cozinha coletiva, afirmou não conseguir ver a aplicação dos conhecimentos transmitidos por meio do curso, na realidade prática da mesma.

Outra interpretação, apreendida a partir das atividades de assessoria e atribuída às mulheres do Coletivo, diz respeito ao fato da referida coordenadora buscar manter a centralidade do poder de decisão, sem, no entanto, morar na ocupação, o que a distanciaria dos processos efetivos e do dia-a-dia de trabalho. Apesar disso, o curso da CAPINA costumava ser frequentemente citado como argumento principal dessa liderança, para manter uma coordenação de caráter mais centralizado das atividades Coletivo de Cozinheiras.

Em suma, podemos afirmar que entre abril de 2017 e fevereiro de 2018, não se delinearão perspectivas concretas de geração de renda por parte das famílias de Solano Trindade, para além do Coletivo de Mulheres Cozinheiras, que se encontrava em processo de formação, a partir da reativação da cozinha coletiva da ocupação, além de eventuais demandas de trabalho intermitente, os conhecidos “bicos”, que alguns moradores, por vezes, obtinham acesso.

A obra do CFP, viabilizada a partir de uma campanha de financiamento coletivo, promovida no ano anterior pela equipe de assessoria da UFRJ e que tinha início

programado para os meses seguintes, era a única perspectiva de trabalho, para o qual, no entanto, não havia garantia alguma de remuneração, uma vez que a montagem da sua estrutura de madeira, herdada do antigo IPCF, se daria por meio de mutirões.

Tal expectativa foi alterada, entretanto, com o acesso a uma emenda parlamentar de apoio a instituições federais de ensino superior. O primeiro contato referente à emenda foi realizado pelo coordenador mais antigo do movimento de moradia na ocupação, que, em seguida, passou sua negociação e elaboração para a equipe de assessoria extensionista, já que o responsável pela execução do projeto deveria ser a universidade.

#### **2.1.5. Frentes de assessoria extensionista**

Entre os meses de março e abril de 2018, a partir da expectativa pelo início iminente das obras, da perspectiva de ampliação da renda gerada pelo Coletivo de Mulheres, além de respaldado no crescimento da equipe extensionista, com o ingresso dos estudantes de graduação no Projeto OTA, o coletivo de assessoria da UFRJ dividiu sua atuação em duas frentes distintas de trabalho.

A primeira delas, formada por arquitetos e estudantes de arquitetura, ficou responsável pelas obras de requalificação do edifício dos fundos da ocupação e de montagem do primeiro módulo, de um total de quatro que completariam a montagem do CFP, previstas para serem iniciadas, ambas, em agosto de 2018.

Enquanto a outra frente, de caráter multidisciplinar, formada à princípio, pelas equipes extensionistas do Projeto OTA/Soltec e do MUDA, deu continuidade à assessoria à mandala e ao Coletivo de Cozinheiras, iniciada anteriormente pelo próprio MUDA, por meio das vivências e oficinas em torno da agroecologia.

A partir de então, a ação de assessoria extensionista, dessa segunda frente, passou a possuir uma natureza significativamente distinta, uma vez que se encontraria direcionada para a geração de trabalho e renda por e pelas famílias da ocupação.

Assim sendo, era esperado que as duas frentes de trabalho, juntas, fossem capazes de envolver a totalidade dos moradores em atividades com potencial de geração de renda, de modo a considerar suas diferentes aptidões, experiências, habilidades, interesses e expectativas.

Nesta divisão, contudo, terminou tornando-se evidente uma clara reprodução do recorte sexista da sociedade capitalista patriarcal, evidenciada tanto pela ausência de mulheres nas equipes de ambas as obras previstas, como de homens no Coletivo da cozinha.

### **2.1.6. Quintas em Solano: pesquisa e ação**

Diante da ampliação dos objetivos e da demanda de trabalho coletivo esperado para os meses seguintes, a equipe da UFRJ entendeu que seria necessário intensificar a presença física, a rotina de encontros e, assim, o volume de ações de assessoria, realizadas em conjunto com moradoras e moradores da ocupação.

Foi decidido, dessa maneira, que as reuniões de ambas as frentes de assessoria seriam realizadas, semanalmente, sempre às quintas-feiras, em Solano Trindade. E, além disso, que a cada três reuniões no campo, seria realizado, na sede do Soltec, um encontro interno da equipe extensionista, para (re)avaliação e (re)planejamento das atividades.

#### **2.1.6.1 Projetos para editais**

A primeira “Quinta em Solano”, como logo se tornaram conhecidas os dias de trabalho junto às famílias da ocupação entre a equipe de assessoria, contudo, revelou uma surpresa. A notícia de dois editais, que se propunham a apoiar empreendimentos de economia popular e solidária, formalizados ou não.

Um deles era especialmente destinado a empreendimentos de mulheres, ligados à alimentação, e premiava os projetos vencedores, para além do aporte financeiro em si, também, com ações de assessoria e capacitações técnicas, por um

período de dois anos, e com uma linha completa de eletrodomésticos, em quantidade a ser especificada pelo projeto contemplado.

A notícia de ambos os editais, ainda no caminho de ida à ocupação para a primeira reunião participativa de trabalho, fez a frente da cozinha da equipe de assessoria da UFRJ reavaliar, imediatamente, a dinâmica de trabalho que seria proposta ao Coletivo de Cozinheiras.

A primeira Quinta em Solano, se tornou, assim, uma etapa participativa primordial para a elaboração dos projetos para ambos os editais, com a apresentação dos mesmos às mulheres do Coletivo, item a item, para que pudessem colocar suas ideias e participar da construção do projeto, da forma mais coletiva possível.

Diante do entusiasmo de todas e todos, a equipe de assessoria extensionista e as mulheres do Coletivo realizaram seguidas reuniões, a fim de discutir as prioridades do projeto, tanto no que dizia respeito aos seus objetivos e métodos, quanto às suas rubricas financeiras.

Uma vez munidos dessas informações, os membros da equipe de assessoria escreveram uma primeira versão da proposta e levaram para a ocupação. As mulheres fizeram alguns comentários, em seguida, até que, por fim, foram concluídas as propostas finais para concorrer a ambas as premiações.

Foram registrados também relatos das mulheres da ocupação, acerca da importância do Coletivo no que tange os avanços no sentido da superação das relações de gênero dominantes na sociedade capitalista. A este respeito, para além de gerar renda, de melhorar a autoestima e a qualidade de vida das envolvidas, a participação no Coletivo têm inspirado e fortalecido as mulheres de Solano Trindade, como indica a fala de uma delas em reunião para a elaboração do projeto a ser submetido para os editais: *“depois que vim pra cá e comecei a trabalhar com elas, consegui finalmente me distanciar do meu ex-marido, que me deixou sozinha com minhas quatro filhas, depois de ter perdido meu emprego”*.

Vale ressaltar, nesse sentido, o valor que as mulheres do Coletivo, que também são mães, dão à possibilidade de conciliar seu trabalho com o cuidado diário e a criação de seus filhos, retratado na seguinte fala, de autoria da mesma mulher:

*“trabalhando aqui, tem a vantagem de conseguir ficar perto das minhas filhas. Isso faz toda a diferença pra mim e acho que pra elas também. Não tem nada que pague”.*

As questões de gênero, apesar de não aprofundadas neste trabalho em decorrência do recorte de objeto de estudo adotado, se encontravam, portanto, no cerne dos projetos elaborados para concorrer aos editais, que possuíam, enquanto objetivo principal, o de *“contribuir para avanços no sentido da sustentabilidade econômica da ocupação, como um todo, e da ‘reprodução ampliada da vida’ (CORAGGIO, 2000)<sup>10</sup> de seus moradores, por meio do empoderamento político, técnico e econômico das mulheres do empreendimento”.*

Para uma visão mais ampla acerca dos projetos que seriam submetidos, segue abaixo o quadro que relaciona cada um dos objetivos, de um deles, às atividades planejadas visando alcançá-los.

Quadro 1: Relação entre objetivos específicos e atividades planejadas pelo projeto para um dos editais de apoio ao Coletivo de Cozinheiras da ocupação Solano Trindade – MNLM-DC

Objetivos Específicos	Atividades planejadas
1. Desenvolver, de forma participativa, uma metodologia de formação e assessoria, associadas entre si, que agregue o conhecimento técnico-científico da universidade ao saber popular, visando resultados mais significativos no que tange sua utilização e replicabilidade, bem como a renda e a consciência política conquistadas pelas mulheres da ocupação, no decorrer do projeto.	Finalizar a busca de financiamento para a execução total do projeto
	Promover oficinas semanais de formação técnica e política
	Acompanhar e sistematizar as ações de produção e comercialização do Coletivo.
	Registrar, em audiovisual, a produção e comercialização do Coletivo.
	Sistematizar dados e, informações obtidas, bem como o conhecimento adquirido ao longo do projeto.
	Fazer devolutiva da sistematização do conhecimento adquirido, de dados e informações obtidas ao longo do projeto.

<sup>10</sup> Optamos por manter o texto original dos projetos desenvolvidos para concorrer aos editais, no qual se encontrava incluída a referência à obra de Coraggio.

2. Construir, coletivamente, um processo de formação política, tomada de consciência e fortalecimento do senso crítico, a partir da assessoria técnica e da formação para a gestão participativa do Coletivo de Mulheres.	Aprofundar o histórico de produção de alimentos em Solano Trindade e em outras ocupações urbanas da América Latina, em seguida.
	Reunir Coletivo e equipe de assessoria, semanalmente, para acompanhamento das atividades e decisões coletivas.
	Reunir equipe de assessoria, quinzenalmente para orientação interna e avaliação de resultados.
3. Potencializar a dinâmica produtiva do empreendimento, aumentando o volume produzido, a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, por meio da combinação entre os saberes técnico-científico e popular.	Finalizar planejamento da reforma da cozinha (projetos técnicos de engenharia, cronograma, orçamento, dentre outros)
	Acompanhar a execução das obras de reforma da cozinha.
	Reavaliar e diversificar, se necessário, o cardápio, as ações de marketing, os canais logísticos e os de venda.
4. Ampliar a renda gerada pelo Coletivo de Mulheres, assegurando a sustentabilidade econômica da ocupação e obtendo avanços no sentido da “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 2000) de seus moradores.	Realizar estudo do mercado de alimentos e refeições agroecológicas e PANCs no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense e no município do Rio de Janeiro.
	Assessorar a ampliação da mandala agroecológica de forma participativa, visando à formação dos moradores da ocupação para tanto.

Fonte: Projeto para um dos editais de apoio ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade – MNLM-DC

O projeto para ambos os editais estava sendo preparado por uma parte da equipe de assessoria da UFRJ, enquanto outra parte, reduzida em relação à primeira, agia, juntamente com o coordenador da ocupação mais ligada ao Coletivo de Cozinheiras, para garantir o cumprimento de exigências burocráticas dos mesmos, como CNPJ das instituições “organizadora” e “executora”, por exemplo. E foi justo nesse aspecto que se apresentaram tensões que perpassaram, de maneira direta e

determinante, as possibilidades futuras concebidas para o processo de assessoria planejado e, por conseguinte, também para o próprio Coletivo de Mulheres.

Diante da inexistência de CNPJ próprio da ocupação, foi acertado entre equipe da universidade e movimento de morada, que a instituição executora de ambos os projetos deveria ser a ACAMT, uma associação sem fins lucrativos criada pelo MNLM-DC, justamente para situações como aquela, em que um número CNPJ se fazia necessário.

No fim da tarde do último dia para a submissão do primeiro edital a ter seu prazo expirado e restando dois dias para o término do prazo do segundo, entretanto, os coordenadores do movimento, responsáveis também pelo CNPJ da ACAMT, alegaram estarem sendo “atropelados” pelo trabalho da equipe de assessoria, durante o processo de elaboração dos projetos, e retiraram seu aval para ambos, que sem o número de inscrição no CNPJ, não puderam ser submetidos.

Destaca-se o caráter surpreendente desse episódio do ponto de vista da equipe extensionista, uma vez que o processo de elaboração dos projetos, para ambos os editais de apoio, havia sido acompanhado com proximidade pela liderança da ocupação, diretamente envolvida com o Coletivo de Cozinheiras e contou, ainda, com a ciência do restante da coordenação do movimento de moradia antes de ser iniciado. Ademais, a decisão dos das lideranças parece ter ido totalmente de encontro aos interesses das mulheres do Coletivo, que cozinham nas precárias condições de infraestrutura oferecidas pela cozinha da ocupação.

A partir de então, duas tensões se tornaram evidentes na ocupação:

i) uma, entre coordenadores e moradores, sobretudo, com as mulheres do Coletivo, que haviam nutrido expectativas de alcançar melhorias significativas de infraestrutura, fosse com os novos eletrodomésticos, com a reforma do telhado e do teto da cozinha ou fosse com a compra de utensílios básicos como pratos, talheres e copos; e outra;

ii) entre os coordenadores e a equipe de assessoria da UFRJ, que havia investido tempo e esforço na construção dos projetos para os referidos editais, assim como depositado confiança na parceria com o movimento de moradia.

De certo modo, a tensão entre as lideranças do movimento e as mulheres da ocupação era acompanhada desde o início do processo de assessoria ao Coletivo, a partir de eventuais queixas sobre a centralização das decisões e a ausência física dos coordenadores, relatadas pelas mulheres, durante as trocas estabelecidas nas ‘Quintas em Solano’.

Na visão de algumas das mulheres do Coletivo, os coordenadores buscavam legitimar sua autoridade de forma negativa. O que se mostra notório a partir do desabafo registrado nos primeiros sete minutos da reunião de trabalho da ‘Quinta em Solano’ do dia 14 de junho de 2018, na cozinha da ocupação:

Se ‘vocês [equipe de assessoria] tá’ aqui, são várias decisões, são várias opiniões, são vários ‘questionários’, mas depois que vocês saem, tudo pára. [Os coordenadores] Não querem ouvir a voz de ninguém... [...] Tem sempre alguém dizendo: ‘Nós somos de frente!’. Mas só que a gente não tá vendo a coisa andar. [...] Você bate, bate de frente e não adianta. [...] Então não bato mais de frente. Porque você fala o que tá errado e continua... Aqui tá sendo assim. [...] No início, ‘vocês tavam’ muito animados, ‘botando pilha’ e a gente pegou, só que eles vêm com balde d’água fria. A gente tá pegando informação, tá pegando aprendizado com vocês, mas aí vem a rasteira, aí acaba desanimando. [...] Quando a cozinha tava tendo uma oportunidade de se expandir, pra ficar bem melhor, com equipamentos bem diferentes, isso foi interrompido pra dizer: ‘Sou eu que posso! Sou eu que mando!’ [...] Até hoje a gente parou nisso né? E se amanhã essa cozinha tiver linda e ‘eles manda’ a gente embora?”

A segunda tensão, por sua vez, seria evidenciada sob uma perspectiva de certo antagonismo, por parte dos coordenadores da ocupação, em relação à equipe de assessoria extensionista, revelada a partir de falas das próprias lideranças. Como, por exemplo, na ocasião em que um dos coordenadores do movimento de moradia declarou *“assim parece que nós estamos disputando os moradores”*, ao falar sobre a retirada do apoio ao envio das propostas para os editais, em conversa realizada no dia 22 de abril de 2018, durante a Vivência Agroecológica promovida entre os dias 21 e 23 daquele mês

Ou, ainda, quando o mesmo coordenador afirmou, *“a gente quer fazer o que vocês estão fazendo”*, em reunião de trabalho entre a equipe de assessoria extensionista e o Coletivo de Mulheres que tratava do planejamento das compras e do controle de custos das refeições, realizada em 24 de maio de 2018.



Tais afirmações ampliam a compreensão acerca da justificativa adotada pela coordenação do movimento de moradia, quando da retirada do apoio para a submissão dos projetos aos editais, por meio da qual diziam se sentirem atropelados pela dinâmica de assessoria da UFRJ.

A partir da análise de professores da equipe de assessoria, aparentava haver, portanto, dois projetos distintos, concorrendo entre si, em Solano Trindade. Um deles, da equipe de assessoria, fortemente atrelado à geração de trabalho e renda, às atividades de extensão, pesquisa e à formação crítica tanto dos estudantes extensionistas, como dos moradores e moradoras da ocupação.

E outro, ligado ao próprio movimento de moradia, interessado, sobretudo, no financiamento por parte do PMCMV-E para a construção das 105 unidades residenciais, previstas pelo projeto de arquitetura, original, além da conclusão do processo de regularização fundiária do terreno ocupado junto à SPU, já iniciado anteriormente.

O fato é que as 'Quintas em Solano' que se seguiram foram marcadas por tal episódio e pelas questões a partir dele expostas, de modo que as reuniões de trabalho entre o Coletivo de Cozinheiras e a equipe de assessoria passaram a ser atravessadas pela busca de respostas para o que havia acontecido, em especial, por parte das mulheres da ocupação, que se sentia prejudicadas pela decisão de seus coordenadores.

Em um primeiro momento, a equipe de assessoria, a esta altura ainda formada por extensionistas tanto do Projeto OTA, quanto do MUDA, procurou orientar moradoras e moradores de Solano Trindade a dialogarem com os coordenadores do movimento de moradia e a pautarem essas questões nas Reuniões Gerais e Assembleias da ocupação, se necessário.

Contudo, apesar de possuírem uma periodicidade semanal pré-estabelecida por Regimento Interno, as Assembleias e Reuniões Gerais de Solano Trindade ficaram, ao menos, dez semanas sem ocorrer, o que comprometeu significativamente o diálogo entre os coordenadores e as mulheres do Coletivo para esclarecimento e resolução da questão.

Na verdade, também entre a equipe de assessoria e os coordenadores do movimento de moradia não foi estabelecido um diálogo direto e aberto. Em suma, houve apenas uma reunião, entre, somente, dois membros do coletivo extensionista e as lideranças do movimento, antes mesmo que o episódio pudesse ser debatido, de modo mais amplo, por toda a equipe de assessoria. Dessa maneira, tensões permanecem ainda latentes, interferindo, frequente e diretamente, na efetividade e continuidade das atividades de assessoria.

#### 2.1.6.2. Associação entre horta e cozinha

Em paralelo a isso, havia, ainda, a ideia discutida em diferentes reuniões, mas em especial na 'Quinta em Solano' do dia 26 de abril de 2018, de integrar de forma ampla e efetiva, os trabalhos realizados na horta e na cozinha, associando de maneira prática o planejamento e o controle sobre o que seria plantado e o que seria colhido na mandala agroecológica ao que seria utilizado, ou não, pelo Coletivo de Mulheres. De modo que a proporção entre trabalho e remuneração obtida a partir de ambas atividades fosse equilibrada e acordada previamente pelo conjunto das famílias da ocupação.

As alternativas para a associação entre horta e cozinha oscilavam, inicialmente, entre a remuneração pelos alimentos da primeira utilizados na segunda e a constituição de um único fundo de trabalho, por meio de um banco de horas ou de atividades. Ambas as possibilidades, porém, apenas seriam viáveis mediante a comercialização do excedente de produção da mandala agroecológica, o que não ocorria.

Além disso, foi percebido, durante o processo de assessoria, uma resistência por parte das mulheres do Coletivo em trabalhar na horta, justificada por elas devido, tanto ao fato de serem donas de casa e possuírem habilidades, interesses e outros afazeres mais próximos às atividades da cozinha, quanto à centralização, observada por elas, também nos processos de trabalho da horta.

A solução a que se chegou, após discussão entre a coordenação e os moradores de Solano Trindade, foi que o Coletivo de Cozinheiras teria direito a trinta por cento do que fosse produzido na mandala, mediante a participação diária, do

marido de uma das mulheres e, também, das próprias, no cultivo da horta, o que, de modo geral, ocorreu uma vez por semana, particularmente, nas 'Quintas em Solano'.

Esta última parte do acordo, contudo, foi mantida por poucas semanas, não tendo se estabelecido enquanto uma rotina efetiva de trabalho, de modo a esvaziar, logo nas semanas seguintes, o combinado inicial como um todo. O fim desse acordo envolvendo atividades de trabalho da cozinha e da horta, por sua vez, terminou por desmobilizar a equipe de assessoria original do MUDA, interferindo, por fim, no campo técnico de suas ações de assessoria.

#### 2.1.6.3. Organização e operacionalização do trabalho

O Coletivo de Cozinheiras, apesar de visivelmente desestimulado pelo fim do acordo referente à horta e, sobretudo, pelas tensões emergidas a partir do episódio da retirada de apoio para a concorrência aos editais, continuou sua busca, junto à equipe da universidade, por alternativas para a ampliação da renda que já vinha sendo gerada com a venda dos lanches e refeições agroecológicas produzidos.

A partir do mês de maio de 2017, a dinâmica de assessoria da frente extensionista da cozinha, passou, portanto, a não contar mais com a participação dos estudantes do MUDA, que após reuniões internas e conjuntas com a frente das obras, decidiu orientar seu foco para ações de saneamento ambiental no território da ocupação.

As atividades de assessoria ao Coletivo de Cozinheiras passaram, assim, a ser desenvolvidas exclusivamente pela equipe do Projeto OTA, composta por mim, pelos dois professores orientadores deste estudo e por duas estudantes do Curso de Engenharia de Produção da UFRJ. O que possibilitou o direcionamento do eixo de assessoria para a superação de significativas dificuldades, frequentemente relatadas, a respeito da operacionalização do trabalho e da gestão organizacional do Coletivo de Mulheres.

Durante as 'Quintas em Solano', especificamente nos dias 19 e 26 de abril, semanas seguintes ao episódio dos editais, foram relatadas e, em seguida, debatidas junto a equipe de assessoria em gestão do Projeto OTA, uma série de obstáculos enfrentados na organização do trabalho do Coletivo, como a necessidade de planejar

os cardápios com maior antecedência, em contraposição ao preparo dos alimentos comumente organizado por demanda, identificada, por vezes, poucas horas antes dos eventos, pela coordenação do movimento de moradia.

Outra dificuldade mencionada, de modo recorrente, apontava para a demanda por um controle mais participativo, transparente e eficiente sobre os custos dos lanches e refeições, assim como sobre as compras e o estoque, ou seja, acerca das entradas e saídas financeiras concentradas, até então, nos coordenadores do movimento de moradia, que se colocavam como responsáveis exclusivos pelas mesmas.

Na verdade, assim como a concentração de controle, o planejamento tardio também era atribuído, pelas mulheres do Coletivo, à centralização exercida pelos coordenadores do movimento de moradia. Somado a isso, contudo, observou-se ainda uma postura pouco proativa por parte das próprias mulheres cozinheiras.

Essa baixa iniciativa tornava-se evidente, em especial, pela recorrente espera por orientações, autorizações e ordens vindas dos coordenadores, a respeito de questões que se encontravam diretamente ligadas à suas atividades pessoais e/ou coletivas de trabalho, sobre as quais, portanto, poderiam ter maior gerência.

Tal comportamento, observado apesar da reflexão crítica construída participativamente, entre equipe do Projeto OTA e mulheres do Coletivo, frente às formas e técnicas hegemônicas de organização do trabalho, acabava por alimentar, ao mesmo tempo em que era alimentado, pela postura centralizadora dos coordenadores da ocupação.

Contradições como essa, assim como de experiências anteriores das próprias mulheres, foram sendo utilizadas, sempre que possível, pela equipe extensionista do Projeto OTA, para problematizar a organização hierárquica e hegemônica do trabalho, junto às cozinheiras do Coletivo.

A partir desse exercício de reflexão crítica e problematização acerca da organização do trabalho e das relações que as constroem, bem como na tentativa de efetivar mecanismos de controle mais transparentes e participativos, foram debatidas junto às mulheres, durante as reuniões de trabalho das Quintas em Solano, soluções técnicas, tais como: um quadro de 'gestão à vista', com listas de checagem de

atividades, escalas de trabalho e informações gerais sobre o que é produzido; além de planilhas para controle de custos, entradas e saídas financeiras; e de um livro para registro, controle e acompanhamento a médio e longo prazo das atividades de trabalho realizadas pelo Coletivo.

O livro de registro e controle, particularmente, já consistia numa prática da cozinha coletiva dos primeiros meses de ocupação, segundo relatos das mulheres do Coletivo. Sendo assim, necessitava, apenas ser retomada, de modo que se tornasse uma rotina também do Coletivo de Cozinheiras. Já as planilhas, seriam viáveis mediante a chegada, na ocupação, de computadores doados pelo Laboratório de Informática para a Educação (LpE), parceiro do Soltec, ambos idealizadores e fundadores do NIDES/UFRJ.

Apesar do esforço conjunto entre cozinheiras e equipe de assessoria do OTA, no entanto, nenhuma das propostas técnicas levantadas seguiu adiante. Durante a ‘Quinta em Solano’ do dia 19 de abril de 2018, a coordenação do movimento havia se comprometido a discutir as soluções apontadas junto às famílias da ocupação, mas, segundo relatado pelas mulheres do Coletivo nas reuniões seguintes, dos dias 26 de abril e 14 de junho, tais debates permaneceram seguidas semanas sem serem realizados.

Tal fato, somado à centralização que continuava sendo praticada pelos coordenadores do movimento de moradia, terminou por atrasar o andamento das atividades acordadas e a aplicação das soluções propostas, contribuindo para desestimular ainda mais tanto as mulheres cozinheiras, quanto a própria equipe de assessoria em gestão do Projeto OTA.

#### 2.1.6.4. Vendas na UFRJ

A despeito desse cenário, mulheres e extensionistas deram continuidade às discussões a respeito de possíveis mercados, nichos e locais para venda dos lanches e refeições agroecológicos produzidos e conclui-se que a UFRJ, mais especificamente seu Centro de Tecnologia (CT), localizado na Ilha do Fundão, se mostrava um mercado com potencial a ser explorado.

A etapa seguinte foi o desenvolvimento participativo, por meio das 'Quintas em Solano', de uma pesquisa de mercado, aplicada pela equipe extensionista do Projeto OTA em diferentes *campi* da UFRJ, porém com foco especial no Centro de Tecnologia (CT), onde estuda a maior parte de seus integrantes.

Por meio dessa pesquisa, foram alcançadas 179 pessoas, sendo 132 do campus da Ilha do Fundão, interessados na compra dos lanches, quentinhas e sucos agroecológicos, oferecidos pelas mulheres de Solano Trindade. A pesquisa abordava, essencialmente, as preferências entre quentinhas e lanches, entre diferentes tipos de lanches e doces, além da demanda por sucos agroecológicos.

Nesse sentido, o equivalente a 86,6% dos que responderam, ou 155 respostas, demonstraram preferência às quentinhas; 77,7%, ou 139 pessoas, escolheriam o hambúrguer de banana; 68,2%, ou 122 respostas, apresentaram maior interesse por bolos, tortas e sobremesas; enquanto 54,2%, ou 97 pesquisados, optaram pelos sucos orgânicos.

A referida pesquisa procurava recolher informações, ainda, a respeito da frequência prevista para a busca pelos alimentos agroecológicos. Nesse sentido, 67% dos participantes afirmou que compraria pelo menos de uma a duas vezes por semana, enquanto 20,7% indicava a intenção de um consumo diário.

Além disso, o estudo buscava também estimar o valor que os estudantes estariam dispostos a pagar pelos alimentos vegetarianos e sucos orgânicos, o que foi fundamental para a definição do que seria, de fato, comercializado.

O questionário da pesquisa de mercado foi aplicado em junho de 2018, no fim do primeiro semestre acadêmico, de modo a reservar o período de recesso, subsequentemente, para o planejamento da logística de vendas. A partir de então, as discussões que se sucederam giraram em torno da estrutura de custos dos produtos escolhidos e de outros, novos, que continuavam surgindo da adaptação de receitas para inclusão dos ingredientes agroecológicos.

Foram tecidos importantes debates e atividades participativas de trabalho, entre a equipe de assessoria e as mulheres do Coletivo, acerca de:

i) como estas se organizariam tanto para as vendas na UFRJ, quanto para o fornecimento de alimentação durante as obras da ocupação, com início previsto para agosto de 2018;

ii) da necessidade e o caráter do controle sobre as compras, se individual, por rodízio ou coletivo;

iii) da necessidade e respectivos argumentos para a manutenção de um fundo coletivo; bem como

iv) da formulação de preços, da estrutura de custos e da logística de transporte dos alimentos, dentre outros pontos relacionados.

Cabe ressaltar que, mais uma vez, todo esse processo foi atravessado tanto pela problematização acerca da organização capitalista e hegemônica do trabalho, marcada pelo trabalho alienado e explorado, pelo controle externo e burocratização, quanto pela reflexão crítica a partir da contraposição entre a atitude colaborativa e participativa, associada a coletivos autogeridos de trabalho, e a atitude competitiva, vivenciada pelas mulheres cozinheiras em suas experiências práticas.

Como resultado, a divisão do trabalho referente à cozinha tomou um contorno mais equilibrado, compartilhado e participativo, visando aproveitar as diferentes potencialidades e talentos das mulheres, sem deixar de considerar suas preferências pessoais, para a distribuição das funções de controle participativo sobre compras, estoques, custos, receitas, além da preparação e venda dos alimentos, entre as mesmas.

Em reunião de assessoria realizada, em junho, junto ao Coletivo de Cozinheiras, foi possível observar uma clara mudança de postura por parte de algumas das mulheres, que inicialmente, questionavam a participação de colegas, que não possuíam receitas próprias, nas vendas no CT da UFRJ.

Mas que, após debates coletivos, acabaram chegando ao consenso de que não seria viável que todas elas desempenhassem todas as funções associadas à produção e comercialização dos lanches e refeições, o que as levava, necessariamente, a uma divisão coletiva do trabalho.

O próximo passo, portanto, seria a retomada das soluções técnicas apontadas antes do foco de vendas na UFRJ, como as planilhas de controle e quadros de ‘gestão à vista’, o que havia sido planejado para a ‘Quinta em Solano’ do dia 05 de julho de 2018.

#### 2.1.6.5. Fim da assessoria extensionista e ampliação do objeto de estudo

Esse planejamento, entretanto, terminou não se concretizando, diante da notícia, recebida na chegada à ocupação para mais uma ‘Quinta em Solano’ do mês de julho, de que uma das moradoras mais antigas e atuantes da ocupação havia sido retirada do Coletivo, do qual participava desde seu surgimento.

Os motivos para seu desligamento não foram suficientemente esclarecidos, assim como ocorrido na ocasião de tensões vividas na ocupação, anteriormente. Havia diferentes versões para o desenrolar da decisão, que foi tomada em reunião com a presença do coordenador mais ligado ao Coletivo de Cozinheiras e de, apenas, parte das mulheres, sem a presença, porém, da mulher afastada.

Em decorrência do ocorrido, a mulher mais antiga e experiente do Coletivo, decidiu se retirar do grupo, em solidariedade à amiga desligada, alegando, repetidamente, nas reuniões realizadas com a equipe de assessoria, nos dias 12 e 19 de julho de 2018, não ter mais *“idade para essa guerra da cozinha, não”*.

Desde então, durante aproximadamente dois meses, a equipe de assessoria técnica da UFRJ procurou por diversas vezes os coordenadores da ocupação para uma reunião com a presença de todos, assessores-extensionistas, lideranças do movimento de moradia e famílias de Solano Trindade.

Tal reunião chegou a ser agendada, mas foi logo adiada e, em seguida, recusada pelos coordenadores, que se colocaram contrários à presença dos moradores da ocupação, sendo novamente remarcada e mais uma vez cancelada, com argumentos finais referentes ao acúmulo de funções e à falta de agenda por parte das lideranças do movimento.

Esse tempo, contudo, foi importante para a equipe de assessoria da UFRJ refletir sobre as questões que se evidenciavam na relação com o movimento social coordenador da ocupação, bem como sobre a continuidade, diante das



particularidades, limites e tensões observadas em Solano Trindade, das diferentes ações extensionistas, especialmente, da assessoria em gestão organizacional junto ao Coletivo de Mulheres, que terminou sendo encerrada.

Após reflexão coletiva, ficou evidente que a relação universidade-movimento social, no caso específico de Solano Trindade, se dava por meio de duas relações simultâneas e conflituosas, entre si:

i) uma, de caráter estratégico e institucional, com visão de médio a longo prazo, junto à coordenação da ocupação; e, outra,

ii) prática de trabalho, cotidiana e concreta, mantida de forma mais próxima junto a moradoras e moradores de Solano Trindade, por meio das atividades de assessoria e do trabalho participativo com os assessores extensionistas.

Como consequência, o foco deste estudo, que se dava, inicialmente, sobre as atividades de assessoria ao Coletivo de Mulheres da ocupação, precisou, então, ser ampliado para outros processos de assessoria extensionista em gestão a movimentos sociais.

Essa decisão se encontrava alinhada: i) tanto com uma mudança observada, nos últimos anos, nos projetos de assessoria do Soltec/UFRJ, anteriormente direcionados à atuação com coletivos de trabalho autogeridos e organizações populares independentes, desassociados de qualquer movimento social; ii) quanto, com uma reflexão interna do próprio núcleo extensionista, em torno da carência quanto à sistematização e análises acerca dessa mudança.

Com esse intuito, o objeto de estudo da pesquisa foi expandido para além da observação participante com a ocupação Solano Trindade do MNLM-DC, por meio da atuação como técnico extensionista na equipe do Projeto OTA, passando a envolver, também o acompanhamento e a investigação da dinâmica de assessoria em gestão do Projeto CaCi junto ao MST-RJ.

Essa mudança do objeto de estudo, na verdade, se mostrou imprescindível, diante do fim da assessoria ao Coletivo de Cozinheiras, resultante do acirramento das tensões entre os coordenadores do movimento e a equipe de assessoria, que

dificultou, significativamente, a comunicação dentro da ocupação, a qual passou, então, a se dar totalmente em separado com as famílias e com os coordenadores.

Ambas as relações, que na verdade deveriam consistir em apenas uma, aparentavam, de fato, um forte componente antagônico entre si. Como apontado pelos próprios coordenadores do movimento de moradia, por exemplo durante a Vivência Agroecológica seguinte ao episódio do veto à participação nos editais.

A partir disso, novas questões se colocaram para a equipe de técnicos extensionistas, em torno do que seriam especificidades de Solano Trindade e do que, por outro lado, poderia ser observado também em outros processos de assessoria da universidade pública a coletivos de trabalho de movimentos sociais.

Algumas respostas para tais questionamentos já poderiam ser aqui previamente indicadas, a partir do acúmulo obtido pela equipe de assessoria aos coletivos de trabalho associado de Solano Trindade, porém, conscientes da complexidade das questões que envolvem os fatos levantados, os quais extrapolam relações diretas de causa-efeito, o presente projeto de pesquisa reserva análises mais aprofundadas, a esse respeito, para as considerações finais deste estudo.

Compreendemos que, para além do referencial teórico desta dissertação, tal análise demandava um maior acúmulo também sobre os processos de assessoria extensionista do Projeto CaCi aos coletivos de trabalho do MST, assim como, sobre os processos de assessoria da CAPINA, que orientou a construção de sua metodologia, além de ter capacitado as lideranças do movimento de moradia que mobiliza e coordena a ocupação.

De modo que, a fim de obtermos impressões sobre outras atividades de assessoria, talvez não marcadas pelos mesmos conflitos, realizamos entrevistas com atores-chave do próprio Soltec e, também, da CAPINA, além de pesquisa documental, a partir de capítulos de livros, dissertações de mestrado, artigos científicos, já sistematizados, a respeito.

## 2.2. A experiência do Projeto CaCi

O início das atividades de assessoria técnica extensionista do Soltec/UFRJ junto ao MST, posteriormente formalizadas em torno do Projeto CaCi, se deu em 2014, quando, por meio do edital TERRAFORTE da SENAES11 que visava fomentar a agroindústria em assentamentos de reforma agrária e incluía a assessoria técnica por parte das universidades públicas, o setor de produção do movimento de trabalhadores rurais procurou o Soltec para discutir possibilidades de parceria.

A partir de então, foi iniciado o processo de assessoria extensionista à Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil (Coopaterra), situada no assentamento Terra Prometida, numa região que fica na divisa entre os municípios Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro.

A Coopaterra conta, atualmente com cerca de “60 famílias, distribuídas em quatro assentamentos e um acampamento, todos situados no estado do Rio de Janeiro. Seu principal objetivo é “produzir alimentos seguros, garantir a qualidade de vida de seus produtores assentados e acampados, além de lutar pela ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar no Rio de Janeiro” (LARICCHIA, ADDOR e OLIVEIRA FILHO, 2017, p. 3).

Nesse sentido, segundo relata Felipe Addor, professor coordenador do Projeto CaCi e atual Diretor do NIDES/UFRJ, em entrevista realizada em 1º de novembro de 2018:

Além do objetivo econômico, a Coopaterra também tem um importante propósito político, de articulação de diversos assentamentos da reforma agrária do interior do estado do Rio de Janeiro, chegando a abranger, inclusive, assentamentos de regiões mais distantes do estado, em 2014, ano de início do processo de assessoria do Soltec totalizando quatro assentamentos e um acampamento. Apesar de, hoje, contar com apenas dois, bem próximos entre si e na mesma região da sede da cooperativa, o Terra Prometida e o Jr Paraíso. (ADDOR, 2018).

Diante de tal complexidade, o processo de assessoria do Projeto CaCi à cooperativa “contou com uma série de reuniões e visitas, visando conhecer e identificar as principais demandas do coletivo, que poderiam ser atendidas por meio da atividade de assessoria extensionista” e, desde o princípio, foi concebido a partir da construção participativa entre a coordenação do projeto e a coordenação da

---

<sup>11</sup> Antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho, que foi rebaixada a Subsecretaria ainda no governo Temer, sendo transformada, por fim, em departamento do Ministério da Cidadania, por meio da MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019.

cooperativa, de um plano de trabalho conjunto para o ano seguinte, 2015. (ADDOR, 2018).

O referido plano de trabalho resultou no desenho de um percurso de assessoria extensionista “composto basicamente por duas etapas: um diagnóstico participativo, denominado Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental (EVTESA) e um curso de extensão de formação e assessoria à Coopaterra” (LARICCHIA, ADDOR e OLIVEIRA FILHO, 2017, p. 3).

O EVTESA foi idealizado e desenvolvido com o objetivo de identificar, tanto as principais potencialidades e dificuldades apresentadas, quanto estratégias para o desenvolvimento da cooperativa, além de contribuir, ainda que indiretamente, também, para uma melhor sistematização das informações e processos referentes ao empreendimento, com o intuito de subsidiar uma análise mais adequada acerca do funcionamento do mesmo, em especial, de suas frentes de comercialização.

No entanto, de acordo, novamente, com Felipe Addor:

Na prática, a etapa do EVTESA acabou se estendendo para além do esperado, tanto em termos de tempo e prazo, quanto em termos da discussão e do aprendizado coletivo alcançado, a ponto de gerar, por si só, subsídios suficientes para a realização do curso de formação originalmente planejado. (ADDOR, 2018).

Em razão do que foi exposto, assim como, segundo Felipe, também, “devido a limitantes de cronograma e orçamento, não foi possível realizar um EVTESA mais sólido e aprofundado”, que acabou dando lugar a um diagnóstico participativo, desenvolvido junto às agricultoras e agricultores da cooperativa. (ADDOR, 2018).

Para além disso, outra vez, segundo o coordenador do Projeto CaCi:

Havia, ainda, uma percepção, ao menos entre a equipe de assessoria do Projeto, de que haviam demandas tático-operacionais de caráter mais urgente e que o planejamento estratégico poderia contrastar muito com essas necessidades mais concretas, que já vinham sendo abordadas durante o diagnóstico participativo desenvolvido e para as quais os agricultores assentados, de fato, demandavam soluções técnicas de natureza imediata, por parte da equipe extensionista da universidade. (ADDOR, 2018).

Desse modo, considerando, tanto a demanda da cooperativa, bem como a própria capacidade de cooperação da equipe extensionista do Projeto CaCi, ao fim do diagnóstico participativo, foram elencados dez conteúdos temáticos, ligados à gestão do coletivo, como estratégia de vendas, planejamento estratégico, dentre outros.

Em seguida, por meio de discussão coletiva realizada a partir dos resultados obtidos com o diagnóstico participativo, dentre esses dez temas, foram selecionados dois prioritários: Planejamento e Controle da Produção (PCP) e Gestão Financeira. Conteúdo estes, que, portanto, se tornaram os eixos orientadores para a construção da fase seguinte: o curso de extensão, então denominado, “Gestão de Cooperativa da Agricultura Familiar”.

O curso “Gestão de Cooperativa da Agricultura Familiar” dispôs de uma carga horária total de 36 horas, distribuídas em seis encontros de seis horas cada, realizados entre outubro e dezembro de 2015. Além de contar, ainda, com “uma turma bem distinta, formada por alguns agricultores, dirigentes e jovens da própria Coopaterra, mas também de outros assentamentos, como o Roseli Nunes e o Campo Alegre”, sendo o primeiro, localizado no município de Piraí/RJ, enquanto o segundo se trata do assentamento mais antigo do estado do Rio de Janeiro. (ADDOR, 2018).

Nesse sentido, apesar de o curso ter sido muito bem avaliado por todos os participantes envolvidos, Felipe avalia que “a apropriação do aprendizado e a aplicação das ferramentas desenvolvidas [no decorrer do curso] acabaram ficando limitadas, sendo prejudicadas pela saída de diversos membros da cooperativa”. (*idem, ibdem*).

Essa situação terminou por comprometer a avaliação de outros possíveis fatores de interferência, a este respeito, como “a realização de cinco encontros pouco espaçados um do outro” e “a construção das planilhas [que] foi feita somente com a coordenação da cooperativa”, diante da(s) expectativa(s) “de implementá-las no cotidiano da cooperativa, [de modo que] houvesse espaço para aperfeiçoá-las a partir dos problemas que aparecessem” e de criação “mecanismos coletivos para alimentar as planilhas, por exemplo, a organização de uma assembleia com este fim ou de oficinas de reaplicação, para realizar o planejamento produtivo da cooperativa coletivamente”. (OLIVEIRA FILHO, 2018, p.46 e 47)

De todo modo, a despeito de tais dificuldades, de acordo com Felipe Addor, a avaliação coletiva ao fim de todo o processo, bem como do curso de formação, foi a de que:

[...] as discussões, reflexões e decisões coletivas geraram aprendizado importantes, no sentido da sistematização e da organização da produção e da comercialização, fundamentais para que a cooperativa conseguisse acessar o PNAE, como esperado inicialmente. (ADDOR, 2018).

Em suma, até os dias de hoje, a Coopaterra enfrenta dificuldades associadas, sobretudo, à falta de infraestrutura adequada, nos assentamentos e acampamento rurais, e à carência de conhecimentos em gestão, por parte dos agricultores envolvidos. Ainda assim, agricultoras e agricultores vêm conquistando progressos gradativos, no que tange sua estruturação e organização interna, mediante o aporte teórico e de sistematização, obtidos a partir do trabalho participativo com a assessoria extensionista.

Tais avanços organizacionais foram necessários para passar a fornecer produtos para o PNAE, mas, por outro lado, também paralelamente decorrentes desta conquista coletiva, visto os níveis de planejamento e controle necessários para atender a demanda contínua e os prazos pouco flexíveis do programa nacional.

Por outro lado, em paralelo a esta conquista, ainda no primeiro semestre do ano seguinte, 2016, o projeto original foi, então, dividido em duas frentes, sendo: uma conduzida pelo CEFET/Nova Iguaçu, com o objetivo de dar continuidade à assessoria técnica em gestão junto à Coopaterra; e outra pelo Soltec/UFRJ, com o propósito de ampliar o curso de formação em “Gestão de Cooperativa da Agricultura Familiar”.

A proposição de desenvolvimento desta segunda edição do curso partiu, para além do êxito logrado com a primeira edição, tanto da demanda de outros assentamentos por formação organizacional, quanto da carência generalizada por ações de assistência técnica rural, identificadas pelo MST no estado do Rio de Janeiro.

Sua proposta foi concebida, dessa maneira, enquanto uma ampliação, em ao menos cinco dimensões, da edição anterior. Uma vez que, dispunha de maior profundidade teórico-prática, com a inclusão de conteúdos de outros campos do conhecimento como o do Direito, de maior tempo de duração e da participação de um

maior número de educandos, também de outros coletivos fluminenses de trabalho associado do MST, incluindo alguns ainda não formalizados enquanto cooperativas. Mudança, esta, que acarretou na alteração do seu nome para curso em “Gestão e Cooperação Agroecológica”.

Segundo Oliveira Filho (2018):

Fizeram parte do curso, assentados do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira, dos assentamentos Irmã Dorothy e Roseli Nunes, do acampamento Marli Pereira e do assentamento Terra Prometida, e dos assentamentos Zumbi dos Palmares, Paz na Terra, Josué de Castro, Che Guevara/Ilha Grande e Dandara. (OLIVEIRA FILHO, 2018, p.50).

O formato final do curso estadual de 2017, em questão, foi composto por um total de sete módulos, estruturados por meio da pedagogia da alternância e teve duração de um ano, entre o primeiro e o último módulos. Além de contar, ainda, com “mais quatro meses para a conclusão do trabalho final, que consistiu na sistematização da trajetória de cada educando durante o curso” (OLIVEIRA FILHO, 2018, p.52).

Além disso, vale ressaltar que o trabalho participativo de “elaborar o percurso formativo do curso e de garantir a continuidade da proposta [...], enquanto animadora e mobilizadora das ações entre módulos”, foi desenvolvido por meio de uma Coordenação Político Pedagógica (CPP), de composição mista entre universidade e movimento social, sendo avaliado, coletivamente, como melhor estruturado e formalizado, para esta segunda edição, em relação à primeira. (OLIVEIRA FILHO, 2018, p.49).

Em paralelo a isso, os Núcleos de Base (NBs), estruturas semelhantes às instâncias organizativas do próprio movimento, foram também utilizados. “Cada NB ficou responsável por um coletivo de trabalho, com atribuições específicas. No caso do curso, a turma se dividiu em quatro, sendo eles: Estadia, Infraestrutura e Limpeza; Saúde e Ciranda; Cultura e Mística; Memória”. (OLIVEIRA FILHO, 2018, p.53).

O fato é que, apesar dos aspectos identificados como pontos passíveis de aprimoramento, tanto no primeiro, quanto no segundo curso, é possível afirmar que ambas as edições atingiram, de forma satisfatória, os objetivos aos quais se

propuseram, sendo bem avaliadas, por fim, tanto pelo movimento, quanto pela equipe de assessoria em gestão da universidade.

Prova maior disso, é a relação de parceria que se constituiu entre MST-RJ e Soltec/UFRJ, a qual se estende, estreita e aprofundada até os dias de hoje, quatro anos após a primeira edição do referido curso e cinco após o início da assessoria em gestão à Coopaterra, com o Soltec sendo convidado para facilitar o Planejamento Estratégico Estadual do movimento e a perspectiva de organização de um curso de Engenharia Popular, desenvolvido, participativamente, para e com as agricultoras e agricultores assentados

Nesse sentido, na verdade, desde o princípio da aproximação com o MST, ainda nas primeiras reuniões e visitas à Coopaterra, para planejamento do projeto de assessoria em gestão, pode ser observada uma dinâmica de significativa colaboração entre o movimento e a equipe extensionista, sobretudo, entre suas instâncias coordenadoras.

O que, à princípio, poderia sugerir um processo pouco participativo, por não envolver a totalidade de assentados e assentadas em absolutamente todas as etapas de desenvolvimento, na verdade aparenta ter sido de suma importância para a conquista e manutenção do apoio e da cooperação das lideranças do movimento, no decorrer de todo o processo de assessoria em gestão, desenvolvido a partir dos cursos extensionistas de formação.

Afinal, o MST é um movimento de caráter nacional, organizado em todos os estados do país e com mais 35 anos de luta pela função social da terra e pela reforma agrária, além de um longo e significativo acúmulo processos formativos. De maneira que, a assessoria extensionista do Projeto CaCi deveria manter-se alinhado à estrutura e ao planejamento, às diretrizes e ao modo de organização política e para o trabalho, do próprio movimento.

A este respeito, segundo o coordenador do Projeto:

O MST tem uma percepção muito clara sobre os processos de formação de lideranças e de disputa de poder, até mesmo com a própria universidade, em relação ao saber acadêmico. O que é uma coisa positiva, já que eles compreendem que a participação nesses processos tem uma forte perspectiva formativa. Tem até o exemplo da B., agricultora que tinha o perfil supersimples, tímida, aquele perfil tradicional do agricultor, mas que começou a participar e agora está no Terra Prometida, como uma liderança, uma referência. (ADDOR, 2018).



Diante do que foi exposto, a proposta participativa adotada desde o princípio do trabalho de assessoria extensionista com a Coopaterra e, em seguida, aprimorada no curso estadual em “Gestão e Cooperação Agroecológica”, por meio das CPPs, bem como dos NBs, aparenta ter sido uma escolha metodológica adequada.

Uma vez que, para além de organizados participativamente, com construção compartilhada entre movimento e universidade, ambos os processos de assessoria, sobretudo o segundo, considerado melhor estruturado, partiram da cultura, assim como das dinâmicas, estruturas e instâncias organizativas do próprio movimento social, para a organização dos cursos de formação em gestão idealizados após o término do mesmo, na virada do ano de 2015 para 2016. (ADDOR, 2018).

### **CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA ASSESSORIA EXTENSIONISTA AO COLETIVO DE MULHERES DE SOLANO TRINDADE A PARTIR DA LITERATURA E DO CONTRAPONTO ÀS DEMAIS EXPERIÊNCIAS**

Ao longo deste capítulo, apresentamos uma sistematização das reflexões analíticas desenvolvidas a partir das questões orientadoras, formuladas mediante a pesquisa participante na assessoria extensionista do Projeto OTA/Soltec/NIDES/UFRJ ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade.

- Que especificidades poderiam estar relacionadas aos processos de assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais?
- Que tensões e contradições viriam a surgir a partir do contato, da aproximação e do trabalho participativo em dinâmicas de assessoria extensionista a coletivos de produção e/ou comercialização associadas, organizados e mobilizados por movimentos sociais?

Reflexões e análises que, para além de fundamentadas no referencial teórico construído, têm como base a investigação dos processos de assessoria em gestão, da Ong Capina e, sobretudo, do Projeto CaCi, também do Soltec, porém junto a coletivos de produção do MST-RJ, concebidos, ambos, como contrapontos à experiência inicial, com as famílias da ocupação e o movimento de moradia que a coordena.

Dito de outra forma, a referida análise procura dialogar com essas demais experiências e a literatura relacionada, a fim de identificar até que medida as impressões, reflexões e análises prévias, conformadas pelas particularidades do contexto de Solano Trindade e da assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, se fariam presentes e relevantes, também, essas outras experiências de assessoria em gestão a coletivos produção e comercialização associadas, organizados por outros movimentos sociais.

Logo, tal reflexão possui, enquanto objetivo principal, contribuir com as discussões e aprendizados acerca das particularidades, tensões, contradições e caminhos alternativos para essa modalidade específica, frente à assessoria extensionista junto a coletivos de trabalho associado de caráter independente, isto é,

não ligados a movimento social algum, mobilizados, portanto, essencialmente em torno da atividade econômico-produtiva e da busca por resultados financeiros.

Vale ressaltar, nesse sentido, que não pretendemos ou esperamos esgotar o debate a respeito do tema, mas sim produzir uma coletânea de sistematizações das ações de assessoria apreciadas, com foco no processo de pesquisa e trabalho participativo conduzido, junto ao movimento de moradia e às famílias de Solano Trindade, assim como das reflexões analíticas a partir dele geradas.

### **3.1. Contraponto entre as experiências de assessoria analisadas**

A partir deste compilado de sistematizações, assim como das reflexões e análises desenvolvidas, foi possível confirmar que certas características e traços particulares à Solano Trindade, de fato, podiam ser identificados, em alguma medida, também nas demais experiências analisadas. No entanto, nesses outros casos, sem levar a tensões e conflitos semelhantes aos vivenciados na ação de assessoria ao Coletivo de Mulheres da ocupação.

Estabelecendo o contraponto entre as assessorias de OTA e CaCi, foi identificado que, apesar das lideranças de ambos os movimentos sociais não residirem, todas, em seus respectivos territórios, junto aos moradores ou agricultores da base, assim como de manterem, também, certo grau de centralização de controle e decisões, o caráter distanciado e centralizador observado na relação dos coordenadores do movimento de moradia com as famílias da ocupação, não se mostrou um obstáculo equivalente para a assessoria extensionista do CaCi ao MST.

De modo que, não foi identificado, nem por meio da pesquisa e análise documental, nem das entrevistas realizadas, nas quais a questão foi diretamente abordada, nenhum traço marcante ou de significativa influência, a respeito de tais aspectos, nem para a assessoria do Soltec ao MST-RJ, nem mesmo para a experiência do curso da Capina.

Vale destacar, ainda, que conclusão semelhante foi alcançada no que diz respeito ao viés de disputa da relação entre a ação extensionista junto ao Coletivo de Mulheres e a ação coordenadora da ocupação, de acordo com a percepção e os relatos das próprias lideranças do movimento de moradia. Assim como os traços de distanciamento e centralização, tal natureza antagônica se mostrou, igualmente, menos relevante, a partir da investigação sobre as demais assessorias.

### 3.2. A hipótese-justificativa das relações de poder

Sendo assim, os questionamentos que emergem do contraponto entre esses diferentes contextos e experiências de assessoria extensionista passam a envolver os fatores de influência que tornam tal quadro de ligeira centralização e distanciamento, tão particular e, sobretudo, determinante, para a experiência de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres de Solano Trindade.

Uma primeira hipótese vislumbrada, em particular, pela equipe do Projeto OTA, a este respeito, é a de que relações de poder intrínsecas ao próprio movimento de moradia, sobretudo, à coordenação de Duque de Caxias, internamente isolada, poderiam estar no cerne das principais especificidades de Solano Trindade.

De maneira objetiva, o raciocínio é de que, a cisão interna ocorrida no movimento de moradia, na realidade, terminou por fragilizar as lideranças de Caxias, que se percebendo isoladas, sentiram-se, portanto, ameaçadas. O que, por essa lógica, se refletiu, em certa medida tanto no seu relacionamento com os assessores extensionistas, num contexto presumido de antagonismo e “disputa pelas famílias da ocupação”, quanto na relação com as próprias famílias, marcada pelos traços de certo distanciamento e centralização.

A referida possibilidade, levantada e discutida em reuniões da equipe de assessoria do OTA à ocupação, assim como de orientação deste estudo, consistiu-se, assim, num dos eixos centrais de sua investigação, desenvolvida, com o compromisso permanente de resguardar e considerar as inatas diferenças entre movimentos sociais e, mesmo, ocupações ou assentamentos distintos, bem como as inúmeras particularidades de cada caso de assessoria apreciado.

Em entrevista realizada, no dia 1º de novembro de 2018, o coordenador do Projeto CaCi, reflete, a este respeito:

O MST tem uma percepção muito clara sobre os processos de formação de lideranças e de disputa de poder, até mesmo com a própria universidade, em relação ao saber acadêmico. O que é uma coisa positiva, já que eles compreendem que a participação nesses processos tem uma forte perspectiva formativa. Tem até o exemplo da B., agricultora que tinha o perfil super simples, tímida, aquele perfil tradicional do agricultor, mas que começou a participar e agora está no Terra Prometida, como uma liderança, uma referência.

Essa foi uma das importantes reflexões dessa primeira experiência junto à Coopaterra e foi essencial para que o Soltec entendesse melhor a relação com os movimentos sociais, no sentido de compreender as lideranças como os principais interlocutores de todo o processo, o que termina, com o tempo, aumentando a confiança do próprio movimento. (ADDOR, 2018).

A partir dessa declaração, podemos verificar um apontamento sobre uma especificidade do MST, identificada durante o processo de assessoria extensionista desenvolvido por meio do Projeto CaCi e que se mostrou importante para o aprendizado da equipe de extensionistas, no que tange o relacionamento com tal movimento, em especial, com suas lideranças.

Ainda assim, no entanto, a temática das relações de poder internas aos movimentos sociais se mostrou menos relevante para o desenvolvimento dos projetos do CaCi e da Capina, como um todo, sendo, portanto, pouco aprofundada nas demais entrevistas realizadas. Fato que terminou por dificultar um avanço mais significativo e consistente a respeito dessa justificativa, para além de uma mera discussão sobre as particularidades dos contextos próprios a cada movimento social e processo de assessoria desenvolvido.

### **3.3. A hipótese-justificativa metodológica**

Para além das relações de poder internas à coordenação do MNLM-DC, bem como dos reflexos na relação com a assessoria extensionista e as famílias da ocupação, a ela associados, contudo, houve uma segunda hipótese, concebida como justificativa para o viés ligeiramente distanciado e centralizador e competitivo da ação coordenadora vivenciada em Solano Trindade.

Esta segunda hipótese, que não anula a primeira, mas na verdade a complementa, se encontra vinculada à metodologia de aproximação, assessoria e trabalho participativo desenvolvida junto à ocupação, suas famílias e o movimento de moradia que a coordena. Isto é, o exercício de contraposição às demais experiências estudadas terminou por conduzir o presente estudo à reflexão analítica, de ênfase metodológica, sobre a trajetória efetivamente percorrida na dinâmica de assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres.

Tal exame metodológico, por outro lado, também, se encontra diretamente associada e pode ser consideravelmente enriquecida, ainda, pelas análises desenvolvidas a partir de “Extensão ou Comunicação?”, de Freire (2017) e da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), assim como pelas reflexões da Teoria Crítica da Tecnologia e dos estudos em CTS.

Por meio desse acúmulo teórico, hoje, é possível situar, em melhor medida, até que ponto as ações de assessoria extensionista acompanhadas e investigadas conseguiram avançar na busca por diálogos abertos e efetivos, por um trabalho efetivamente participativo e pelo propósito da complementaridade entre os saberes de técnicos extensionistas e de homens e mulheres membros, fosse da ocupação de moradia, fosse dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, com vistas ao desenvolvimento de métodos e técnicas mais adequadas à sua realidade efetiva e material, desenvolvidos a partir de seus próprios conhecimentos e habilidades.

Vale ressaltar, que o debate metodológico leva a presente análise a uma discussão relativamente extensa, mas que, por outro lado, contempla aspectos diretamente associados às ações extensionistas em si, sobre as quais, portanto, os assessores técnicos da universidade possuem, de fato, possibilidade de intervir, a fim de promover melhorias. Isto é, por ser considerado um debate com maior potencial para aprendizados e avanços, a partir da pesquisa participante e do exercício analítico desenvolvidos, por este estudo.

### **3.4. Debate metodológico**

Iniciaremos tal percurso analítico por um contraponto de viés metodológico entre as distintas experiências de assessoria extensionista apreciadas. Nesse sentido, se por um lado, podemos afirmar que houve processos exitosos em termos de apropriação e complementação dos distintos conhecimentos, como a horta agroecológica em forma de mandala, construída em Solano Trindade por meio da assessoria extensionista do MUDA/NIDES/UFRJ, e as duas primeiras edições dos cursos de formação, elaborados pela equipe do Projeto CaCi e o MST, participativamente, com destaque para o segundo, melhor estruturado e de amplitude estadual.

Por outro lado, entretanto, houve também uma ação de assessoria que chegou a ser interrompida devido a divergências, tensões e conflitos de interesse, entre equipe de extensionistas e a coordenação da ocupação. Caso particular relacionado ao que ficou conhecido como 'episódio dos editais', descrito em detalhes no Capítulo 2 desta dissertação e ocorrido durante a pesquisa participante de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, desenvolvida no âmbito do Projeto OTA e que fundamenta todo este estudo.

Hoje, porém, após as reflexões alcançadas por meio da alternância teoria-prática-teoria, assim como do contraponto da experiência de assessoria ao Coletivo de Cozinheiras com os demais casos estudados, é possível identificar aspectos do processo de assessoria original, à ocupação, que poderiam ser revistos, em futuras ações extensionista dessa natureza.

Dentre esses aspectos metodológicos, destacam-se, no âmbito da assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres tanto a aproximação junto ao movimento de moradia e a chegada, propriamente dita, ao campo de trabalho e pesquisa da ocupação, quanto a etapa de planejamento participativo e formalização do trabalho coletivo proposto.

Vale reforçar, a este respeito, que se faz imprescindível estabelecer escuta e reflexão atentas, críticas e maduras sobre o que os coordenadores alegam em suas queixas, reconhecendo, por fim, pontos que podem e devem ser aprimorados, assim como os caminhos teórico-práticos para tanto.

O que deve ser feito, independentemente de, em maior parte, as lideranças não residirem na ocupação e de possuírem dificuldades pessoais e conjunturais, inerentes à situação de precarização de luta, estruturalmente impostas a essas organizações. Assim como, considerando, sempre, as diferenças existentes entre movimentos sociais e de perfis entre as próprias pessoas, dentre outras que vem à tona em uma análise comparada, entre Projetos OTA e CaCi.

A partir do que foi exposto e resguardando as assimetrias já mencionadas, entre contextos, equipes e os próprios movimentos, um fator que se mostrou relevante, nesse sentido, é que a equipe de assessoria do Projeto CaCi conseguiu construir, totalmente a partir do "nível zero", sua aproximação e inserção junto à

Coopaterra, enquanto a do Projeto OTA, quando chega à ocupação Solano Trindade, se incorpora a uma relação já existente, há cerca de quatro anos, entre movimento de moradia e universidade.

Na prática, no caso de Solano Trindade, já havia se estabelecido relações de poder, associadas tanto ao peso do saber tecnocientífico, quanto a dinâmicas organizativas e disputas internas do próprio movimento de moradia, como exemplo, que perpassavam ao mesmo tempo em que ressignificavam as relações hierárquicas (e, portanto, também de poder) mais evidentes, ligadas aos coordenadores da ocupação.

De modo mais específico, já se observava, em Solano Trindade, uma prática dominante e relativamente consolidada de assessoria por trabalho participativo, entre seus membros e parte da equipe de assessoria, que já atuava lá antes da chegada dos extensionistas do Projeto OTA. Tal prática parecia funcionar bem para esse grupo inicial de assessores técnicos, uma vez que gerava resultados de caráter imediato e efetivo, como nos casos do processo de construção da mandala agroecológica e da assessoria em arquitetura.

Além disso, possivelmente, por existir essa relação constituída e de caráter dominante, no sentido de hegemônica e majoritária, ainda em curso no campo de Solano Trindade, certas conversas de alinhamento, planejamento e formalização da ação de assessoria em gestão ao Coletivo de Cozinheiras, que, à princípio, aparentavam ser simples, acabaram permanecendo submetidas à dinâmica de contato e relacionamento já estabelecida, tanto com as famílias, quanto com a própria coordenação do movimento de moradia, terminando por ser preteridas, com o passar do tempo.

De maneira que, diante da necessidade de geração de trabalho e renda na ocupação, a decisão tomada pela equipe do Projeto OTA, após cerca de um ano de contato circunstancial e descontinuado com as famílias de Solano Trindade, foi a de partir para a ação prática e efetiva de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres.

Fato que, ao que tudo indica, terminou, conjunto a outros fatores, contribuindo, de forma relevante, para o posterior desacordo de expectativas, frente à ação extensionista desenvolvida e, conseqüentemente, por fim, para o encerramento da



assessoria em gestão junto às mulheres do Coletivo de Cozinheiras, após seis meses da rotina semanal de trabalho participativo, estabelecida por meio das Quintas em Solano, como descrito no item 2.4 deste trabalho.

Tal decisão, hoje, após o segundo mergulho na literatura, a realização das entrevistas e as reflexões a partir de então catalisadas, não parece ter sido uma escolha metodológica apropriada, por não ter permitido identificar e considerar, de maneira devida, essa prática de assessoria que já se encontrava estabelecida na ocupação.

Uma opção, de certa forma, inadequada para a própria proposta de assessoria extensionista do Projeto OTA, orientada para a geração de trabalho e renda, mas também para ganhos coletivos em senso crítico e emancipação, assim como para contribuir com as famílias da ocupação na busca pela transformação da realidade em que se encontram, por meio da complementação entre os saberes técnico científico e popular e da problematização crítica à tecnociência atual, a partir das técnicas de gestão hegemônicas.

### **3.5. Particularidades da assessoria em gestão organizacional**

Mas também, em certa medida, uma escolha, aparentemente, menos eficaz para práticas de assessoria em gestão organizacional. Nos parece, nesse sentido, que essa lógica do início de trabalho imediato, sem ou com poucas atividades de formação prévias, mesmo que paralelas à ação de assessoria, se adegue melhor a campos tecnocientíficos, que tratem de aspectos e conseguem produzir resultados mais concretos, para os quais, ademais, já se encontre algum conhecimento prévio no campo de trabalho e pesquisa.

Em Solano Trindade, particularmente, casos dos campos da arquitetura e da agroecologia, que possuem enquanto produtos: uma horta em forma de mandala e os benefícios, de natureza quase imediata, na qualidade da alimentação; e, o outro, plantas-baixas e outros desenhos técnicos fundamentais para a conquista das tão esperadas casas e da regularização definitiva do terreno. Ademais, para ambos os campos, também já se encontrava conhecimento prévio, mesmo que restrito, sobretudo, ao nível prático, entre as famílias da ocupação.

Vale recordar que alguns deles e delas já havia trabalhado, ainda que informalmente, na construção civil, ou cultivado hortas anteriormente, inclusive no próprio terreno da ocupação, antes da chegada da equipe de assessoria extensionista em agroecologia do MUDA/NIDES/UFRJ e da opção por uma horta coletiva em forma de mandala. Enquanto, as mulheres do Coletivo da Cozinha, na verdade, ainda buscavam consolidar a organização interna do próprio coletivo, além de não possuir experiência acumulada na atividade econômica a qual se propunham.

Em particular, nos casos de assessoria em gestão organizacional, tanto a iniciada pela equipe extensionista do Projeto OTA junto ao Coletivo de Mulheres, como a desenvolvida pelo Projeto CaCi, com a Coopaterra e, em seguida, com o MST-RJ, se mostra patente que nem o objeto de intervenção, nem os resultados, ainda quando expressos em termos financeiros, costumam ser tão palpáveis, quanto os exemplos da mandala agroecológica; das, até hoje, tão desejadas casas; ou mesmo das requalificações arquitetônicas, realizadas nos prédios, outrora abandonados, do antigo PANAFTOSA, que hoje dá lugar à ocupação.

### **3.6. A relevância das atividades de formação**

Isto posto, se por um lado, os Cursos de Formação, desenvolvidos de modo compartilhado entre extensionistas do Projeto CaCi e membros do MST-RJ, significaram uma alternativa metodológica interessante, por oferecer resultados de caráter mais tangível, frente ao mencionado aspecto deficitário dos processos de assessoria em gestão estudados, nesse sentido.

Por outro, no entanto, no caso da ocupação, tal quadro de intangibilidade e, por assim dizer, de incertezas, que já se apresentava desde a chegada do Projeto OTA, para além da organização para o trabalho e da própria atividade econômica ainda em processos de conformação, parece ter sido agravado, de maneira considerável, pela ausência de um momento destinado à atividades de formação, anterior ou mesmo em paralelo, ao início da busca por soluções técnicas, na seara da ação de assessoria extensionista do projeto.

Afinal, diante das dificuldades estruturais de diálogo entre técnicos extensionistas e membros dos movimentos sociais e, para além disso, sem tais

atividades de formação, não foi possível alterar, em acúmulo e natureza, o conhecimento prévio em gestão, que as mulheres do Coletivo de Cozinheiras possuíam. O qual, em linhas gerais, se mostrava, apesar de ainda bastante prematuro, já profundamente influenciado pela teoria e, sobretudo, pela prática da tecnocracia em gestão hegemônica.

Esta influência, podia ser identificada, a nível de exemplo, nas soluções propostas e, em especial, nas ações práticas das mulheres cozinheiras, relativas ao controle de estoques e do fluxo financeiro do Coletivo, que reproduziam técnicas e métodos adquiridos em experiências de trabalho anteriores, ou seja, que reproduziam a lógica do trabalho para chefe, para o patrão. Posto, que nesse caso, era associado ao coordenador do movimento de moradia mais próximo ao Coletivo de Mulheres, como descrito no Capítulo 2.

Observamos, a este respeito, que o conhecimento prévio em gestão existente entre as mulheres da ocupação, de fato, se mostrava incompatível, também, com a proposta associativa de trabalho do próprio Coletivo de Cozinheiras, devido a seu viés, excessivamente, normatizador, rígido e roteirizado, além do caráter alienante e absolutamente dependente de controle e planejamento externos, compreendidos, no entanto, como superiores e imprescindíveis, que apresentava.

Tais conhecimentos, posturas e repertórios de ação, se encontravam tão naturalizados que terminaram por dificultar, de forma significativa, a adoção de uma postura curiosa, crítica e problematizadora, continuada, por parte das mulheres do Coletivo, frente a sua realidade concreta e objetiva, minando seu poder de contribuição e, por conseguinte, seu potencial de reflexão, aprendizado, emancipação e autonomia, diante, inclusive, das opiniões, proposições e intervenções da própria equipe extensionista do Projeto OTA.

### **3.7. Contribuições de Paulo Freire para a análise**

Mas, a decisão tomada, para além dos argumentos já apresentados, também não aparenta ter sido uma opção adequada para a assessoria em gestão ao Coletivo das Mulheres de Solano Trindade, tanto à luz das contribuições fundamentais de Freire (2017) e da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), para o pensar

e o fazer extensionista, quanto das reflexões da TCT e dos estudos em CTS, sobre a (não) reprodução de concepções acríticas frente à tecnociência hegemônica.

Por meio de uma análise estruturada, especificamente, a partir de “Extensão ou comunicação?” de Freire (2017), é possível inferir, que apesar dos resultados possivelmente mais ágeis, os processos de início rápido e de formação por meio do trabalho prático participativo, a partir da ação de assessoria, guardam, ainda, outros riscos e limitações, além das já abordadas neste estudo, até aqui.

Dentre esses possíveis riscos, como, por exemplo, a alienação da própria ignorância por parte dos técnicos extensionistas e a absolutização da mesma, quando ingenuamente atribuída exclusivamente a homens e mulheres simples assessorados, a armadilha da “invasão cultural” merece destaque particular. Segundo Freire (2017), ela ocorre sempre que o “conteúdo levado [pelos assessores extensionistas], que reflete a visão de mundo daqueles que levam, [...] se superpõe à daqueles que passivamente recebem”. (FREIRE, 2017, p.20).

Vale destacar que a presente análise não pretende esgotar esta temática em sua totalidade e, menos ainda, afirmar se tal processo se conformou, de fato ou não, no decorrer das diferentes dinâmicas extensionistas acompanhadas, sobretudo, no âmbito da assessoria à ocupação Solano Trindade e, em particular, ao Coletivo de Mulheres.

Entretanto, uma atenção ativa e vigilante à armadilha da “invasão cultural” se mostra imprescindível, na medida em que se compreende a complexidade do encontro entre universos tão distintos, como costumam ser o de professores, técnicos e estudantes extensionistas e o de mulheres e homens, que integram os movimentos sociais assessorados.

O objetivo ao resgatar tal conceito é, portanto, o de fazer refletir sobre os cuidados que uma ação de assessoria extensionista deve nutrir a partir dessa significativa confrontação de realidades, sobretudo, no contexto de influência determinante das “estruturas antidialógicas do capital” (FREIRE, 2017), tais quais o latifúndio de natureza colonial, no campo, e os mercados neoliberais, essencialmente, na cidade, porém, a cada dia mais, também no próprio campo.

Estruturas, estas, a partir das quais é conformada a realidade sócio-cultural das “gentes simples” e nas quais, de acordo com Freire (2017), para elas, “não há lugar realmente para o diálogo, [...] nenhuma experiência de participação, [...] apenas com o dever de escutar e obedecer”. De modo que, na verdade, “a dificuldade em dialogar dos camponeses não tem sua razão neles mesmos, enquanto homens camponeses, mas na estrutura social, enquanto ‘fechada’ e opressora” (FREIRE, 2017, p.60 e 61).

A respeito dessa dificuldade de diálogo, foi observado no âmbito da assessoria do Projeto OTA ao Coletivo de Mulheres que, apesar do objeto e, em linhas gerais, também da proposta de assessoria extensionista terem sido, previamente, compartilhados, negociados e aceitos pelas lideranças da ocupação, assim como de níveis mais elevados de consciência política, cultura de participação e cooperação associadas aos movimentos sociais, nada disso, no entanto, se mostrou suficiente para garantir o apoio dos coordenadores do movimento de moradia à continuidade da ação extensionista iniciada.

Em suma, por não participarem das reuniões de trabalho e, por conseguinte, das discussões e do andamento da assessoria participativa em gestão ao Coletivo de Mulheres, as lideranças do movimento de moradia, coordenadoras da ocupação, sentiam-se preteridas de toda a dinâmica de assessoria extensionista.

Ou melhor, não se enxergavam enquanto sujeitos ativos, co-responsáveis pelo trabalho conjunto realizado até então. Fato que contribuiu, de modo relevante, para a interrupção de todo o processo de trabalho junto ao Coletivo de Cozinheiras, poucas semanas após início da rotina de reuniões semanais, sob alegação de estarem sendo “atropelados”, pela ação extensionista da equipe de técnicos do Projeto OTA.

### **3.8. Contribuições da TMR**

A este respeito, se por um lado, a ausência física da maior parte das lideranças do movimento de moradia no território de Solano Trindade é capaz de auxiliar na compreensão das razões para o caráter distanciado e centralizador de sua ação coordenadora frente às famílias da ocupação e, conseqüentemente, frente também à ação de assessoria extensionista em curso e ao próprio Coletivo de Mulheres, como já abordado.

Por outro lado, no entanto, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (MCCARTHY e ZALD, 1977) aparenta ser adequada para compreender a percepção e a narrativa que tais coordenadores desenvolveram, a partir do componente concreto de tal afastamento, assim como, suas reações, sobretudo, no caso da categórica interrupção referente ao processo de trabalho participativo para os editais, no âmbito das reuniões semanais que ficaram conhecidas como 'Quintas em Solano'.

Foi possível observar, a este respeito, que a ação coordenadora da ocupação, se assemelha, de forma significativa, à perspectiva da TMR (MCCARTHY e ZALD, 1977), em termos do controle de caráter centralizado e verticalizado de planejamento e decisões, da hierarquia bem definida, da divisão especializada e, por vezes, conseqüentemente, também alienante de tarefas, bem como da natureza de muitos dos processos decisórios, que terminam por não passar pelo crivo coletivo das Assembleias e Reuniões Gerais semanais, previstas pelo Estatuto do movimento de moradia.

Ainda assim, enquanto evidências máximas da associação e similaridade, entre os modos de pensar e agir descritos pela TMR e o praticado pelas lideranças da ocupação, durante a ação extensionista do Projeto OTA ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras, certamente, se encontram as alegações, por parte dos coordenadores do movimento de moradia, de que a equipe de extensionistas estaria "disputando" os moradores com eles.

Nesse sentido, na verdade, entrevistas e conversas estabelecidas ao longo dos 30 meses de desenvolvimento desse estudo, tanto com as lideranças e as famílias da ocupação, quanto com os demais membros da equipe extensionista do Projeto OTA e de outros coletivos de assessoria atuantes em Solano Trindade, que haviam assessorado o movimento de moradia em questão, anteriormente, já revelavam uma percepção.

A percepção de que a visão dos coordenadores da ocupação, sobre a ação de assessoria da universidade, se encontrava muito mais próxima a um modelo de assistência técnica, associado à TMR e, portanto, à tecnociência em gestão (ou organizacional) hegemônica, do que à proposta de assessoria extensionista, fundamentada em Freire (2017), bem como nos estudos da TCT e no campo da CTS.

Entendimento, este, que foi se confirmando com o passar do tempo, afinal, fosse na relação com a equipe extensionista, fosse na relação com a própria base, isto é, com as famílias da ocupação, os coordenadores do movimento de moradia aparentavam conceber a ação de assessoria da universidade, a partir de uma perspectiva de viés ligeiramente instrumental, frente à concepção de parceria esperada pela equipe do Projeto OTA, à princípio.

### **3.9. Contraponto com a experiência da Capina**

Uma experiência que serve como um contraponto interessante, a este respeito, é a da Ong CAPINA, com seus 30 anos de atuação em assessoria no campo da economia dos setores populares e sua relação com as demais experiências analisadas, tendo capacitado as lideranças de Solano Trindade e inspirado amplamente a metodologia desenvolvida por Soltec e MST no Projeto CaCi.

Apesar de contar com uma metodologia, hoje, bem definida, sistematizada e consolidada, além de trabalhar com conceitos-chave, como viabilidade econômica, capital de giro e margem de contribuição, dentre outros, Terezinha Pimenta, psicóloga, educadora e pesquisadora, integrante da equipe de formadores da CAPINA, relata que em todo o trabalho desenvolvido pela Ong, por meio de seus cursos, “se parte da necessidade deles”, ou seja “das demandas, da realidade dos participantes, sejam estes, técnicos agrônomos, trabalhadores cooperados ou lideranças comunitárias”. (PIMENTA, 2019).

Isto é, a CAPINA que, por meio do Curso de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos, tanto se configurou como a principal referência metodológica para os Cursos de Formação do Projeto CaCi, quanto capacitou os coordenadores de Solano Trindade, desenvolve seu trabalho de assessoria, a partir de uma metodologia de caráter significativamente aberto e que não carrega o propósito de atingir um objetivo pré-estabelecido, o que foi salientado diversas vezes, por Terezinha, durante sua entrevista. (PIMENTA, 2019).

Por meio da referida entrevista, assim como de pesquisa documental realizada, foi identificado que a metodologia de formação técnica e política da CAPINA, particularmente no referido curso, se inicia pela divisão de todos os participantes,

incluindo educadores e educandos, em dimensões equivalentes às brigadas do MST, também utilizadas nos Cursos do CaCi, seguida pela introdução dos conceitos-chave citados, a partir dos quais, em referência a seu nome, são “puxados os fios da meada”, associada, por sua vez, à “busca cotidiana pela viabilidade e sobrevivência econômica das iniciativas de trabalho e renda assessoradas”. (PIMENTA, 2019).

A partir do que foi exposto, portanto, é possível notar uma perspectiva ligeiramente diferenciada, tanto entre as metodologias utilizadas pela CAPINA e pela assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres de Solano Trindade, quanto, de certa maneira, também com relação às distintas concepções de assessoria, aparentemente adotadas pela Ong e pelo Projeto OTA, particularmente, nas ações analisadas.

Apesar, de ambas pautarem suas próprias metodologias e ritmos de trabalho específicos, a assessoria do Projeto OTA terminava por demandar, ainda que sem a devida consciência, certo nível de participação nos processos de definição das dinâmicas de trabalho do próprio Coletivo de Cozinheiras. Daí sua opção metodológica por trabalhar diretamente com as mulheres do Coletivo, em contraste com a CAPINA, que atua com a estratégia de formação de formadores, capacitando, majoritariamente, lideranças populares e assessores técnicos de outras instituições.

Afinal, como mencionado anteriormente, a organização interna do Coletivo de Cozinheiras, a divisão de tarefas, bem como seus prazos e métodos específicos de trabalho costumavam ser definidos em reuniões conjuntas, de caráter aberto e a partir de intervenções livres, porém, quase sempre, de iniciativa da equipe extensionista da universidade.

Vale ressaltar, a este respeito, que essa dinâmica participativa de trabalho foi, por repetidas vezes, atravessada pelos coordenadores da ocupação, sempre quando estes redefiniam, de maneira tardia e unilateral, as decisões e o planejamento delineados, participativamente, entre técnicos extensionista e as mulheres do Coletivo.

Nesse sentido, ainda que tais intervenções tenham partido das necessidades, dificuldades e possibilidades, vislumbradas mediante a observação participante desenvolvida e as trocas estabelecidas com as famílias da ocupação, assim como,



também, das reflexões teórico-metodológicas fundamentadas na TCT e nos estudos em CTS, tais interferências, sobretudo, por se encontrarem associadas à ausência de atividades de formação prévias ou simultâneas à ação de assessoria, como já abordado, terminavam por inibir as contribuições das mulheres do Coletivo, comprometendo o desenvolvimento de seu potencial crítico, isto é, de sua capacidade de apreensão complexa sobre sua própria realidade, de reflexão, de aprendizado. Isto é, amplia suas possibilidades e caminhos para ganhos em termos de emancipação social.

### **3.10. Contribuições da TCT**

Proceder com tais análises, contudo, não significa negar, pôr em dúvida, ou mesmo depreciar os princípios, os valores, a consciência e a ação histórica de luta política do movimento por moradia digna, direito à cidade e reforma urbana. Pelo contrário, se trata, na verdade, de estender, para além das reflexões de Freire (2017) acerca do pensar e fazer extensionista, também a perspectiva crítica à tecnociência hegemônica, particularmente, à tecnociência em gestão dominante, para os processos organizativos relativos à dinâmica de assessoria extensionista, assim como, em última análise, também aos processos de trabalho do próprio movimento de moradia, com o propósito de fortalecê-los, contribuindo para o aperfeiçoamento de suas condições de organização e luta política.

A concepção crítica da tecnociência compreende, por meio da TCT e dos estudos em CTS, que a racionalidade tecnocientífica, ao mesmo tempo, produto, insumo e núcleo fundamental das visões ingênuas sobre a tecnologia, cumpre papel decisivo na constituição e consolidação de uma estrutura social como a atual, favorável aos mesmos interesses por ela encobertos. (Marcuse, 1973; Feenberg, 1999; Dagnino e Novaes, 2004).

Parcialmente encobertos, na verdade, uma vez que não se mostra capaz de camuflar, por completo, sua natureza produtivista, tecnicista, meritocrática, misógina, racista, excessivamente racional, supostamente neutra e apolítica, além de absolutamente excludente, nas esferas social, econômica, política, cultural e alarmantemente degradante na seara ambiental.

Natureza, esta, que carrega atributos bem distintos dos princípios, valores e objetivos que orientam, tanto os movimentos sociais, em suas lutas históricas, quanto uma perspectiva de extensão universitária de caráter dialógico, ou seja, fundamentada na concepção de Freire (2017), manifesta em “Extensão ou comunicação?”, visto que se prestam, essencialmente, à reprodução e retroalimentação da racionalidade tecnocientífica que “protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação pelo horizonte instrumentalista da razão”, ao mascarar a realidade, enquanto, supostamente, busca representá-la. (MARCUSE, 1973, p.154).

### **3.11. Assessoria extensionista no campo tecnológico e a relação universidade pública-movimentos sociais**

A partir do contraste de princípios, valores e objetivos, apresentado, se torna interessante resgatar as duas premissas, elencadas na Introdução deste estudo, para a relação universidade pública-movimentos sociais:

i) a primeira, de que os movimentos sociais representam as necessidades e anseios populares, condensados (e historicamente conquistados) por meio da ação coletiva organizada;

ii) e, a segunda, de que a universidade pública, por seu relevante papel na construção de novos conhecimentos e tecnologias, deve estar voltada para os interesses e demandas da maior parte da população, em contraposição à orientação da tecnociência hegemônica.

Compreende-se, portanto, que a relação universidade pública-movimentos sociais pode se configurar em uma importante estratégia de fortalecimento para ambas as partes, frente à lógica estrutural de competição desigual, produtividade exacerbada, exploração, alienação e exclusão, hegemônica, não apenas no pensar e fazer tecnociência atual, como também nos mais diversos métodos e formas de organização para o trabalho, seja nas empresas, na universidade pública, ou mesmo, na dinâmica interna dos próprios movimentos sociais.

Dito isto, por um lado, a relação universidade-movimentos sociais pode ser estratégica para a universidade pública, que, além de potencializar seu impacto direto na sociedade e sua função social, passa a acessar a um relevante campo para o

desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão mais aderentes às reais demandas e anseios da população, a partir de processos participativos e do intercâmbio entre os saberes popular e acadêmico.

Enquanto, por outro, pode ser estratégica, também, para os próprios movimentos sociais, que passam a contar com uma atividade de assessoria, comprometida em compreender e atuar, de modo participativo, considerando suas especificidades, como o trabalho associado, o componente político central que os une, as diferenciadas relações de poder que os permeiam, seus repertórios de ação, dentre outras.

Isto é, uma ação extensionista que, de maneira mais ampla, busque compreender e considerar, inclusive, as raízes estruturais da dificuldade de diálogo, observada, fosse com a base, fosse com as lideranças, sobretudo, na dinâmica da assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras de Solano Trindade, de onde parte todo o desenvolvimento dessa pesquisa.

Nas áreas tecnológicas, em especial, se mostra evidente a carência por atividades acadêmicas que propiciem o foco sobre outros objetos de pesquisa e por meio de outras lentes conceituais de análise. Práticas que possibilitem o desenvolvimento de hipóteses, questões e narrativas, inseridas em contextos e com propósitos diferenciados. Assim como, a participação ativa de um público igualmente distinto do que costuma ser considerado pelo ensino, a pesquisa e a extensão hegemônicas, enviesadas, em grande medida, pelos interesses e parâmetros de avaliação do poder econômico, por um lado, além de desvinculadas da realidade da maioria da população, sócio, política e economicamente excluída, por outro.

Ademais, existem ainda outras razões, apreendidas durante os 16 anos de experiência do Soltec, para o trabalho conjunto com os movimentos sociais. De acordo com Felipe Addor, Coordenador do Projeto CaCi, existe no NIDES/Soltec, atualmente, uma:

[...] reflexão interna a respeito da importância de se aproximar dos movimentos sociais, por enxergá-los como parceiros importantes para uma maior efetividade e continuidade das ações de assessoria extensionista do Soltec. (ADDOR, 2018).

Tal análise se fundamenta em “experiências anteriores, [nas quais] o Soltec havia precisado fazer os papéis de mobilização, organização e formação política, habitualmente, atribuídos aos movimentos sociais” e que terminaram por revelar, ainda, “uma grande dificuldade de continuidade após algum afastamento por parte do grupo de assessores extensionistas.” (ADDOR, 2018).

Desse modo, a hipótese que sustenta essa reflexão é a de que “a parceria com os movimentos sociais permite que o grupo extensionista alcance uma contribuição técnica mais concreta e efetiva, já que pode focar no processo de assessoria, propriamente dito, enquanto o movimento auxilia na organização política e na mobilização do coletivo”. (ADDOR, 2018).

De fato, para além dos valores e concepções críticas compartilhadas, assim como dos fatores estratégicos decorrentes da aproximação entre movimento social e uma assessoria extensionista de perspectiva e comprometimento dialógico, a experiência do Projeto CaCi demonstrou também ter sido exitosa, nesse sentido.

Além de organizados participativamente e bem avaliados por todos os envolvidos, os Cursos de Formação do Projeto terminaram por dar origem, ainda, a uma relação de parceria entre MST-RJ e Soltec/NIDES/UFRJ que se estende, estreita e aprofunda até os dias de hoje, quatro anos após a primeira edição do referido curso e cinco após o início da assessoria extensionista em gestão à Coopaterra.

### **3.12. Particularidades da assessoria a coletivos de trabalho vinculados a movimentos sociais**

Ainda assim, no entanto, novamente segundo Felipe Addor, “o próprio Soltec considera não ter analisado e sistematizado, de maneira suficiente, as especificidades dessa mudança de caráter em seus processos de assessoria”, anteriormente direcionados à atuação com coletivos de trabalho associado independentes, no sentido de não se encontrarem diretamente ligados a movimentos sociais, tais como MST e MNLN. (ADDOR, 2018).

Tal análise, na verdade, se encontra alinhada à própria experiência de desenvolvimento dessa dissertação, visto a significativa e recorrente dificuldade

observada na busca por referências bibliográficas a respeito do tema da “assessoria extensionista a movimentos sociais”.

Devido à sua considerável correspondência e associabilidade, a expressão “assessoria técnica a movimentos sociais” também foi pesquisada, porém, igualmente sem grande sucesso, já que os resultados encontrados costumavam tratar, majoritariamente, de assessorias em outros campos do conhecimento, em especial, da área jurídica.

Trata-se, na verdade, de um tema de significativa complexidade, tal qual pode ser apreendido a partir da experiência de assessoria ao Coletivo de Mulheres de Solano Trindade, assim como dos demais processos de assessoria à ocupação, da assessoria do Projeto Caci à Coopaterra e ao MST-RJ, em seguida, e, ainda, das entrevistas, por fim, realizadas.

Uma contribuição interessante nesse sentido, porém ainda não explorada até aqui, foi trazida a partir da entrevista de Terezinha, da CAPINA. De acordo com a entrevistada, a assessoria organizacional junto aos movimentos sociais, “não se trata de uma simples assessoria à uma determinada atividade econômica, para subsistência de seus membros”. Uma vez que, segundo Terezinha, “as pessoas, quando procuram os movimentos sociais, o fazem em busca de direitos, como o direito ao trabalho, à terra, à moradia”. (PIMENTA, 2019).

Fato que, mediante a significativa experiência acumulada pela Ong em processos de assessoria aos setores populares, a faz concluir que “quando se trata dos movimentos sociais, portanto, o fator que mantém as pessoas trabalhando unidas e, por conseguinte, “fio da meada” a ser puxado, durante os cursos de formação da Ong, não se trata da atividade econômica, ou, ao menos, não somente dela”.

Assim como o Soltec, a CAPINA também não considera ter conseguido refletir de maneira suficiente, sobre as especificidades das assessorias em gestão desenvolvidas pela Ong junto aos movimentos sociais, fosse por meio da capacitação de suas lideranças, ou via assessores de outras instituições.

De acordo com Terezinha, “até hoje, a CAPINA ainda não conseguiu amarrar adequadamente as experiências que teve, não conseguiu voltar nelas para avaliar quais foram os aprendizados específicos que fez”, nesse sentido. E ainda prossegue,

afirmando que “para a consolidação da metodologia ‘Puxando o Fio da Meada’, por exemplo, foram mais de cinco anos de experimentação até chegar às primeiras conclusões mínimas”. (PIMENTA, 2019).

De modo geral, portanto, seja por meio da pesquisa bibliográfica, seja a partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar um quadro de baixo acúmulo de referencial teórico e estudos sistematizados acerca das especificidades da assessoria, sobretudo, da assessoria da universidade pública a coletivos de trabalho associado, vinculados a movimentos sociais, assim como o caráter ainda prematuro das reflexões que já se encontram registradas e organizadas, a este respeito.

### **3.13. Contribuições da pesquisa-participante**

Diante de tal quadro, os exercícios de sistematização, tanto do processo de assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras de Solano Trindade, quanto do conjunto de reflexões analíticas subsequentes, desenvolvidos por meio deste estudo, carregam significativo potencial de contribuição na busca por uma melhor compreensão acerca das particularidades da assessoria a coletivos de produção e/ou comercialização ligados a movimentos sociais.

Isto é, traz subsídios relevantes para o desenvolvimento de dinâmicas de assessoria mais adequadas à realidade dos movimentos sociais e, portanto, dos coletivos de trabalho, que estando a eles vinculados, não se encontram mobilizados, exclusivamente, em torno de uma necessidade, ou mesmo, oportunidade econômica, mas que, além disso, pelo contrário, perseguem um propósito mais amplo, de longo prazo e caráter coletivo, para o qual, essencialmente, se organizam e articulam.

Em outros termos, significa afirmar que esta dissertação pode auxiliar na formação de técnicos extensionistas melhor preparados para o diálogo e o trabalho participativo com os membros destes coletivos, que compreendem a atividade econômica como uma ação estratégica mais abrangente, para além do objetivo financeiro, de melhoria imediata (e absolutamente necessária) de sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Estratégia e objetivos ampliados que, por sua vez, demandam a inserção, concomitante, também em estruturas organizacionais de outra natureza, com regras,

planejamentos e cultura próprias e voltadas especificamente para tal finalidade, tais quais os movimentos sociais.

Em suma, este estudo traz aportes, portanto, para o desenvolvimento de assessorias que busquem, por um lado, estabelecer diálogo e compartilhamento efetivos, entre os conhecimentos popular e acadêmico, bem como lançar um olhar crítico e problematizador sobre o contexto político, econômico e social, de produção e utilização ingênua e acrítica da tecnociência hegemônica.

Enquanto, por outro, que se mantenham comprometidas com o reconhecimento, a compreensão e a adequação, até certa medida, à cultura, à estrutura organizacional e à hierarquia pré-existentes, inerentes a qualquer movimento social. Para citar, apenas, alguns dos aspectos, que costumam ter sua transmissão e aderência entre a base, atribuídas pelo movimento, à responsabilidade de seus coordenadores.

Tal compromisso, no entanto, não pode ser compreendido como o fim do trabalho coletivo, contínuo e concomitante, pelo aprimoramento, tanto da dinâmica participativa de assessoria extensionista, quanto da organização interna do próprio movimento social. O que, somente é possível, mediante um olhar fundamentado na teoria, atento, crítico e problematizador, sobre suas próprias práticas, sejam elas, dos técnicos extensionistas da universidade, ou do movimento social assessorado.

## CONCLUSÃO

Neste item procuramos sintetizar os resultados obtidos a partir da pesquisa participante na assessoria extensionista do Projeto OTA ao Coletivo de Mulheres Cozinheiras da ocupação Solano Trindade/MNLM-DC, assim como das reflexões e análises desenvolvidas mediante o aprofundamento no referencial teórico empregado e a investigação acerca das experiências de assessoria em gestão organizacional, tanto do Projeto CaCi junto ao MST-RJ, quanto da Capina com lideranças de diferentes movimentos sociais e organizações populares.

Podemos afirmar, de antemão, que por meio da alternância teoria-prática-teoria, entre, de um lado, o referencial bibliográfico escolhido e, do outro, a ação prática da assessoria ao Coletivo de Mulheres relacionada às demais experiências analisadas, obtivemos determinados avanços, relacionados ao objetivo principal desta pesquisa, o de contribuir com as discussões e aprendizados acerca das particularidades da assessoria extensionista a coletivos de trabalho associado vinculados a movimentos sociais, no campo tecnológico.

A primeira dentre essas contribuições, também um dos objetivos específicos apontados na Introdução desta dissertação, é a coletânea de sistematizações das experiências de assessoria apreciadas, como foco especial no processo de pesquisa e trabalho participativo conduzido com o movimento de moradia e as famílias de Solano Trindade, mas, sobretudo, junto às mulheres do Coletivo de Cozinheiras, assim como a compilação das reflexões analíticas que emergiram do processo de alternância teórico-prática apontado.

A partir desse compilado de sistematizações, assim como das reflexões e análises desenvolvidas, foi possível constatar, já em relação ao segundo objetivo específico deste estudo, que certas características e traços particulares à Solano Trindade podiam ser identificados, em alguma medida, também nas demais experiências analisadas. No entanto, nesses outros casos, sem levar a tensões e conflitos semelhantes aos vivenciados na ação de assessoria ao Coletivo de Mulheres da ocupação.

Em suma, concluímos a este respeito, que, apesar das lideranças de ambos os movimentos sociais não residirem, todas, em seus respectivos territórios, junto aos moradores ou agricultores da base, além de manterem certo grau de centralização de controle, planejamento e decisões, de fato, o caráter distanciado e centralizador



observado na relação dos coordenadores do movimento de moradia com as famílias da ocupação, não se mostrou um obstáculo equivalente para as outras experiências de assessoria consideradas.

Vale destacar que alcançamos conclusão semelhante no que diz respeito ao viés competitivo da relação entre a ação extensionista junto ao Coletivo de Mulheres e a ação coordenadora da ocupação, de acordo com a percepção e os relatos das próprias lideranças do movimento de moradia. Assim como os traços de distanciamento e centralização, tal natureza competitiva se mostrou, igualmente, menos relevante, a partir da investigação sobre as demais assessorias.

O que equivale a afirmar que a temática das relações de poder internas aos movimentos sociais, na prática, se mostrou menos importante e expressiva para os casos do CaCi e da Capina, sendo, portanto, pouco aprofundada tanto na pesquisa documental a partir das sistematizações e publicações acadêmicas existentes sobre o projeto, quanto nas entrevistas semi-estruturadas, realizadas presencialmente com os atores-chave identificados.

Fato que, como pôde ser observado no Capítulo 3, dificultou um avanço mais significativo e consistente a respeito dessa hipótese-justificativa, direcionando o exercício de análise para a metodologia de aproximação e trabalho participativo de assessoria extensionista desenvolvida junto à ocupação, suas famílias e o movimento de moradia que a coordena. Isto é, o exercício de contraposição às demais experiências estudadas terminou por conduzir o presente estudo à reflexão analítica, de ênfase metodológica, sobre a trajetória efetivamente percorrida na dinâmica de assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres.

Tal exame metodológico foi enriquecido pela teoria dos movimentos sociais e integralmente fundamentado, sobretudo, pelas análises desenvolvidas a partir de “Extensão ou Comunicação?”, de Freire (2017), pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012), assim como pelas reflexões da Teoria Crítica da Tecnologia e dos estudos em CTS.

Além disso, em consonância com o quarto objetivo específico, a análise metodológica construída contempla aspectos diretamente associados às práticas extensionistas, propriamente ditas, sobre as quais, portanto, os assessores técnicos da universidade possuem, de fato, condições de intervir, a fim de promover melhorias. Ou seja, o debate metodológico é considerado um debate com maior potencial para aprendizados e avanços, a partir da pesquisa participante e do exercício analítico

desenvolvidos.

A título de conclusão, dentre os aspectos metodológicos que hoje se mostram sujeitos a reconsideração, no âmbito da assessoria em gestão ao Coletivo de Mulheres, destacam-se, tanto a aproximação junto ao movimento de moradia e a chegada, em si, ao campo de trabalho e pesquisa da ocupação, quanto à etapa de planejamento participativo e formalização do projeto coletivo proposto, junto à coordenação do movimento e às famílias moradoras.

Para além disso, a partir do que foi exposto e retomando o terceiro objetivo específico, de contraponto entre as distintas práticas de assessoria, foi possível observar perspectivas ligeiramente diferenciadas tanto entre as metodologias utilizadas pela CAPINA e pela assessoria extensionista ao Coletivo de Mulheres de Solano Trindade, quanto de certa maneira, também com relação às distintas concepções de assessoria, aparentemente adotadas pela Ong e pelo Projeto OTA, particularmente, nas ações analisadas.

Foi possível concluir, a este respeito, que apesar de ambas pautarem suas próprias metodologias e ritmos de trabalho específicos, a assessoria do Projeto OTA terminava por demandar, ainda que sem a devida consciência, certo nível de participação nos processos de definição das dinâmicas de trabalho do próprio Coletivo de Cozinheiras. Daí sua opção metodológica por trabalhar diretamente com as mulheres do Coletivo, em contraste com a CAPINA, que atua com a estratégia de formação de formadores, capacitando, majoritariamente, lideranças populares e assessores técnicos de outras instituições.

Afinal, como mencionado anteriormente, a organização interna do Coletivo de Cozinheiras, a divisão de tarefas, bem como seus prazos e métodos específicos de trabalho costumavam ser definidos em reuniões conjuntas, de caráter aberto e a partir de intervenções livres, porém, quase sempre, de iniciativa da equipe extensionista da universidade.

No entanto, ainda que tais intervenções tenham partido das necessidades, dificuldades e possibilidades, vislumbradas mediante a observação participante desenvolvida e as trocas estabelecidas com as famílias da ocupação, assim como, também, das reflexões teórico-metodológicas fundamentadas na TCT e nos estudos em CTS, pudemos concluir, em alusão ao quinto objetivo específico deste estudo, que tais interferências, sobretudo, por se encontrarem associadas à ausência de atividades de formação prévias ou simultâneas à ação de assessoria, como já

abordado, terminavam por inibir as contribuições das mulheres do Coletivo, comprometendo o desenvolvimento de seu potencial crítico. Isto é, restringindo sua capacidade de apreensão complexa sobre sua própria realidade, de reflexão, de aprendizado, bem como o desenvolvimento de possíveis caminhos para ganhos em termos de emancipação social.

Proceder com tais análises, contudo, não significa negar, pôr em dúvida, ou mesmo depreciar os princípios, os valores, a consciência e a ação histórica de luta política do movimento por moradia digna, direito à cidade e reforma urbana. Pelo contrário, se trata, na verdade, de estender as reflexões de Freire (2017) acerca do pensar e fazer extensionista, bem como da perspectiva crítica à tecnociência hegemônica, particularmente, à tecnociência em gestão organizacional dominante, para os processos organizativos relativos à dinâmica de assessoria extensionista, assim como, em última análise, também aos processos de trabalho do próprio movimento de moradia, com o propósito de fortalecê-los, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua organização e luta política.

Vale ressaltar, nesse sentido, que durante a construção coletiva desta pesquisa, compreendemos a aproximação e a atuação participativa entre universidade pública e movimentos sociais, efetivadas a partir da extensão universitária e, em particular, das práticas de assessoria extensionista, tais quais as analisadas, como positiva e estratégica, para ambos os atores, sobretudo, no contexto atual de ataques e ameaça equivalente, tanto sobre um, quanto o outro.

A este respeito, conservamos uma forma de pensar bastante próxima a de Novaes (2010). Nossa compreensão, nesse sentido, é que, se por um lado, o ataque aos movimentos sociais, intensificado desde o golpe político-jurídico-midiático de 2016 e materializado no assassinato de lideranças populares, bem como na retirada dos já escassos recursos destinados à Reforma Agrária e à sobrevivência de iniciativas autogestionárias (como as de auto-construção urbana), impacta negativamente na atuação dos pesquisadores-extensionistas, assim como na dos próprios movimentos sociais; por outro, no entanto, este quadro de duplo ataque pode contribuir, também, para a aproximação, a cooperação e o fortalecimento da relação entre ambos. (NOVAES, 2010).

A partir dessa conjuntura de ataques e ameaças sobrepostas, se torna patente, portanto, a demanda por práticas universitárias, tais como as atividades de assessoria extensionista por este estudo analisadas, que permitam olhar para outros aspectos,

elementos e fatores. Atividades que, dito de outro modo, propiciem o foco sobre outros objetos de pesquisa e por meio de outras lentes conceituais de análise.

Isto é, se mostra evidente a carência, especialmente, nas áreas tecnológicas, por atividades acadêmicas que possibilitem o desenvolvimento de hipóteses, questões e narrativas, inseridas em contextos e com propósitos diferenciados. Assim como, a participação ativa de um público igualmente distinto do que costuma ser considerado pelas práticas de ensino, pesquisa e extensão hegemônicas, enviesadas, em grande medida, pelos interesses e parâmetros de avaliação do poder econômico, por um lado, além de desvinculadas da realidade da maioria da população, sócio, política e economicamente excluída, por outro.

Dessa lacuna, deriva, portanto, grande parte da relevância deste estudo, que por meio da participação, observação e análise de atividades práticas de assessoria extensionista, almeja contribuir para a reflexão, também, sobre a aproximação e a relação (de trabalho participativo) entre universidade pública e movimentos sociais. Em particular, no campo tecnológico, assim compreendido pelas áreas das engenharias e afins, tais como arquitetura e agronomia. Áreas técnicas, nas quais se insere a totalidade das ações de assessoria apreciadas, assim como a formação de praticamente todos os integrantes do Soltec/NIDES/UFRJ.

O que nos leva à conclusão de que a importância desta pesquisa advém, dentre outros fatores, da tarefa de retomar e buscar a defesa da função social da universidade pública, por meio do desenvolvimento, da sistematização e do estudo de práticas de extensão universitária efetivamente comprometidas com a dialogicidade, no campo tecnológico em especial. Ou seja, por meio da atividade de extensão concebida enquanto “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.29), além de dinâmica de natureza educativa, indissociável das atividades de pesquisa e ensino.

Segundo Freire (2017), uma ação de assessoria extensionista autêntica, isto é, realmente comprometida com o aprendizado, o crescimento pessoal e a emancipação dos participantes, necessita, antes de mais nada, estabelecer um processo alternado de reflexão dialética, que conecte teoria e prática extensionistas, de modo que se retroalimentem, enriquecendo-se mutuamente, a fim de alcançar uma *práxis* extensionista de perspectiva holística, dialógica e socialmente pactuada, tanto com a produção de conhecimento científico relevante e de qualidade, quanto e, sobretudo,

com a transformação da realidade das mulheres e dos homens simples, da cidade e do campo.

Nesse sentido, a alternância entre a realidade concreta experimentada no campo de trabalho e pesquisa e seu subsequente cruzamento com o marco conceitual que fundamenta o PPGTDS do NIDES/UFRJ se mostrou de suma importância para obter os níveis de compreensão, assimilação e profundidade alcançados em ambos os processos de trabalho-aprendizado, tanto o teórico de reflexão analítica, como prático de assessoria ao Coletivo de Mulheres.

A título de conclusão, no campo da gestão organizacional, em particular, na assessoria ao Coletivo de Cozinheiras de Solano Trindade, a TCT e os estudos em CTS se mostraram fundamentais para, a partir de elementos concretos, como a organização do trabalho, a divisão de tarefas, as formas de controle, planejamento e decisão, por exemplo, as mulheres do Coletivo conseguissem, mediadas pelos assessores extensionistas, dar início a um processo de (re)invenção dos seus métodos e formas particulares de organização para o trabalho coletivo.

A este respeito, cabe, ainda, uma última reflexão, pois nos parece que as tecnologias de gestão organizacional, apesar de certo caráter intangível associado a seus produtos finais, bem como a muito dos aspectos e fatores sobre os quais atua, sejam, por outro lado, mais próximas, em alguma medida, da realidade dos homens e mulheres simples, participantes das assessorias extensionistas, objeto deste estudo.

Mais próximas da realidade de trabalhadores e trabalhadoras, por não demandarem ferramentas ou conhecimentos complexos e distantes para que sejam aplicadas, adaptadas ou, até, redesenhadas. Mas, é possível que, também por terem se originado, historicamente, a partir da absorção de todo e qualquer de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, que pudesse ser traduzido em ganhos de eficiência, produtividade ou em redução de custos pelas empresas.

Afinal, em especial, ao longo dos últimos dois séculos e meio, as melhores práticas, técnicas e métodos, dos melhores e mais experientes artesãos, operários e, mesmo, gerentes ou CEOs, foram sistemática e continuamente capturadas pelas organizações, em sua maioria, capitalistas, para, com e a partir das quais tem, hegemonicamente, sido desenvolvida a tecnociência em gestão organizacional.

Além disso, técnicas de gestão, nada mais são, que técnicas de organização para o trabalho, inerentes, portanto, às mais distintas experiências e espécies e possibilidades de atuação profissional, assim como às dinâmicas familiares, residências, comunitárias e, por isso, cotidianas, enquanto sistemas, ainda que informais e não reconhecidos como tal, orientados para trabalhos de naturezas das mais variadas.

De modo que, a partir dessa proximidade identificada, como conclusão, é possível que o campo da tecnociência de gestão propicie maior potencial de contribuição, por parte de homens e mulheres participantes nas ações de assessoria organizacional extensionista, do que outros campos tecnológicos. Afinal, trata-se de uma área que facilita o desenvolvimento de seu potencial crítico, isto é, da capacidade de apreensão complexa sobre sua própria realidade de trabalho e organização, de reflexão, de aprendizado e, em suma, de emancipação social.

Por tudo o que foi exposto até aqui, a título de considerações finais, recomendamos a continuidade da investigação, por estudos futuros, da temática da assessoria extensionista em gestão a coletivos de trabalho associado, vinculados a movimentos sociais, a fim de aprofundar, tanto a teoria sobre as especificidades, sobretudo metodológicas, da assessoria a essas organizações populares, quanto das particularidades da assessoria organizacional coletivos, como estes, que não se encontram mobilizados, exclusivamente, em torno de uma necessidade ou oportunidade econômica, mas que, pelo contrário, além disso, perseguem um propósito mais amplo, de longo prazo e caráter coletivo, para o qual, essencialmente, se organizam e articulam.

Tais pesquisas futuras, devem, ainda, manter o recorte da extensão universitária, assim como a defesa da função social da universidade pública, em especial, no contexto atual de ataques e ameaças, que vive, junto aos movimentos sociais. Estudos, estes, que deve servir como instrumentos políticos de argumentação tecnocientífica contra a aproximação induzida e cada vez mais aguda, da universidade pública em direção ao *ethos* empresarial e aos propósitos econômico-financeiros associados a um mercado de educação superior, amplamente incentivado pelo Estado e em franca expansão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

ADDOR, Felipe. **Felipe**: depoimento [nov. 2018]. Entrevistador: F. R. Magalhães. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

ADDOR, Felipe; LIANZA, Sidney (Org.). **Percursos na extensão universitária: saindo da torre de marfim**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, 2015. 3 v.

BEMVINDO, Vitor. **A concepção socialista de educação politécnica**: contribuições dos socialistas utópicos, libertários e científicos. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 70, p. 138-162, dez. 2016

BRASIL. **Constituição**, 1988, art. 207.

\_\_\_\_\_ art. 213.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001**: Plano Nacional de Educação. Brasília.0

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Art. 43.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FEENBERG, Andrew. Parte I. In: NEDER, Ricardo T. (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento Pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010. p. 7-118.

\_\_\_\_\_ *Transformar la tecnologia: Una nueva visita a la teoria critica*. Quilmes: Bernal. 2012. p. 13 - 67.

FLICK, Uwe. Parte 2 - Plano de Pesquisa. In: FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 57-143.

FRAGA, L. **As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade**. Tecnologia e Sociedade. v. 14, n. 31, p. 140-155, mai./ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz&terra, 2017.

FORPROEX, 2012, Manaus. **Política Nacional de Extensão Universitária**. [S. l.]: FORPROEX - Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasileiras, 2012. 68 p.

GASQUE, K.C.G.D. **Teoria fundamentada**: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, S.P.M. (Org.). Métodos para a pesquisa em ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2007.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Assessoria a Empreendimentos de Autogestão**. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Coppe, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., rev. Brasília: MMA, 2006. 128 p. (Série Monitoramento & Avaliação, 2)

LARICCHIA, Camila Rolim; ADDOR, Felipe; OLIVEIRA FILHO, Ricardo Silveira de. **O Estudo de Viabilidade Econômica, Técnica, Social e Ambiental como uma prática de formação e uma ferramenta de autoconhecimento da Cooperativa Agroecológica Terra Fértil**. Cadernos de Agroecologia, Anais do II SNEA, Vol. 12, Nº 1, 2017.

LARICCHIA, Camila Rolim; CORREIA, Diego; SANTOS, Lucia Marina dos; ADDOR, Felipe e OLIVEIRA FILHO, Ricardo Silveira de. **A extensão universitária em apoio a uma cooperativa agroecológica do MST**. 2015. XII ENEDS – Salvador, 2015.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: O homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro Primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. [Cap. 1, 10, 11, 12 e 13].

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. 1977. **Resource mobilization and social movements: a partial theory**. American Journal of Sociology, vol. 82, nº 6.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MNLM. Movimento Nacional de Luta pela Moradia. 2010. Disponível em: <lutapelamoradia.wordpress.com>. Acesso em: 28 jul. 2010.

MÓNICO, Lisete S. et al. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E 2ND INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON



*QUALITATIVE RESEARCH*, 6, 2017, Salamanca. Atas. [S.l.]: Ciai, 2017. v. 3, p. 724 - 733.

NOVAES, Henrique Tahan. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina**: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas. 2010. 332 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **O fetiche da tecnologia**. Organizações e Democracia. v. 5, n. 2, p.189-210, dez. 2004.

OLIVEIRA FILHO, Ricardo Silveira de. **Diálogos Entre a Administração da Produção para Autogestão e a Agroecologia**: o Estudo de Caso de Dois Cursos de Extensão para Gestão de Cooperativas na Agricultura Familiar. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Coppe, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA FILHO, Ricardo Silveira de. **Diálogos Entre a Administração da Produção para Autogestão e a Agroecologia**: o Estudo de Caso de Dois Cursos de Extensão para Gestão de Cooperativas na Agricultura Familiar. 2018. Dissertação de mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

PIMENTA, Terezinha. **Terezinha**: depoimento [fev. 2019]. Entrevistador: F. R. Magalhães. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. A tecnologia. In: PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Cap. 4. p. 219-346.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha - **Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil**. Revista ANPUR: R.B. Estudos Urbanos e Regionais V.11, Nov. 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SAVIANI, Dermeval. “O choque teórico da politecnia”. In: Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/EPSJV, v. 1, n.1, mar., 2003.

STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Trad. de Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª ed., Porto Alegre, Artmed, 2008.

TAROZZI, M. **O que é *grounded theory*?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Trad. de Carmen Lussi. Petrópolis, Vozes, 2011.

TARROW, S. **Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**, Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. *Opinião pública*, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

TILLY, C. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.